



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**FAVELAS, OCUPAÇÕES E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO:
O CASO DA COMUNIDADE MONSENHOR GUILHERME EM FOZ DO IGUAÇU/PR**

ANDREZA RAMOS SANT'ANA

Foz do Iguaçu
2022

**FAVELAS, OCUPAÇÕES E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO:
O CASO DA COMUNIDADE MONSENHOR GUILHERME EM FOZ DO IGUAÇU/PR**

ANDREZA RAMOS SANT'ANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

Orientadora: Professora Dra. Mariana Barbosa de Souza

Coorientadora: Professora Dra. Cecília Maria de Moraes Machado Angileli

Foz do Iguaçu
2022

ANDREZA RAMOS SANT'ANA

**FAVELAS, OCUPAÇÕES E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO:
O CASO DA COMUNIDADE MONSENHOR GUILHERME EM FOZ DO IGUAÇU/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Professora Dra. Mariana Barbosa de Souza
UNILA

Coorientadora: Professora Dra. Cecília Maria de Moraes Machado Angileli
UNILA

Professora Dra. Patrícia Zandonade
UNILA e UFSCAR

Professora Dra. Marina Machado de Magalhães Gouvêa
UFRJ

Foz do Iguaçu, 04 de agosto de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Andreza Ramos Sant'ana

Curso: Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(X) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: **Favelas, ocupações e segregação socioespacial do território: o caso da comunidade Monsenhor Guilherme em Foz do Iguaçu/PR**

Nome do orientador(a): Professora Dra. Mariana Barbosa de Souza

UNILA

Data da Defesa: 04/08/2022

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 04 de agosto de 2022.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas cruzaram meu caminho durante todos esses anos de universidade. Pessoas que estiveram presentes em diferentes etapas dessa caminhada, de 2016 até 2022, final desse ciclo. Por isso, esse agradecimento é uma demonstração de carinho e de reconhecimento, já que esse trabalho só foi possível graças ao apoio e incentivo de cada um que estão presentes nessas linhas.

Existem duas pessoas que foram muito importantes nessa jornada: meus pais, Ivone e Carlos. Não somente por terem trabalhado duro para conseguir garantir parte da minha manutenção em Foz do Iguaçu, mas também por terem acreditado em mim – quase cegamente, mesmo sem entender muito bem meus planos e minhas aspirações. Acreditaram na minha educação e deu certo. Sem vocês, nada disso seria possível.

Aos professores da UNILA do curso de História - Licenciatura e Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento. A UNILA, pela criação de um caráter latino americano e pela interdisciplinaridade que me permitiu escrever esse trabalho. Graças às políticas de incentivo à pesquisa, ensino e extensão pude realizar diversas ações. Sem a Universidade e a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o desenvolvimento dessa pesquisa seria quase impossível. A UNILA é uma Universidade única no Brasil e saio dela, uma pessoa completamente agradecida por entender o que é, de fato, a integração latino americana. Obrigada por todo o conhecimento compartilhado ao longo desse tempo.

De todas as decisões que me foram exigidas neste processo, escolher quem iria me orientar foi a mais difícil delas. Mas, numa dessas surpresas da vida, encontrei a Prof. Dra. Mariana Barbosa de Souza – minha orientadora. Foi mais do que um privilégio poder encontrar uma pessoa que estava tão disposta a aprender quanto eu, tão disposta a ensinar, tão disposta a me acalmar – porque sempre que possível eu enviava uma mensagem “socorro!” e ela respondia “calma!”. Admiro a forma como você pratica sua docência e espero que eu possa levar um pouquinho disso comigo. Obrigada!

E como se não bastasse, a UNILA deu-me o privilégio de me aproximar e conviver com pessoas incríveis. Uma delas é a Profa. Dra. Cecília Angileli, minha coorientadora, que recebe toda minha gratidão pelo apoio neste trabalho e em todos os outros anos em que pude desfrutar de sua companhia. Agradeço muito à

Prof. Dra. Marina Machado Gouvêa, desde a época em que fazia parte do corpo docente unileiro. Obrigada pelas conversas, pelos grupos de estudos, pelas imersões n'O Capital e pelas aulas. Agradeço à Prof. Dra. Maíra Bichir pelos primeiros passos neste trabalho e por todos os anos em que fiz parte dos grupos de estudos, ciclos de conversa, debates e aulas. O auxílio coletivo dessas quatro mulheres foi o que motivou grande parte dessa caminhada. O que eu aprendi todos esses anos com vocês não tem preço e minha admiração vai além da academia.

Ao Gabriel, a pessoa que leva a qualificação social de meu noivo (rs), que tem um coração tão revolucionário e com vontade de mudar o mundo quanto o meu. O que teria sido dos meus dias sem você? Obrigada pela companhia desde o início dessa minha vida acadêmica. Obrigada pelo apoio incondicional – pelas tapiocas à meia noite quando eu chegava exausta da aula – por ter tido tanto cuidado com a minha formação, paciência, amor e carinho. Obrigada, por junto com a Lili – e depois o Maco – termos construído nossa casa. Sem a nossa parceria, isso daqui não seria possível.

À rede de apoio que teci durante minha graduação. Esse trabalho é fruto de diversas tardes discutindo, escrevendo, estudando e imaginando dias melhores “en nuestra América”. Essa caminhada só foi mais fácil porque ganhei os melhores amigos que eu nunca imaginei que poderia ter – Alberto Henao, obrigada pela paciência comigo, pelas conversas até tarde, por passar frio na biblioteca comigo, encher minha garrafa de água, tomar um cafézinho aleatório, comprar um docinho, pelos desabafos, pelos inúmeros trabalhos e provas, congressos e pelo suporte que foi o que me deu forças em vários momentos em que eu achei que não ia dar certo.

Alexandra Quintão, a você, que sempre esteve ao meu lado na hora de decisões difíceis, que sempre compartilhou comigo sua humanidade e sua calma em vários momentos de tensão, que sempre me apoiou – mesmo quando eu não estivesse certa, o que acontecia com certa frequência –, pelas festas e pelo cuidado e por estar sempre ao meu lado, independente da distância.

Ao Gabriel do Valle e Angélica pelas chellas e companhia pandêmica. A companhia de vocês foi essencial para que esse processo fosse mais leve. Obrigada!

Como parte do processo de formação dentro da Universidade, tive o privilégio de participar do grupo Saberes em Movimento, chance única que tive de conhecer pessoas e mais *pessoas* que dão outro sentido para a vida acadêmica,

principalmente ao Paulo, Ana Raquel e Stella. Com vocês pude viver a pesquisa, o marxismo e a verdadeira formação coletiva. Obrigada, mais uma vez, por serem companheiros e companheiras incríveis. Também como parte da minha formação, o Grupo de Estudos Marxismo e Política (GEMP), foi essencial para o amadurecimento do meu pensamento como militante e pesquisadora. Espero que tenhamos mais e mais anos juntos nessa caminhada socialista.

Esse trabalho não teria sido possível sem todas as pessoas e experiências que tive junto a Escola Popular de Planejamento da Cidade. Desde 2016, quando conheci a EPPC desenvolvi interesse em pensar sobre políticas públicas, ações educativas, luta pela terra e moradia. Agradeço, em especial, aos membros da comunidade Monsenhor Guilherme: Esther, Cristiano e Izabel, que me receberam de braços abertos na época em que as atividades relacionadas à remoção estavam intensas. As histórias que ouvi por ali foram traduzidas nas páginas deste trabalho e devem ser lembradas como sinônimo de luta por moradia e dignidade.

Os anos de UNILA foram extremamente ricos em aprendizado e experiência, pela proposta de internacionalização do ensino. Em 2018, tive o privilégio de conhecer mulheres incríveis na Casa de Las Américas em Havana, Cuba, por meio de um congresso internacional em que meu primeiro artigo acadêmico foi aceito. Agradeço principalmente à Luiza Campuzano que, até hoje, me incentiva como mulher pesquisadora. Agradeço também a família de Vicente Sardiñas, que me recebeu em Cuba e me apoiou nos dias em que passei em Havana e que permanecem até hoje como amigos e companheiros.

Ainda graças a UNILA, tive a oportunidade de realizar intercâmbio acadêmico na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e viver na Cidade do México. Agradeço a todos que me receberam: à DGEI (Dirección General de Cooperación e Internacionalización) e à Facultad de Economía. Todos os dias que passei no México foram especiais e trouxeram muito conhecimento. Agradeço aos professores Ángel de La Vega, Jesuswaldo Martínez Soria e Héctor Ávila. Ao PUEC - UNAM (Programa Universitario de Estudios de la Ciudad) em Azcapotzalco, Ecatepec de Morelos e Izatapalapa.

Ao mesmo tempo que me dedicava à continuação da graduação na mobilidade, tive a oportunidade de ser aluna especial no Programa de Pós Graduação em Estudos Latino Americanos. Agradeço pela recepção dos alunos e ao Prof. Dr. Jaime Osório pelas aulas incríveis e pela oportunidade de poder aprender tanto com

uma pessoa que é referência para mim. Também agradeço aos amigos dos Estudos Latino Americanos, principalmente Cristóbal, Sandy, Alan e Marina. Não vejo a hora de poder estar de volta e poder dividir mais experiências (e muitas chelas e alambres).

Estar no México foi um momento de muitos desafios na minha vida. E ainda bem que tive a oportunidade de não enfrentar todos eles sozinha. Agradeço à minha amiga Leila, que viveu essa aventura comigo desde o início: viagens, festas, comidas, quarentena e até um terremoto. Obrigada por estar sempre ao meu lado. Dedico meus mais sinceros agradecimentos também à minha querida amiga Dani e sua família, Edu e Toni. Vocês fizeram parte do meu dia a dia e eu me sinto muito grata por ter conhecido uma mulher tão incrível num momento tão delicado da minha vida, que me acolheu e me deu forças. Ao Luís, Patrícia, Léo e família, responsáveis pela minha acolhida na Cidade do México, sem vocês nada disso seria possível. Obrigada pelas conversas enriquecedoras e pelas correções matinais do meu espanhol. Agradeço, enfim, a todos, por todas as conversas até tarde, pelas discussões em grupo, pelos lugares que me apresentaram e por serem companhia nessa pandemia em outro país. Vocês foram parte do meu enriquecimento acadêmico e humano.

Agradeço, por fim, ao Centro Latino Americano de Estudos em Cultura (CLAEC) e Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) pelo incentivo para a iniciação científica. Graças a eles e a Prof. Dra. Cristiane Dambrós pude realizar minha pesquisa relacionada à habitação e moradia em Foz do Iguaçu.

Dedico esse trabalho, por fim, a todos os trabalhadores latino americanos que lutam pela moradia. Esse trabalho nada mais é do que uma parte ínfima que representa esse processo extenso e complexo. A luta pela dignidade, pela terra e pela moradia resiste.

¡QUE VIVA LA AMERICA!

Para os proprietários de imóveis, a miséria é mais rentável que jamais o foram, para a Espanha, as minas de Potosí.

Karl Marx

Podemos ver claramente: o que num estágio histórico anterior era a base de um relativo bem-estar dos trabalhadores, ou seja, a conjunção de cultivo da terra e indústria, a posse da casa, da horta e da roça, a moradia assegurada, torna-se hoje, sob o domínio da grande indústria, não só a mais terrível amarra para os trabalhadores, mas também a maior desgraça possível para toda a classe trabalhadora.

Friedrich Engels

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar os fatores econômicos e sociais que levaram à remoção da Comunidade Monsenhor Guilherme, localizada no centro de Foz do Iguaçu. A partir da análise crítica do acesso à habitação em países capitalistas dependentes, analisamos a habitação a partir da teoria do valor-trabalho e das seguintes categorias: superexploração do trabalho, renda da terra, totalidade e historicidade. Estas categorias permitem identificar as formas pelas quais as cidades latino-americanas foram conformadas: relacionadas ao escravismo colonial, as habitações populares têm como características a precariedade, escassa organização espacial e falta de políticas públicas que visem a integração da classe trabalhadora com os espaços públicos, resultando na segregação dessa população em regiões longe dos centros. Esta pesquisa permite, também, refletir a dialética em que os sujeitos estão envolvidos: como força de trabalho, são superexplorados; como consumidores, são incorporados à lógica de consumo massivo. O que comprova essa relação são dados levantados, como salário mínimo, índices de informalidade do trabalho, desemprego e renda. Ao final evidenciamos que os processos que levaram à remoção da Comunidade Monsenhor foram influenciados pela especulação imobiliária, uma das expressões do capital imobiliário, que eleva a exclusão habitacional em países dependentes, segregando social e espacialmente a classe trabalhadora e que as formas de organização atuais são insuficientes para a superação dos problemas habitacionais.

Palavras-chave: Segregação Socioespacial; Comunidade Monsenhor Guilherme; Capitalismo dependente.

RESUMEN

El objetivo principal de esta investigación es analizar los factores sociales y económicos que conducen al desplazamiento de la Comunidad Monsenhor Guilherme, ubicada en el centro de Foz do Iguaçu. A partir del análisis crítico del acceso a la vivienda en países capitalistas dependientes, se examina la vivienda desde la teoría del valor-trabajo y desde las siguientes categorías: superexplotación laboral, renta de la tierra, totalidad e historicidad. Estas categorías permiten identificar las formas en que se construyeron las ciudades latinoamericanas: relacionadas con la esclavitud colonial, las viviendas populares tienen las características de precariedad, poca organización espacial y falta de políticas públicas que apunten a la integración de la clase trabajadora con el espacio público, provocando la segregación de esta población alejada de los centros. Esta investigación, además, permite reflejar la dialéctica en la que se ven envueltos los individuos: como fuerza de trabajo, son superexplotados; como consumidores, se incorporan a la lógica del consumo masivo. Lo que comprueba esta relación son los datos recopilados, como el salario mínimo, la informalidad laboral, el desempleo y los índices de ingresos. Al final, se demuestra que los procesos que conducen al desplazamiento de la Comunidad Monsenhor Guilherme fueron influenciados por la especulación inmobiliaria, una de las formas de capital inmobiliario, que conduce a la exclusión habitacional en los países dependientes, segregando social y espacialmente la clase obrera y que las actuales formas de organización son insuficientes para superar los problemas de vivienda.

Palabras clave: Segregación socioespacial; Comunidad Monseñor Guilherme; Capitalismo Dependiente.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyse the social and economical factors that lead to the displacement of the Monsenhor Guilherme Community, located in Foz do Iguaçu's downtown. From the critical analysis to the housing access in dependent capitalist countries, is examined the housing from the labour theory of value and from the following categories: labour super-exploitation, land income, totality, and historicity. These categories allow to identify the ways that Latin-American cities were built: related to colonial slavery, the popular housing have the characteristics of precariousness, poor spatial organization and lack of public policies that aim to the integration of the working-class with the public spaces, resulting in the segregation of this population that is far away from the centers. This research, also, allows to reflect the dialectic in which the individuals are involved: as labour-force, are super-exploited; as consumers, are incorporated to the logic of massive consumption. What proves this relation are collected data, like minimum wage, labour informality, unemployment, and income indexes. In the end, it is demonstrated that processes that lead to the displacement of the Monsenhor Guilherme Community were influenced by the real estate speculation, one of the types of real estate capital, that leads to the housing exclusion in dependent countries, segregating socially and spatially the working-class and that the actual organization forms are insufficient to overcome the housing problems.

Key words: Social-Spatial Segregation; Monsenhor Guilherme Community; Dependent Capitalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação da região central de Foz do Iguaçu	15
Figura 2 - Traçado urbano de Foz do Iguaçu	16
Figura 3 - Malha urbana de Foz do Iguaçu: 2017	61
Figura 4 – Localização de Assentamentos e Conjuntos Habitacionais	72

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Habitações da favela Monsenhor Guilherme.....	77
Fotografia 2 – Reciclagem na Comunidade Monsenhor Guilherme	78
Fotografia 3 – Mutirão de limpeza na Comunidade Monsenhor Guilherme	79
Fotografia 4 – Comunidade Monsenhor Guilherme e recicladores de base.....	82
Fotografia 5 – mercearia da D. Ivone	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da População em Foz do Iguaçu (1960-2010)	50
Quadro 2 - Preço médio para venda e aluguel de imóveis em Foz do Iguaçu em 1974: Cr\$ por m ²	53
Quadro 3 – Desempenho Operacional dos Principais Atrativos Turísticos e Portas de Chegada e Saída – 2015-2019 – número de Pessoas	57
Quadro 4 - Dados Populacionais de Foz do Iguaçu (IBGE/2010).....	62
Quadro 5 – Estimativa de trabalhadores informais em relação ao número de ocupados em Foz do Iguaçu.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIFI	Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu
APP	Área de Preservação Permanente
BNH	Banco Nacional de Habitação
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Foz do Iguaçu
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CODEFOZ	Conselho Econômico e Social de Foz do Iguaçu
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EPPC	Escola Popular de Planejamento da Cidade
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FozHabita	Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu
INPESPAR	Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PDDIS/FOZ	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - Foz do Iguaçu
PPPs	Parcerias Público-Privadas
PMFI	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
PRODEPAR	Programa Especial do Oeste do Paraná
SIMEPAR	Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
TMD	Teoria Marxista da Dependência

UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná
UTFPR	Universidade Federal Tecnológica do Paraná
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O SISTEMA CAPITALISTA E A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: O ACESSO À MORADIA COMO RETRATO DA DEPENDÊNCIA	22
2.1 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: O PONTO DE PARTIDA.....	25
2.2 A CIDADE PERIFÉRICA: REFLEXOS DO CAPITALISMO DEPENDENTE	34
2.3 SEGREGAÇÃO E LUTA DE CLASSES	38
2.3.1 Como morar se a renda não alcança o custo de vida?	43
3 FOZ DO IGUAÇU: ENTRE RIOS E FRONTEIRAS	47
3.1 DA VILA À CIDADE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GRANDES TRANSFORMAÇÕES	47
3.2 A DIALÉTICA DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E POPULACIONAIS DE FOZ DO IGUAÇU.....	55
3.2.1 Estatísticas do município de Foz do Iguaçu: análise crítica sobre renda e ocupação da população	63
4 OCUPAÇÕES URBANAS EM FOZ DO IGUAÇU: O RETRATO DAS DISPUTAS POR TERRITÓRIO	68
4.1 A REPRESENTAÇÃO DO CONFLITO: OS PROCESSOS DE REMOÇÃO DA COMUNIDADE MONSENHOR GUILHERME.....	68
4.2 QUEREMOS JUSTIÇA: REMOÇÕES FORÇADAS NA PANDEMIA	75
4.2.1 Faces da Comunidade Monsenhor Guilherme: relações entre renda, trabalho e território	80
4.2.2 Onde vive grande parte da Comunidade Monsenhor Guilherme hoje?	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

Foi em 2019 que eu conheci a Favela Monsenhor Guilherme. Depois de quase quatro anos vivendo em Foz do Iguaçu e conversando com populares – que com preocupação, me alertavam sobre caminhar sozinha à noite no centro de Foz do Iguaçu, pois “por ali havia muito perigo de assalto”, relacionando essa violência à existência da Favela Monsenhor Guilherme, recebi, por intermédio de colegas da Universidade, um chamado da Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC), que é um projeto de extensão universitária da UNILA, que desde 2015 atua em favelas e ocupações da Região Trinacional contra ações de despejos forçados. A EPPC desenvolveu neste ano de 2019 um mutirão de limpeza, em parceria com o Centro de Zoonoses, que fazia parte do processo de luta pela permanência da população no território, visto que uma das questões que atentam contra os moradores era a ocupação sobre área de importância ambiental junto à barranca do Rio Paraná. Desde então, a comunidade passou a fazer parte da minha vida não somente como objeto de estudo, mas também de relações interpessoais que foram se tornando vínculos de amizade e de trabalho.

O ponto de partida para a escrita deste trabalho foi, de fato, esse primeiro contato com moradores da Favela¹ e o conhecimento sobre a realidade das pessoas que viviam ali, além da necessidade de entender como as relações sociais com o território são atravessadas pelo capitalismo dependente em condição fronteiriça. Antes, toda minha curiosidade relacionada à questão da moradia advém das minhas experiências anteriores, na infância e na juventude nos municípios de de Campinas² e Valinhos³, a cerca de 100 km de São Paulo capital.

Essas cidades estão fortemente vinculadas a um processo de construção do urbano por meio da industrialização. Valinhos é uma cidade com pouco mais de 100 anos⁴ que nasceu de uma epidemia de febre amarela ocorrida no ano de

¹A comunidade não se denomina favela, mesmo que dentro de uma leitura sobre a informalidade do espaço possa ser identificada como favela ou assentamentos informais em planos habitacionais do estado do Paraná, assim como da própria academia.

² Prefeitura Municipal de Campinas. Sp.gov.br. Disponível em: <<https://portal.campinas.sp.gov.br/secretaria/planejamento-e-urbanismo>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

³ Plano Diretor - 2018. Prefeitura de Valinhos. Disponível em: <<https://www.valinhos.sp.gov.br/portal/secretarias-paginas/189/plano-diretor---2018/>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

⁴ Sobre a história de Valinhos, ver: PIRES, Mario. Valinhos, tempo e espaço. 2. ed. São Paulo: Editora Lince, 2000.

1889 em Campinas, crescendo em torno de uma linha férrea e que passou por um crescimento industrial no início do século passado. Nos anos 1990, começou a receber grandes indústrias multinacionais tornando-se, posteriormente, uma cidade que acumula muita riqueza - e que não a distribui.

Neste meio desigual, a vida na periferia nem sempre foi fácil e o acesso ao lazer, ao transporte, à educação e a saúde eram fatores cotidianos na vida da minha família. Viver em Valinhos é bem diferente do que muitas pessoas pensam: minha infância não aconteceu dentro de condomínios. Meus pais trabalhavam período integral e somente conseguiram regularizar a nossa moradia quando eu tinha por volta de sete anos. Por isso, abordar esse tema neste trabalho não possui somente peso acadêmico, mas também tem relação pessoal com minha história de vida.

Em 2016 ingressei na UNILA no curso de História – Licenciatura. Pensar na educação superior sempre foi algo muito restrito – já que eu seria a primeira pessoa da família a possuir uma graduação, as informações eram escassas e muitas vezes parecia muito distante. Mesmo assim, a educação sempre foi prioridade em nossas vidas e conseguir ingressar em uma Universidade não foi uma conquista individual e, sim, coletiva.

Enquanto me dedicava à graduação em história, passei a refletir sobre as conflitualidades no território fronteiriço: como Foz do Iguaçu, uma cidade turística e mundialmente reconhecida por atrações naturais, conserva uma realidade tão desigual que não é vista?

No mesmo ano, tive a oportunidade de visitar o Assentamento Chico Mendes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) localizado em Matelândia, cerca de 70 km de Foz do Iguaçu junto ao grupo de pesquisa *Saberes em Movimento*. Neste mesmo ano participei também da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA). Esses projetos mostraram uma face desconhecida por mim, até então, da população que lutava não somente pela redistribuição de terras, mas também por uma alimentação digna, educação e direitos básicos garantidos para trabalhadores sem teto. Ainda em 2016 realizei duas ações de extensão ligadas à *Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC)*⁵ na Ocupação Bubas.

Em 2018 optei por realizar transferência de curso e segui como estudante em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento na

⁵ A Escola – Escola Popular de Planejamento da Cidade. Redelivre.org.br. Disponível em: <<http://eppc.redelivre.org.br/a-escola/>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

mesma universidade. Neste momento, as tantas vertentes da economia e suas contradições me deixavam extremamente curiosa e por isso, estudar o capitalismo e o desenvolvimento desse sistema de produção – em sua esfera econômica, política, social e cultural possuía tamanha importância. A aproximação com o marxismo – e posteriormente com a Teoria Marxista da Dependência (TMD) – ocorreu de forma orgânica já que, ao estudar o capitalismo na América Latina outras vertentes não respondiam às inquietações e às movimentações relacionadas à dinâmica da luta de classes presentes neste território. A teoria que envolve o pensamento de Karl Marx mais do que apontar e denunciar certas situações e fenômenos, ela busca também o exercício de refletir sobre possíveis soluções.

Logo, em 2019, passei a integrar a Escola Popular de Planejamento da Cidade, responsável pelo meu ponto de partida nesses estudos sobre moradia e segregação socioespacial. Com a EPPC visitei a Ocupação Bubas, Ocupação Congonhas, ocupações urbanas e também rurais, como o Acampamento Sebastião Camargo, ocasiões em que realizei ações de extensão ligadas ao cadastramento de moradores e diagnóstico populacional. Durante esse período conheci pessoas e ouvi relatos sobre suas experiências como viventes dessas ocupações.

O primeiro trabalho acadêmico realizado com outros(as) integrantes sobre a Favela Monsenhor, com o intuito de levar maior visibilidade sobre a remoção, foi chamado: *“Organização do espaço socioeconômico da comunidade Monsenhor Guilherme em Foz do Iguaçu: uma análise etnográfica.”* voltado justamente para o mapeamento da população da Comunidade Monsenhor Guilherme, suas condições socioeconômicas e relações com o território. A Favela Monsenhor Guilherme, objeto de estudo deste trabalho (Figura 1), é localizada no centro de Foz do Iguaçu, e tem uma trajetória de longa data. Há pelo menos 50 anos, moradores relatam a existência de casas à margem do Rio Paraná de pessoas das mais diversas origens, com os mais diversos tipos de trabalho. Sua história, assim como a história daqueles que ali viveram por todo esse tempo, até o final do ano de 2020.

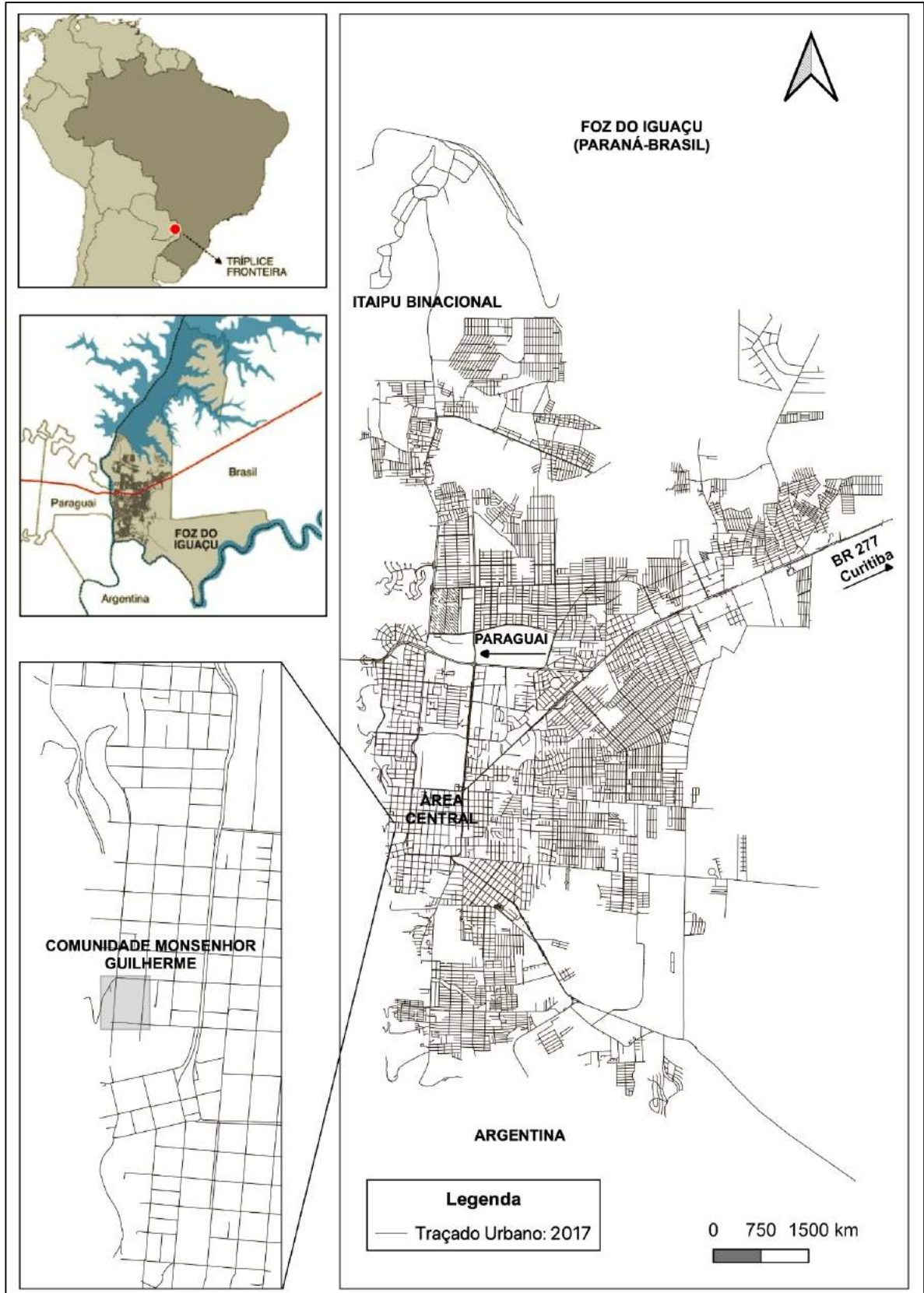
Figura 1 - Representação da região central de Foz do Iguaçu



Fonte: PMFI/ Fernando Carneiro, 2019.

Na figura acima podemos observar a comunidade Monsenhor Guilherme entre as ruas Quintino Bocaiúva e Jorge Sanways, com um número elevado de residências. Três quadras à sua direita, é localizada uma das principais avenidas de Foz do Iguaçu que liga a região norte à região sul: a Avenida Juscelino Kubitschek. A figura 2 traz uma representação da localização da Comunidade Monsenhor Guilherme em relação ao município de Foz do Iguaçu e seu traçado urbano:

Figura 2- Traçado urbano de Foz do Iguaçu



Fonte: Elaborado por Mariana Barbosa de Souza a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017), Secretaria de Planejamento e Captação de Recursos (2016) e Google Earth (2021).

Os meses que seguiram 2019 foram de intensas reuniões, diversas tentativas da EPPC em conjunto com os moradores locais, de encontrarem uma alternativa que não fosse a remoção. A motivação da remoção – descrita em detalhes nos capítulos que seguem este trabalho – está pautada principalmente em um projeto de desenvolvimento econômico e do eixo turístico de Foz do Iguaçu: o Projeto Beira Foz. Alimentado pela necessidade de expansão da zona turística do município e pela especulação imobiliária, que transforma o espaço urbano em uma lógica capitalista de empreendimento, visando a obtenção do lucro, ainda que por meio de instituições públicas – já que o Projeto Beira Foz é fruto de uma parceria público-privada.

Foi esse movimento ocorrido em 2019 que motivou os estudos realizados neste trabalho e também, guiou parte da pesquisa acadêmica realizada por mim em 2020, na Universidad Nacional Autónoma de México, na Cidade do México, por intermédio da UNILA. Durante minha estadia na UNAM passei a estudar com profundidade a teoria marxista da dependência – com ênfase na problemática de acesso à terra e teoria do valor, junto à economia urbana, que se aguçou pela grande oportunidade de morar por dois meses no Conjunto Urbano Nonoalco Tlatelolco e perceber que, ao existir um projeto de moradias populares em zona central – como esse exemplo mexicano, seria possível a criação de um projeto que nascesse da premissa da vida comunitária, em que o desenho de espaços amplos propicia relações sociais solidárias, que tendem a fortalecer os direitos sociais da classe trabalhadora.

Foi em 2020 também que o mundo parou. Em março, a Organização Mundial da Saúde decretou emergência mundial e a existência de um novo tipo de coronavírus, a COVID-19, um vírus respiratório que se alastrava pelo mínimo contato possível. Até o momento, mais de 676.766 pessoas perderam a vida no Brasil, segundo o Ministério da Saúde. Na América Latina, esse número passa de 1,5 milhão e em decorrência da crise sanitária e econômica, ao menos 47 milhões de pessoas perderam sua principal fonte de renda (CEPAL; OIT, 2020). Sem renda, sem assistência social, sem políticas públicas: a parcela mais pobre da população se viu sem trabalho e sem condições de sobreviver durante a pandemia. O simples ato de “lavar as mãos” ignorava que milhares de pessoas não possuem água encanada em suas residências – escancarando uma série de desigualdades socioespaciais estruturais, como a falta de saneamento básico, o déficit habitacional e a precariedade das moradias de milhões de pessoas.

Neste mesmo período, a campanha “Despejo 0” foi organizada por

175 organizações, entidades, movimentos sociais e coletivas – do qual a EPPC faz parte – para atuar contra despejos e remoções forçadas de famílias do seu local de moradia. A campanha foi lançada em julho de 2020 e acompanhou de perto o problema estrutural que é a falta de moradia adequada para a população. Segundo o último relatório disponível, de maio de 2022, houve um aumento de 393% no número de famílias despejadas no Brasil nos últimos 2 anos, sendo que mais de 31.421 famílias foram removidas durante a pandemia no Brasil e mais de 125.684 pessoas foram despejadas (DESPEJO 0, 2022, 5-6). Esses números englobam a Comunidade Monsenhor Guilherme, processo que será apresentado ao longo do trabalho.

Sem desprezar todos esses fatores, essa pesquisa é fruto da trajetória descrita acima: busca desenvolver a crítica ao modo de produção capitalista e à segregação socioespacial – consequência do modelo de desenvolvimento urbano brasileiro, pautado em uma alta concentração de terra e uma gigantesca parcela da população sem acesso. Por meio dessa alta concentração de terra, a especulação imobiliária – em um território fronteiriço e turístico, como Foz do Iguaçu, é ainda mais violenta. A partir da aplicação do método criado por Karl Marx - o materialismo histórico e dialético -, associado à teoria do valor-trabalho e renda da terra é possível compreender como a separação do proletariado do meio de produção – a terra – contribuiu para o problema habitacional atual.

Marx (1867) escreve que durante o processo de acumulação primitiva de capital ocorre a separação do trabalhador e a propriedade dos meios de produção. A terra passa a ser propriedade privada da burguesia, que passa a comprar a força de trabalho do proletariado – que passa a vender sua capacidade física e intelectual para a obtenção de pequenos ganhos suficientes para sua subsistência. Dessa forma, ocorre novamente a inclusão dessa classe trabalhadora por meio da venda de força de trabalho, mas dessa vez subordinada ao capital. Na esfera de produção de mercadorias, a força de trabalho produz o valor da mercadoria e o valor excedente, apropriado pelo capital em forma de mais-valia.

O salário – presente na esfera da circulação – é a recompensa pelo trabalho realizado. Entretanto, com a mais-valia absorvida, uma parcela das horas de trabalho não pagas para o trabalhador, mas se vê em forma de ganho para o dono dos meios de produção. Para Tonin (2015) o problema da habitação, do ponto de vista mais abstrato, é um problema tanto para o capitalista, quanto para o trabalhador. Isso significa que “sem classe trabalhadora não existe capital e capitalista e, por isso, a

reprodução da classe trabalhadora, de sua existência material, é um problema capitalista. Mantê-la somente como trabalhadora é um problema de dominação.” (TONIN, 2015, p. 40).

As diversas complexidades desse processo se expressam na ineficácia do modo de produção capitalista – mesmo com recursos quase infinitos – de resolver o problema da habitação. Aliada a compreensão da teoria marxista clássica, a necessidade de uma teoria que pensasse a partir da América Latina – já que este trabalho trata especificamente de Foz do Iguaçu, as categorias desse trabalho são distribuídas, de forma complementar, à Teoria Marxista da Dependência. Segundo Valverde (2016, p. 1):

A Teoria Marxista da Dependência, surgida na década de 1960, busca compreender as relações entre a América Latina e os países centrais do capitalismo. Utilizando diversas categorias analíticas, como a superexploração da força de trabalho e a dependência, seus teóricos vêm elaborando explicações e proposições para as situações vividas pelos países dependentes. Entretanto, desde a formulação da teoria, diferentes mudanças ocorreram no capitalismo mundial.

A Teoria Marxista da Dependência não somente oferece categorias pensadas a partir das singularidades desse continente, em que há uma subordinação das economias periféricas de forma que, toda sua estrutura de poder econômico e político esteja ligada aos grandes centros (MARINI, 2013, p. 50), mas também busca solucionar as problemáticas a partir da América Latina – desenvolvendo um modelo que pensa de baixo para cima, do Sul para o Norte, não europeizado.

A América Latina, a partir de sua compreensão pela teoria marxista da dependência, tem como determinante o fato de que a superexploração do trabalho aumenta exponencialmente o lucro da burguesia nacional – e a consequente transferência de valor para os centros, faz com que os salários sejam mais baixos e haja um alto custo da terra, concentrada na mão de poucos proprietários. Nos países dependentes, esta é uma contradição inerente ao capitalismo – a oposição entre capital e trabalhadores, que ao mesmo tempo vendem sua força de trabalho, mas também consomem mercadorias. É visto, portanto, que “os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho – a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao mínimo do preço.” (MARX *apud* MARINI, 2011, s.p., nota nº30). Tonin (2015) escreve que essas duas categorias permanecem em constante contradição, já que existe um “divórcio entre a capacidade de consumo e a produção do espaço

urbano são os dois pólos basilares da contradição social expressa através do espaço urbano e que ganha contornos dramáticos quando se trata da necessidade de um local para morar.” (TONIN, 2015, p. 32).

É a partir da compreensão dialética dos fatos que este trabalho foi realizado. A complementaridade entre geografia, história, economia e sociologia é essencial para desenvolver os amplos aspectos que perpassam a problemática habitacional e mais precisamente, a Favela Monsenhor Guilherme e seu processo de remoção forçada, fruto de especulação imobiliária e segregação socioespacial. É importante salientar que as questões ligadas à gênero e raça não foram completamente explicitadas durante a escrita deste trabalho em decorrência do tempo e tamanho do trabalho limitados, mas estas são indissociáveis de sua temática. A reprodução do capitalismo acontece sobre uma rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial, como é o caso do racismo e do sexismo (FEDERICI, 2017). Portanto, no que tange à questão da problemática habitacional brasileira e iguaçuense, é necessário reconhecer que esta afeta principalmente homens e mulheres de diversas raças e etnias, mas, principalmente, indígenas, negros e negras, imigrantes e mães solas, justamente pelas condições precarizadas e marginalizadas em que estes grupos vivem no capitalismo dependente.

Este trabalho divide-se em três capítulos e seus subtópicos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo trata sobre o sistema capitalista e a reprodução da força de trabalho, em que as principais categorias metodológicas são expostas, de maneira que os marcos teóricos fiquem alinhados à problemática habitacional. Por isso, os subtópicos que guiam a leitura que inicia com a exposição da teoria marxista são parâmetros sobre a compreensão da cidade – meio urbano – na América Latina e a segregação urbana como resultado de uma construção de cidades baseadas na extração do lucro.

O segundo capítulo trata do município de Foz do Iguaçu e suas principais características. Não dissociada da historicidade do território, utilizado a partir de categorias como a memória, para explicar a conformação da cidade. Dividido em duas partes, a primeira apresenta a história da formação de Foz do Iguaçu: suas principais características, conformação como tríplice fronteira e a chegada da Usina Binacional de Itaipu. Na segunda, trago dados recentes sobre Foz do Iguaçu e sua conformação como cidade turística. Destaco, ainda no capítulo 2, as estatísticas do município voltadas para a renda e a ocupação.

No capítulo três, também dividido em duas partes, escrevo sobre as ocupações urbanas em Foz do Iguaçu e a disputa por território. Na primeira parte, escrevo especificamente sobre o histórico de remoção da Favela Monsenhor Guilherme, dando ênfase para os motivos pelos quais a comunidade passou por um processo de remoção violento durante os anos de 2019 e 2020. No segundo subtópico e última parte do trabalho, descrevo a luta por moradia vivida durante estes mesmos anos.

2 O SISTEMA CAPITALISTA E A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: O ACESSO À MORADIA COMO RETRATO DA DEPENDÊNCIA

Desde que passei a estudar o acesso à moradia no Brasil, me questionava frequentemente quais tipos de processos eram responsáveis por causar tanta desigualdade social. Conhecer a realidade das ocupações de Foz do Iguaçu foi um ponto de partida importante para reconhecer o fenômeno monstruoso que é a falta de políticas públicas e alternativas à urbanização brasileira e latino americana. Antes da pandemia, o processo de empobrecimento e falta de moradias já se alastrava justamente pela carência de alternativas relacionadas ao assunto. Essa realidade, aliada a uma economia instável que prevê menos incentivos a benefícios para o/a cidadã/o, fez com que grande parcela da classe trabalhadora, que já vivia com salário mínimo, vivesse com menos que o básico.

A realidade de 2019 para 2022 foi agravada – houve uma piora considerável em muitos setores da economia e com certeza, um aumento na desigualdade social, refletido principalmente na questão urbana e habitacional. Os resultados dessa desigualdade são vistos, por exemplo, na quantidade de trabalhadores sem teto e em pessoas em situação de rua. Em um país com grandes porções de terras que não cumprem sua função social, a existência desse tipo de situação é extremamente revoltante. Os fatores que levam as pessoas a não poderem ocupar esses espaços envolvem, entre outras condicionantes, a especulação imobiliária, falta de gestão e segregação urbana, aspectos econômicos, políticos e sociais.

Em Foz do Iguaçu, as famílias da Ocupação Monsenhor Guilherme não são uma exceção neste contexto. Fazem parte do grupo de brasileiros/as que não possuem moradia própria, ou seja, sem-teto, entrando nas estatísticas de déficit habitacional. Segundo dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (2021, p. 118):

Em 2019, o déficit habitacional estimado para o Brasil foi de 5,876 milhões de domicílios, dos quais 5,044 milhões estão localizados em área urbana e 832 mil, em área rural. Em termos relativos, o número total representa 8,0% do estoque total de domicílios particulares permanentes e improvisados do país.

Essas estatísticas, que representam a totalidade brasileira e aparentam, por vezes, números abstratos para a grande maioria das pessoas, não passam despercebidos quando caminhamos nas ruas das metrópoles, cidades médias e pequenas do país. Existe ali uma grande quantidade de pessoas em

situação de rua, ocupando prédios e pedaços de terras, que vez ou outra, viram notícia e passam a ocupar alguns holofotes – mais preocupados às vezes com a manutenção do imóvel do que com a situação social dessas pessoas. Foz do Iguaçu possui cerca de 65 assentamentos informais com precariedades habitacionais e dificuldade de acesso a infraestrutura, contando com cerca de 6500 famílias e um número estimado de 26.000 pessoas (COHAPAR, 2019). Entretanto, não se sabe a quantidade exata de pessoas sem teto em Foz do Iguaçu. Esses números são incertos e, por vezes, desconhecidos pelas próprias instituições responsáveis pelas políticas públicas relacionadas à habitação. Ainda que seja de conhecimento geral que a cidade possui população sem acesso à moradia, as políticas de habitação demoram a se ajustar às realidades de pessoas que necessitam com urgência de um lugar para viver.

Um dos principais programas habitacionais do Estado do Paraná é o Programa Casa Fácil da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR em que “o objetivo é viabilizar a construção de moradias para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos, com prioridade de atendimento para aquelas de menor renda.” (PARANÁ, 2020). A realização de projetos pela COHAPAR é feita por meio de parcerias público-privadas (PPPs). Segundo a COHAPAR:

Por meio de projetos próprios ou desenvolvidos em parceria com o Governo Federal, municípios e iniciativa privada, a Cohapar trabalha na viabilização de obras de casas populares nas cidades e no campo. A empresa também atua na titulação de propriedades, urbanização de áreas, obras de infraestrutura e recuperação ambiental para promover a melhoria da qualidade de vida de todos os paranaenses. (PARANÁ, 2020, s.p.).

As PPPs são associações entre governo e uma empresa para que esta construa moradia para famílias de baixa, média e alta renda, além da gestão dessas moradias. O governo repassa, mensalmente, um valor às empresas pelas moradias construídas e pela gestão dos prédios residenciais. Entretanto, essa forma de parceria é vista como prejudicial para as famílias mais vulneráveis. O LABCIDADE – Laboratório Espaço Público e Direito À Cidade, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo lançou uma cartilha⁶ que trata justamente a forma como as PPPs são excludentes: não foram feitas com a participação de moradores no Conselho Gestor, possuem critérios inacessíveis para pessoas mais pobres, não possuem obrigação de destinar moradias para pessoas que foram removidas (nas áreas de ZEIS - Zona Especial de Interesse Social), como é o caso

⁶ Cartilha Parcerias Público-Privadas. Acesso em: 21 jul. 2022 <http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2021/05/Cartilha-cartazPPP_final_digital_202101181.pdf>

das ocupações urbanas de Foz do Iguaçu.

Perceber que grande parte das decisões relacionadas à habitação estão ligadas às decisões de caráter privado é o que guia a principal crítica dessa pesquisa: a problemática habitacional que afeta Foz do Iguaçu e molda como as formas como as políticas públicas são aplicadas, são frutos de processos derivados do modo de produção capitalista.

Dentre todas essas informações, é preciso dar um passo atrás: entender as formas pelas quais os movimentos mencionados acontecem. Entender a complexidade do tema é entender o ocorrido que cerca a problemática habitacional na América Latina, que possui ligação direta com seu passado colonial. Seu auge encontra-se no período de ascensão do modo de produção capitalista no século XX, na construção de habitações precárias em centros urbanos e desde então, se desdobra no neoliberalismo e vê suas consequências na atualidade. Entendemos, portanto, que “é na cidade que a lei geral de acumulação capitalista, que expressa a produção paradoxal de miséria e riqueza no capitalismo, encontra sua forma mais crua.” (MARX, 1867, p. 664).

Neste capítulo compreenderemos o que é a teoria marxista da dependência e como ela pode ser instrumento de análise para a compreensão da formação de cidades no contexto dependente e a forma como a segregação socioespacial atua nesses territórios, exercendo influência em políticas públicas, como é o caso das políticas habitacionais.

Foz do Iguaçu, na década de 1980, passou por um *boom* imobiliário, causado pela chegada da Usina Hidrelétrica de Itaipu (RIBEIRO, 2022). O Brasil era governado por militares e acabava de sair de um período nomeado como “milagre econômico”⁷, em que houveram inúmeros incentivos fiscais para a construção de grandes obras pelo país inteiro, ao mesmo tempo que deixava uma dívida externa gigantesca. Ao mesmo tempo que tentava demonstrar grandiosidade, a ditadura

⁷ O milagre econômico é assim nomeado pela característica que mais o marcou: durante esse período, o crescimento da economia brasileira foi excepcional. O PIB deu um salto de 9,8% ao ano, em 1968, para 19,46% em 1973. Médici adotou medidas econômicas de retenção, como a restrição ao crédito, o aumento de tarifas do setor público, contenção de salários e de direitos trabalhistas, além da redução da inflação. Essas políticas resultaram em taxas de crescimento do PIB acima de 10%, o que possibilitou o investimento em grandes obras de infraestrutura. Ainda, nesse momento foram construídas mais de 1 milhão de casas, financiadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). A impressão que se passava era de um crescimento absurdo, entretanto, esse “milagre” deixou uma dívida externa gigantesca, além de maior desigualdade de renda - alcançando em 1977 o pior Índice de Gini da história – 0,62. Ver: VELOSO et. al. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. 2008.

militar chegava ao seu fim em 1985 não somente pela ineficiência na gestão econômica e política do país, mas também por ter exercido extremas violações aos direitos humanos e repressões violentas.

Foz do Iguaçu, não dissociada desse momento histórico que passava o país, também possuía suas particularidades. A comunidade Monsenhor Guilherme, que é formada juntamente com a Colônia de Pescadores Z-12 do Rio Paraná, é datada de 1966 (QUIEZI & ARRUDA, 2021). Localizada no centro da cidade, a comunidade foi aos poucos crescendo, procurada principalmente por pessoas que não tinham recursos suficientes para alugar ou comprar sua casa própria. Foz do Iguaçu, ao mesmo tempo, via a modernização que chegava aos poucos e demonstrava que a realidade ali passaria a mudar. Antes, uma pequena cidade de fronteira, comandada pelas elites locais, passou a ser berço de uma das maiores obras de engenharia mundial – sem que houvesse nenhum planejamento urbano capaz de atender todas as pessoas que ali chegariam em breve.

O encarecimento dos aluguéis e das casas é um desses sinais: inúmeras famílias chegam buscando oportunidades, mas “a chegada dessas pessoas na cidade de Foz do Iguaçu constituiu-se pelas dificuldades em conseguirem emprego, moradia e adaptação ao serviço e as expectativas iniciais fomentadas pelo salário pago na barragem” (MANARIN, 2008, P. 139). Não é à toa que nessa época, a Comunidade Monsenhor Guilherme passou a ganhar mais habitantes.

2.1 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: O PONTO DE PARTIDA

Ao buscar entender as contradições ligadas ao trabalho e à moradia, tão presentes na nossa área de estudo, nos valemos da do materialismo histórico-dialético. Explicar que as contradições presentes no território de Foz do Iguaçu, município que se integra à dinâmica interna e externa do modo de produção capitalista, torna-se essencial para que os fenômenos ali observados, dado o objeto de pesquisa, sejam analisados de forma a entender o processo pelo qual as moradias ficaram tão inacessíveis a uma parte considerável da classe trabalhadora.

O início dessa análise parte do momento em que o mercado mundial é constituído. O mercado mundial, formado por grandes potências financeiro-industriais europeias, tem como base a troca de mercadorias produzidas via

manufatura, por países que passaram pelo processo industrial. Entretanto, as grandes potências não poderiam continuar produzindo tais mercadorias sem acesso a matérias-primas, agropecuárias e minerais. Sendo assim, países latino-americanos, asiáticos e africanos passam a ser explorados em busca dessas matérias primas. Este processo gerou uma balança comercial intrinsecamente desigual, com o estabelecimento de uma significativa transferência de valor. (MARINI, 2005).

Todo esse movimento que ocorreu no início do século XX passou a ser percebido por teóricos da América Latina. Em uma conjuntura pós-segunda guerra mundial e de crescimento de projetos nacional-desenvolvimentistas, a teoria marxista da dependência (TMD) surge, então, como uma crítica à CEPAL e ao desenvolvimentismo pautado por eles. Para a CEPAL, a América Latina carecia de desenvolvimento industrial e que essa medida seria a saída para um possível desenvolvimento nacional em países periféricos. Esse desenvolvimento pautado pela CEPAL não levava em consideração que “no capitalismo, a consequência da dependência não pode ser outra que não mais dependência, um processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento”. (MARINI, 2007, p. 111) e, portanto, não pautava mudanças estruturais no sistema capitalista já vigente. A TMD discute a subordinação de nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2013) de forma que essas relações de poder afetem as estruturas internas dos países.

De fato, em contraste com o que ocorre nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está subordinada à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes, o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação [...]. (MARINI, 2013, p. 50).

Entende-se, então, que ocorre uma subordinação das economias periféricas de forma que, toda sua estrutura de poder econômico e político esteja ligada aos grandes centros. Autores da teoria marxista da dependência, como Jaime Osório (2014; 2019; 2020), Ruy Mauro Marini (1994; 2007; 2013), Vânia Bambirra (1983) e Theotônio dos Santos (2011), desenvolveram seu pensamento a partir da inserção das economias dependentes na economia mundial e seus vínculos com as economias centrais, de forma que pudesse correlacionar, desde a colonização até a atualidade, as relações sociais e os movimentos de reprodução do capital nesses

países.

A teoria marxista da dependência tem como principal aspecto a crítica ao desenvolvimento capitalista, no qual economias subdesenvolvidas cumprem papel essencial na acumulação de economias centrais. Este aspecto está relacionado ao que ocorre no Brasil e em suas cidades, afetando majoritariamente a classe trabalhadora. A classe dominante, que dentre essas categorias chamaremos de proprietários dos meios de produção – e assim, donos do capital e do dinheiro – possuem distinções completamente diferentes do que significa moradia e percebemos essa diferença quando, por exemplo, caminhamos e observamos determinados bairros na cidade, que não apenas se diferenciam pela classe social que em maioria ocupa essas localidades, mas também pela infraestrutura oferecida, exatamente como é a realidade de Foz do Iguaçu, municípios em que contradições são extremamente visíveis no tecido urbano.

Por isso, entender que a moradia representa um problema não apenas relacionado às políticas públicas é necessário: o problema da habitação é o problema de reprodução da força de trabalho (TONIN, 2015, p. 41). Na dinâmica do sistema de produção capitalista, a moradia é parte do desenvolvimento da reprodução da força de trabalho, já que este sistema se baseia no trabalho assalariado. Para Marx (1875, p. 16):

O modo de produção capitalista repousa no fato de que as condições materiais da produção encontram-se (sic) nas mãos dos que não trabalham, sob a forma de propriedade do capital e propriedade do solo, ao passo que a massa possui apenas a condição pessoal da produção — a força de trabalho.

A força de trabalho, como conjunto das capacidades físicas e intelectuais empregadas no processo de produção de bens é entendida como uma mercadoria, vendida aos donos dos meios de produção na esfera do capitalismo. A principal característica da produção capitalista é a exploração do trabalho assalariado. Entende-se que “o valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico.” (MARX, 1867, p. 245)

Entretanto, é justamente por essa venda da força de trabalho que ocorre o processo de acumulação do capital por meio da mais valia. Marx (1867) explica que no modo de produção capitalista, há uma exigência para que se produza muito, no qual, para criar um valor igual ao valor de sua força de trabalho, o

trabalhador não precisa mais do que uma parte de sua jornada de trabalho. Por exemplo, se uma mercadoria custa R\$1 e é produzida em uma hora, mas o valor da força de trabalho é R\$4, levaria, portanto, 4 horas para que o trabalhador produzisse o equivalente a sua força de trabalho. Entretanto, em jornadas de trabalho atuais, o trabalhador é contratado por no mínimo, 8 horas diárias, recebendo os mesmos R\$4 reais. Ora, se eram necessárias apenas 4 horas para equivaler ao valor de força de trabalho, as 4 horas excedentes serão produzidas mais R\$4 em mercadorias, horas não pagas ao trabalhador. Esse excedente de trabalho não pago chama-se mais valia, que é apropriada pelo proprietário dos meios de produção.

Marx (1867) explica que a mais-valia é justamente essa disparidade entre o trabalho pago e o trabalho não-pago. Entre outras categorias, é importante entender que, desde que o modo de produção capitalista passa a ser dominante, o trabalhador assalariado passa a ser explorado, tendo em vista que “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valia.” (MARX, 1867, p. 573).

Em países dependentes, esse desenvolvimento capitalista também ocorreu, mas de forma distinta. Essa diferenciação é fundamental, pois encontramos nelas as raízes dos problemas sociais existentes, causados pela herança colonial envolvida no processo de desenvolvimento de relações capitalistas aqui presentes, que tem consequência direta na maneira como marcadores sociais, como raça e gênero são pautados atualmente.

Gorender (2016), ao escrever *O Escravismo Colonial* ressalta que “o colonialismo contribuiu em grande proporção, sem dúvida, para a acumulação originária de capital e o conseqüente desenvolvimento capitalista no Ocidente europeu”. Essa hipótese reforça a tese anterior de que a América Latina possui condições específicas relacionadas à reprodução da força de trabalho, o que torna o problema da moradia um assunto tão importante, sobretudo na realidade da região da Tríplice Fronteira, na qual Foz do Iguaçu encontra-se inserida.

A teoria marxista da dependência retoma todos esses fatores da teoria clássica marxista⁸ e desenvolve, assim como propõe Gorender (2016), uma visão a

⁸ Apesar de não serem incluídos como autores relacionados à teoria marxista da dependência, Sérgio Bagú (1952) e Jacob Gorender (2016a; 2016b) que escrevem, respectivamente, sobre a economia colonial – baseada na escravidão e o escravismo colonial, possuem extrema importância para a análise das complexidades relacionadas ao período colonial e o desdobramento do modo de produção capitalista no Brasil.

partir da centralidade de países dependentes. Marini (2005) escreve que a

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2005, p. 140).

Ao se apropriar das riquezas, o escravismo colonial, “modo de produção historicamente novo” (GORENDER, 2016a, p. 89) é utilizado como meio de obtenção de mais valia por meio do trabalho forçado. Dessa condição, entende-se que “a característica mais essencial, que se salienta no ser escravo, reside na condição de propriedade de outro ser humano” (GORENDER, 2016a, p. 94) e que “todos os trabalhadores são instrumentos animados” (GORENDER, 2016a, p. 95). Retirados de suas terras, trazidos à força para países desconhecidos, as pessoas escravizadas passaram a ser a forma de garantia da mais valia da metrópole (no caso do Brasil: Portugal). Neste momento, não havia problema da habitação, já que o escravo, visto como mercadoria, era de responsabilidade de seu senhor e não possuía direitos, assim como não era considerado um ser dotado de vontade própria. (VILLAÇA, 1989).

Nos séculos seguintes, Gorender (2016a, p. 297) escreve que o sistema escravista colonial configurava o capitalismo na América colonial. Sua produção advinda da escravidão era o que definia, principalmente, a natureza mercantil da produção escravista. Bagú (1952, p. 43) reitera, escrevendo que o capitalismo colonial existente nas colônias, fez com que a América portuguesa e espanhola ingressasse “com surpreendente celeridade dentro do eido do capitalismo comercial, inaugurado já na Europa, fazendo com isso possível o início do período do capitalismo industrial séculos-mais tarde”. A invasão colonial demarcou o nascimento da tortura como dinâmica mercantil no continente. Ainda que possam haver outros processos de tortura e poder anteriores à invasão, é nela que se instaura a lógica de produção de mercadorias.

Conforme tem sido dito, a grande maioria dos escravos não participou de levantes, não cometeu atentados, nem fugiu. À exceção da geração que chegou à abolição, a grande maioria viveu a escravidão até a morte. Centenas de milhares de escravos nativos - crioulos - suportaram este destino do nascimento à morte. Isto não quer dizer que aceitaram a escravidão. Precisaram conduzir-se como todos os seres humanos em circunstâncias extremamente desfavoráveis: adaptar-se para tentar sobreviver. (GORENDER, 2016b, p. 52).

A abolição, que ocorre formalmente no século XIX, acontece devido às pressões do mercado externo inglês. Não ocorre como um movimento favorável às

pessoas escravizadas, pelo contrário, “a abolição foi feita pelos brancos e em prol dos brancos” (FERNANDES, 1976, p. 14), não importando as condições desumanas da escravidão, tampouco com o destino dos libertos pós libertação. Suas necessidades são ignoradas e não existe apoio, por exemplo, para idosos, libertos pela Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva-Cotegipe. Cria-se, portanto, uma “massa de mão de obra relativamente amorfa” (FURTADO, 1987, p. 120), um grandioso exército de reserva lucrativo, formado nos séculos anteriores, que garantiu lucro da elite latifundiária da época.

Sem moradia, sem alimentação, sem mão de obra qualificada, despossuídos: os libertos foram, novamente, forçados a ingressar em um processo de acumulação capitalista, agora, em partes, assalariados, entretanto, totalmente à margem da sociedade. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares⁹, que analisou informações do Censo de 1872, existiam 176.057 africanos vivendo no país, porém, divididos apenas entre pessoas escravizadas (138.358) e alforriados (37.699).

A partir do século XIX o Brasil passa a ter destaque no comércio mundial como país primário exportador, aumentando significativamente o comércio com as metrópoles (MARINI, 2013) e assim, passa a receber mais investimentos externos, utilizado para a manutenção das importações de bens de consumo, bem como à infraestrutura. Esse movimento acelera o processo de acumulação capitalista e “força o capital a buscar campos de aplicação fora das fronteiras nacionais” (MARINI, 2013, p. 49) e por isso, a América Latina no geral passa a receber uma enxurrada de investimentos externos.

Portanto, diferentemente dos créditos externos utilizados antes e que correspondiam a operações comerciais compensatórias, a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista. (MARINI, 2013, p. 49).

Mais tarde, esse processo culminará em diversos acontecimentos, entre eles, a dívida externa. Esse capital que aqui se desenvolve não é um ato benevolente das economias centrais, já que parte delas, metrópoles, precisavam expandir seus comércios e que para que isso ocorresse, seria necessário o mínimo de infraestrutura e capital. No século XX, o sistema de exportações passou por diversas crises e percebeu-se a necessidade de inovar a malha industrial brasileira,

⁹ SOUZA, Daiane. População escrava do Brasil é detalhada em Censo de 1872. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=25817>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

já que o modelo primário exportador – principalmente o café – não agradava a crescente elite industrial. Mesmo com grande parte do poder concentrado na elite latifundiária, é implementada a Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que visava o desenvolvimento do mercado interno por meio da industrialização e avanço tecnológico, aliado ao capital externo.

A crise de 1929 veio para confirmar o que a elite latifundiária temia: as economias que dependiam da exportação de produtos primários foram extremamente afetadas com as baixas demandas dos países, que antes importavam estes produtos. Como consequência, a capacidade de importação do país é reduzida, forçando a industrialização do país, que se aproveitou do cenário de crise para fazê-la (MARINI, 2013). Isso não se deve somente à impossibilidade de exportar seus produtos primários e importar produtos manufaturados, mas também pelo fato de que a crise possibilitou que o país adquirisse a preços mais baixos equipamentos necessários para a criação de uma planta industrial, ou seja, maquinário obsoleto de países centrais. Segundo Marini (2013), o sistema de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) foi motivo de discórdia entre as burguesias que buscavam seu fortalecimento enquanto fração hegemônica no bloco do poder.

Ainda que esse movimento tenha sido regido pelo vai-e-vem de capital estrangeiro que, até aquele momento, era concentrado nas mãos da fração de classe latifundiária, o desenvolvimento das forças produtivas para o nascimento de uma indústria nacional era um impasse. Marini (2013) explica que:

Efetivamente, o desenvolvimento do principal setor de exportação tende, nos países dependentes, a ser assegurado pelo capital estrangeiro através de investimentos diretos, deixando às classes dominantes nacionais o controle de atividades secundárias de exportação ou a exploração do mercado interno. (MARINI, 2013, p. 50).

Embora a burguesia agroexportadora tivesse interesse em se manter no poder para proteger seus lucros, sua aliança com a burguesia industrial era indispensável. Esse pacto expressava uma cooperação antagônica (MARINI, 2013), já que as burguesias possuíam divergências significativas na política. Um dos primeiros embates foi a questão das terras e da reforma agrária. O governo de João Goulart posicionou-se, no Plano Trienal de Desenvolvimento destacou que “o traço marcante dessa estrutura agrária arcaica e obsoleta, que conflita perigosamente com as necessidades sociais e materiais da população brasileira, está na absurda e anti econômica distribuição de terras.” (MARINI, 2013, p. 85).

Essa estrutura, que deixa mais da metade das terras nas mãos de menos de

26% dos proprietários, enquanto mantém, em 10% das terras, 75% da população ativa rural em condições de muito baixa produtividade, coloca a maioria dos camponeses em uma situação permanente de subemprego e de miséria, permitindo, além disso, que toda a riqueza produzida no setor agrícola seja apropriada por uma minoria de latifundiários, através do arrendamento da terra. Tal estrutura é um obstáculo para a ampliação do mercado interno para os produtos industriais. Portanto, em um momento no qual o investimento estrangeiro na indústria tende a minimizar o divórcio crescente entre os interesses industriais e do setor agroexportador, a oposição entre a indústria e a agricultura para o mercado interno agrava a contradição existente entre os setores industrial e agrícola, globalmente. A consequência é a proposta cada vez mais urgente da reforma agrária. (MARINI, 2013, p. 85).

Essa disputa de poder continua, até o momento em que a burguesia agroexportadora percebe a insustentabilidade da manutenção de um país de economia primária, dependente de exportações. A aliança entre burguesias se coloca atrativa ao passo que estas não abriam mão de suas posições de poder. A elite latifundiária, portanto, passa a concentrar seus esforços no mercado interno (MARINI, 2013) ainda que seus lucros não fossem tão altos quanto antes.

E é a partir dessa disputa entre burguesias que Ruy Mauro Marini (2013) adentra o conceito de superexploração do trabalho. A superexploração do trabalho ocorre em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre economias dependentes e centrais (MARINI, 2013). Essa transferência de valor faz com que parte da mais-valia produzida na periferia seja captada e acumulada por países centrais, de forma que parte do excedente gerado em países dependentes seja enviado para centros hegemônicos, e aqui, especificamente os Estados Unidos, que já havia se conformado como potência mundial no pós-segunda guerra – na forma de lucros e juros. Parte desses lucros é acumulado internamente por frações de classes dominantes e por isso, há um desequilíbrio social gigantesco em países periféricos. Esse déficit na acumulação interna de capital só pode ser compensado no plano da produção – e justamente, através da superexploração do trabalho.

A regra geral foi a intensificação da exploração, e portanto, da acumulação através do barateamento real da força de trabalho, alcançado principalmente pela redução do valor dos bens necessários para a subsistência do trabalhador. Com isso, a desvalorização constante da força de trabalho se tornou um elemento decisivo na produção e acumulação capitalista nos países centrais, a tal ponto que se poderia afirmar que a história do desenvolvimento capitalista é, neste sentido, a história da depreciação do valor real da força de trabalho. (MARINI, 2013, p. 173).

No caso das economias dependentes, a superexploração se dá com as condições ainda mais precárias da força de trabalho, aliada à “falta de regulamentação e, portanto, a extensão desmedida da jornada produtiva” (MARINI,

2013, p. 173). A superexploração do trabalho, no âmbito da moradia, pode ser percebida principalmente pelas enormes lacunas sociais do país. Alimentada pela grande quantidade de exército industrial de reserva¹⁰, as condições de trabalho são cada vez mais difíceis e incompatíveis com os custos de vida – alimentação, saúde e moradia passam a ser cada vez mais escassas e de difícil acesso para a classe trabalhadora.

Em relação à moradia, Engels (2015) escreve que o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador por seu valor, mas que dele, extrai muito mais do que pagou. Assim, “fazendo com que o trabalhador trabalhe mais tempo do que o necessário para a reposição do preço pago pela força de trabalho” (ENGELS, 2015, p.38). O salário, entretanto, permanece defasado, pois os trabalhadores passam a ter dificuldades em conseguir o básico para sua sobrevivência, como por exemplo, a habitação.

O mesmo ocorre com a escassez de moradia. A expansão das metrópoles modernas confere ao terreno situado em certas áreas, especialmente nas mais centrais, um valor artificial, que com frequência aumenta de forma colossal; os prédios construídos nelas, em vez de elevar esse valor, acabam pressionando-o para baixo, porque não correspondem mais às novas condições; eles são demolidos e outros são construídos em seu lugar. Isso acontece sobretudo com moradias de trabalhadores localizadas no centro, cujo aluguel, por mais superlotadas que estejam as casas, jamais ou só muito lentamente teria como ultrapassar um certo valor máximo. (ENGELS, 2015, p. 39).

A “escassez” de moradia, portanto, é reflexo dessa exploração sobre o trabalho. Embora Engels (2015) escreva sobre a dinâmica alemã pós revolução industrial e sobre a exploração laboral que alçou a Alemanha para um posto de destaque no comércio mundial, ainda sim é possível traçarmos paralelos de análise com o contexto latino-americano.

[...] Neste ponto, podemos ver claramente: o que num estágio histórico anterior era a base de um relativo bem-estar dos trabalhadores, ou seja, a conjugação de cultivo da terra e indústria, a posse da casa, da horta e da roça, a moradia assegurada, torna-se hoje, sob o domínio da grande indústria, não só a mais terrível amarra para os trabalhadores, mas também a maior desgraça possível para toda a classe trabalhadora, a base de uma pressão sem precedentes sobre o salário para que este permaneça abaixo do patamar normal não só em alguns ramos e em algumas regiões, mas em todo o território nacional. (ENGELS, 2015, p. 33).

¹⁰ Para Marx, “[...] população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 1867, p. 707).”

Esse fato trazido por Engels (2015) demonstra o momento em que há a transformação entre o camponês, aquele que vivia no campo e ali conseguiria ter a fonte de sua subsistência garantida, além da moradia, para o capitalismo urbano industrial. Se o choque foi tão grande para a classe trabalhadora europeia, as condições não poderiam ser melhores nos países que até então eram colônias.

Existem diversas lacunas sobre o tema a serem preenchidas. Uma delas é a compreensão de como as cidades na América Latina foram formadas a partir do que foi exposto: suas condições são historicamente e socialmente construídas a partir do sistema de produção vigente e também as contradições envolvidas neste processo. Se a América Latina passou por um processo de desenvolvimento das forças produtivas na década de 1960 e 1970, por que os problemas sociais, como por exemplo, a moradia, não foram resolvidos? O caminho para a análise dessa resposta é o que pretendemos expor no próximo tópico.

2.2 A CIDADE PERIFÉRICA: REFLEXOS DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Na década de 1980 e 1990, inúmeras cidades na América Latina passaram por um processo ligeiro de urbanização e Foz do Iguaçu não fugiu a essa regra. A cidade que, antes basicamente apoiava-se na agricultura local, com poucas famílias residentes, controlada por uma elite local, recebeu na década de 1970 uma das maiores obras do período ditatorial brasileiro: a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

O crescimento urbano dos anos seguintes é decorrente desse período: neste tópico, passamos a discutir os processos que levaram à conformação das cidades latino americanas e as consequências dela: a desigualdade, o encarecimento de moradias, a falta de acesso básico a serviços públicos e a violência fazem parte desse movimento. Esse tema é um dos aspectos principais a serem compreendidos para que, finalmente, possamos entender a quantidade de problemáticas ligadas à Comunidade Monsenhor Guilherme e sua inserção na dinâmica de Foz do Iguaçu.

Durante os anos 1960 e 1970, a América Latina passa pelo processo de consolidação do capitalismo nacional. No decorrer da tentativa de industrialização latino-americana, principalmente após a segunda metade do século XX, como abordado no tópico anterior, os países passaram por um forte crescimento industrial

dadas as políticas de desenvolvimento econômico e tiveram como resultado, uma urbanização acelerada, que viria acompanhada de uma série de desigualdades que se agravaram nas décadas seguintes.

Nesse sentido, o processo de urbanização acelerada pelo qual passaram esses países desnudou algumas contradições estruturais: a difícil urbanização sem a reforma agrária; a urbanização calcada sobre um crescimento exagerado do setor terciário em relação ao secundário; a absorção de novos padrões de consumo, calcados em uma ainda maior concentração de renda; a passagem à estrutura concentrada do capitalismo, mantendo-se estruturas clientelistas de poder; a acentuação das desigualdades regionais, sob as quais se compreendia o processo de aceleração da urbanização em regiões mais desenvolvidas, enquanto da persistência de um setor pouco produtivo, muito próximo ao nível de subsistência, em regiões subdesenvolvidas. Não raro, os golpes militares aos quais a América assistiu nessas décadas foram resultado e causa da preservação de estruturas tradicionais de poder. (OLIVEIRA, 2014, p. 168).

O Brasil terminava os anos 1970 com uma recessão pior que a ocorrida na década anterior e enfrentaria, até o fim da ditadura militar, condições precárias nas políticas econômicas e sociais, que levaram a um aumento exponencial do desemprego, fome, miséria e sofrimento da população trabalhadora, piorando suas condições de subsistência e deixando claro mais uma vez a lógica monstruosa do sistema capitalista nesse período histórico. (MARINI, 2013).

O país não atingiu o desenvolvimento pleno das forças produtivas e tampouco a condição de país desenvolvido, pelo contrário. Ainda que nos anos 1960 e 1970 o crescimento das economias latino-americanas tenha sido 4 vezes maior (OLIVEIRA; ROBERTS, 2005), não foi suficiente para sanar os problemas que se apresentariam nos anos seguintes. Contradições inerentes ao sistema capitalista, como a produção e a reprodução de desigualdades (FERNANDES, 2001) resultaram em um processo de frustração do desenvolvimento.

A partir desse momento, surgem teorias que buscavam estudar não somente as problemáticas econômicas, mas também que buscavam alternativas para a superação de entraves estruturais, de natureza social e política. É durante esse movimento que os primeiros estudos sobre urbanização e desenvolvimento começam a ser estruturados. Publicado em 1968, o texto de Aníbal Quijano, *Dependencia, cambio social y urbanización* explica o processo de urbanização e de marginalização de massas urbanas. Escreve:

La tesis central del enfoque sostiene que la urbanización de Latino Americana es un proceso dependiente. Esto es, que sus tendencias y características sobresalientes están regidas por las del proceso de las relaciones de dependencia de nuestras sociedades. (QUIJANO, 1968, p. 534).

Oliveira (2014, p. 168) escreve que existem três principais

características da abordagem da compreensão da formação urbana no capitalismo latino-americano. A primeira delas é a relação entre o rural e o urbano; a segunda, entende o processo de conformação das cidades latino-americanas como reflexo do capitalismo dependente e o processo de industrialização aqui vivido e o terceiro, é a relação entre o Estado e a segregação de territórios na conformação das cidades.

A cidade é o lócus da concentração da força de trabalho (ENGELS, 2008) em que a exploração permite a incessante acumulação de capital. Ainda que houvesse dificuldades no campo, existia a possibilidade de garantir a subsistência, mas nos centros urbanos, essa possibilidade é retirada. Há uma separação completa do trabalhador e seu meio de produção, que depende do capitalista, completando o ciclo de dominação do capital (OLIVEIRA, 2014). É na cidade que a lei geral de acumulação capitalista, que expressa a produção paradoxal de miséria e riqueza no capitalismo, encontra sua forma mais crua (MARX, 1867).

Se, por um lado, o processo de urbanização representa a força da industrialização, por outro lado, expressa a dominação plena do trabalho pelo capital. É somente na cidade que a superpopulação relativa, ou o exército industrial de reserva, pode existir. O urbano é, portanto, urbano não somente porque é industrial mas, sim, porque é o espaço em que se completa o conflito entre o capital e o trabalho. Por esse motivo, a produção da própria cidade é um elemento essencial no processo de acumulação de capital. Por isso também a permanente necessidade que as classes têm, na cidade, em buscar meios de segregação social, como o consumo, por exemplo. Algumas expressões políticas, ou mesmo culturais, dos conflitos das classes capitalista somente encontraram sua forma na cidade capitalista. (OLIVEIRA, 2014, p. 176).

Anteriormente, quando tratamos de explicar as origens do capitalismo dependente na América Latina, não deixamos de lado todo seu passado colonial, porque é justamente neste ponto que as relações entre rural e urbano ficam explícitas. Já nos anos 1960, a pauta da reforma agrária somente entra em voga porque há uma necessidade maior de oferta de alimentos. Sem essa oferta, esses produtos encarecem a vida do trabalhador, o que conseqüentemente impulsiona a luta de classes na cidade. Entretanto, nunca houve uma reforma agrária. Marini (2013) que escreve sobre esse processo em seu livro *Subdesenvolvimento e Revolução* conta que a negação de uma reforma agrária foi tão forte, que “protestando contra a ameaça da reforma agrária, os latifundiários, sob a direção da Sociedade Rural Brasileira, começaram a armar milícias.” (MARINI, 2013, p. 101). O que aconteceu foi uma migração de pessoas para a cidade e empobrecimento de quem permaneceu no campo. As condições, que já não eram boas, tornaram-se ainda mais difíceis e precárias: com a mecanização do campo, houve melhora na produtividade e elevação

das exportações (SINGER, 1979). A falta de força de trabalho não foi sentida.

A “revolução verde” que ocorreu nos anos 1970 estimulou ainda mais o êxodo rural e desde então, as cidades passaram a refletir a chegada de pessoas que vinham de todas as partes do país, em busca de melhores condições de vida. Muitas, chegavam sem trabalho, somente com a roupa do corpo e com suas experiências no campo. Acompanhadas de suas famílias, buscavam um espaço para conseguir viver. Essas pessoas, que chegavam em condições precárias nas cidades, não possuíam casa, trabalho e muito menos condições de adquirir um pedaço de terra próprio. A urgência de ter um teto para acomodar a família fez com que muitas pessoas buscassem alternativas por conta própria.

A superexploração da força de trabalho urbana encontrará outra especificidade. Espaço privilegiado do assalariamento e da cisão entre o tempo de trabalho e o tempo livre, o trabalhador para conseguir viver na cidade terá que construir sua própria casa já que o preço vigente desta mercadoria nas sociedades urbanas subdesenvolvidas não entra na definição do salário. Surge, assim, a autoconstrução e a favela como fuga, como uma saída, como uma fórmula de sobrevivência desde a perspectiva do trabalhador (KOWARICK, 1979); e como um mecanismo de manter baixo o preço da força de trabalho, incorporando assim, nas margens de lucro, o que seria destinado ao salário, desde a perspectiva do capital. (TONIN, 2015, p. 221).

Do outro lado, as cidades não foram preparadas para receber um contingente tão grande de pessoas vindas – pela má gestão, falta de infraestrutura e diversos outros motivos. Fica claro que “esta nova industrialização dependente reforça a distância entre a cidade e o campo [...]” (TONIN, 2015, p. 69), assim como dificulta o acesso à moradia nas zonas urbanas.

Quando observamos a realidade da maioria das cidades brasileiras, conseguimos distinguir qual classe social majoritariamente vive em determinada região. É comum ouvir que os ricos vivem em determinada parte da cidade ou que existem muitas periferias em outra região. A construção da cidade, que vai ocorrendo de forma desorganizada, ainda assim, conseguiu segregar classes sociais em determinados quadrantes. A principal forma de conseguir manter essa divisão, ainda que pareça não intencional, está ligada à especulação imobiliária e os agentes que a produzem.

Do aspecto capitalista, foram criadas regiões nobres em cidades e regiões periféricas, separadas pela distância, por um muro, uma avenida ou simplesmente pela dificuldade de acesso a elas. E é aqui que, mais uma vez, que a luta de classes se torna ainda mais visível. O dono de terras ou o proprietário fundiário

“explora todas as vantagens da sociedade [...] A renda da terra é incrementada na proporção que há um aumento populacional e de suas carências.” (MARX, 1844, p. 68).

Esse movimento se concretiza na segregação socioespacial, que se refere à marginalização de determinadas pessoas ou grupos sociais por fatores econômicos, culturais, históricos e raciais no espaço das cidades. A comunidade Monsenhor Guilherme, em Foz do Iguaçu, é um dos milhares de retratos brasileiros de contradição econômica e social de sociedades capitalistas dependentes.

2.3 SEGREGAÇÃO E LUTA DE CLASSES

A segregação socioespacial, analisada nesta pesquisa, é parte de um processo que expõe as extremas desigualdades sociais latino-americanas. Cercados por muros, a burguesia persegue uma falsa sensação de segurança, em que sua liberdade é vigiada 24 horas por dia, 7 dias por semana. Para eles, a cidade segregada é a cidade confortável, a cidade do “não pode”: nenhum indivíduo diferente é aceito e é visto como ameaça. As camadas de muros - visíveis ou não - são o forte que constroem para que suas vistas não alcancem tudo aquilo que é considerado ruim: a pobreza, a violência, a fome...

Por isso, escrever sobre segregação não deve se limitar em analisar as definições que a fazem acontecer como consequência de um péssimo planejamento urbano e habitacional (ou da sua ausência), mas também como um processo que concretiza a luta de classes e que expõe, a olhos vistos (como no caso da autosegregação¹¹) o antagonismo existente entre uma classe que detém os meios de produção e que pode pagar para usar a cidade a partir de uma condição de privilégio, e a classe trabalhadora que precisa arcar com o ônus de vivenciar a mesma cidade na qual um conjunto de serviços ainda não é acessível para todos/as, como é o caso dos serviços de saúde, educação e segurança.

A definição de segregação socioespacial surge enquanto uma

¹¹ Segundo Vasconcelos (2013, p. 27), [...] é resultado de uma decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é o dos loteamentos e condomínios fechados, com suas entradas restritas, muros e sistemas de segurança. É uma forma radical de agrupamento residencial defensivo que procura juntar os semelhantes e excluir os diferentes e impedir o acesso dos indesejáveis.

elaboração conceitual, em primeira análise, na Escola de Chicago. Buscava-se explicar a segregação socioespacial como efeito de um processo ecológico, no qual grupos superiores – ou mais fortes – venceriam os mais fracos em diferentes espaços. Nessa concepção a segregação espacial não seria necessariamente ruim, pelo contrário, já que pessoas “ecologicamente semelhantes” dividiriam o mesmo espaço. Entretanto, esse pensamento, de acordo com Villaça (1998) não se preocupa em explicar as razões da segregação urbana, apenas medi-la.

Segundo Flávio Villaça (1998, p. 142), urbanista, “[...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”, diferenciando-se, assim, do pensamento anterior elucidado pela Escola de Chicago. Embora Villaça (1998) tenha concebido o conceito no Brasil a partir de realidades metropolitanas, ressaltamos como desde a virada do século XX para o XXI, tal fenômeno é cada vez mais percebido em cidades médias (como Foz do Iguaçu) e também em cidades pequenas.

Se partimos do pressuposto que a moradia é um espaço de reprodução de força de trabalho que não é alcançada por grande parte da classe trabalhadora latino-americana, superexplorada, entendemos que a segregação socioespacial corresponde justamente ao movimento capitalista de exclusão por classes sociais. E é justamente esse movimento que é representado no processo de remoção da Comunidade Monsenhor Guilherme.

Como um exemplo de prática espacial (SOUZA, 2019, p.84) a segregação urbana advém das relações sociais produzidas pelo sistema capitalista. Villaça (1998) escreve que a segregação social se dá pela concentração de uma determinada classe social no espaço urbano, não impedindo o crescimento de outras classes neste mesmo espaço. O autor entende que o espaço urbano é um produto do trabalho urbano, portanto, segregação espacial não está intrinsecamente ligada à pessoas, mas sim, à luta de classes.

O espaço urbano que conhecemos faz parte de uma lógica capitalista de empreendimento e a especulação imobiliária é um claro exemplo disso. As relações de classe que coexistem neste espaço são afetadas por essa lógica: passa, então, a existir uma cidade para o rico e uma distinta cidade para o pobre. Isso está socialmente vinculado a uma noção de que existem espaços no qual certas classes sociais não devem circular, demonstrando a faceta das relações cumulativas e

circulação do capital. Esse espaço urbano segregado faz parte do processo produtivo, transformando-se em mercadoria (LEFEBVRE, 1970). Portanto:

As raízes da segregação socioespacial encontram-se na divisão social e técnica do trabalho, isto é, decorrem do vínculo que os habitantes das cidades estabelecem no processo de produção e de reprodução social. A segregação socioespacial, fenômeno que se agrava nas grandes e médias cidades brasileiras, é uma resultante do processo de relações sociais capitalistas, baseadas no antagonismo entre capital e trabalho, origem das desigualdades sociais, que dificulta ou mesmo impede o acesso de extensos segmentos sociais ou usufruto da riqueza social. (RAMOS, 2002, p. 01).

Quando esse espaço é transformado em mercadoria, a classe trabalhadora passa a ter acesso restrito a ele. Segregar, portanto, cria novas formas de excluir a classe trabalhadora e ao mesmo tempo, inclui-las a partir da lógica do consumo. Quando todo o consumo é concentrado em regiões centrais, há um fluxo de pessoas que precisa se deslocar até o centro para conseguir acessar serviços e bens que em sua região são escassos, e é neste movimento que percebemos a disputa entre classes sociais e a melhor localização. Neste sentido, o que mais interessa em relação ao urbano não é o processo de produção e sim o de consumo. (VILLAÇA, 1998, p. 42). Sendo assim, a divisão da cidade se configura justamente na divisão de classes.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1987, p. 81).

E é assim que a distribuição de territórios ocorre nas cidades. Os maiores e melhores espaços são aqueles que possuem acesso mais rápido a centros de consumo, de bens e serviços, ou ainda aqueles que se encontram próximos a vias de rápida locomoção. Esses lugares normalmente se concentram próximo ao centro da cidade, mas justamente por oferecerem esses benefícios são mais caros. O que ocorre, portanto, é que localizações privilegiadas são quase inacessíveis – seja por transporte, seja por barreiras financeiras – à classe trabalhadora.

A classe dominante fica com as melhores localizações, que são, geralmente, as acima descritas. Já a classe média tende a possuir um acesso mais difícil ao centro e ao local de trabalho. Já as classes com menor poder aquisitivo, como não possuem armas para lutar nesta guerra, ficam com as piores localizações, geralmente longe do centro da cidade e longe do local de trabalho. (ALMEIDA Jr; WHITACKER, 2007, p. 6).

A segregação socioespacial, portanto, não é algo que acontece por

acaso. Pela inacessibilidade da classe trabalhadora, em que o salário não alcança a compra ou o aluguel de imóveis próximos ao centro da cidade, é visto que cada vez mais, essa parcela da população se concentra longe do centro, levando horas e mais horas no trânsito para poder acessar serviços básicos. O termo segregação reflete a forma como os recursos são distribuídos de forma desigual pela diferenciação por classe, cor, gênero, etc.

No Brasil, os indicadores de desigualdade social mostram que grande parcela da população tem se localizado cada vez mais à margem da sociedade, considerando que o movimento de urbanização das cidades intensificou a seletividade de quem tem ou não direito de usufruir de condições básicas de existência, como dispor de uma moradia digna. Fica claro que a segregação espacial não se concretiza “somente no que diz respeito à moradia, mas também nos espaços de circulação das pessoas, das mercadorias, dos serviços, e em outras palavras, ela se relaciona com o que os diferentes agentes sociais fazem no espaço”. (SOUZA, 2019, p. 86).

Assim como a segregação urbana, “a fragmentação é um conceito importante para compreender cidades heterogêneas”. (SOUZA, 2019, p. 87). “O território fragmentado faz alusão ao mal-uso da cidade pela inação do Estado”. (VASCONCELOS, 2013, p. 22) resultando em espaços fechados. No que tange à segregação, é importante entender que ela se manifesta de formas diferentes, desse modo é importante conhecer, em cada cidade, a relação da segregação com os processos que a estimulam e quais os resultados, observando, inclusive, a compra e venda de propriedades, além de entender e identificar quais são os agentes produtores do espaço urbano.

A especulação imobiliária faz parte desse processo e é caracterizada como “uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida de outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos”. (FILHO, 2001, p. 48,). A partir da perspectiva marxista, entendemos que a transferência de renda da terra¹² é intrinsecamente conectada às relações sociais de produção. Marx (2010) explica que existem três tipos de renda: a renda absoluta, a renda diferencial e a renda monopólio.

¹² Ainda que de extrema importância, a renda da terra não será abordada conceitualmente neste trabalho, segundo análise do Livro III d'O Capital de Karl Marx (1867). É dado o destaque sobre a teoria, baseada nos escritos e análise de Karl Marx no Livro I d'O Capital. A nossa análise se desdobra sobre a diferenciação entre os tipos de renda da terra justamente para concluir que a terra não produz valor, mas, sim, é passível de produção desse valor pelo trabalho ali realizado, reforçando a tese central.

A primeira, é gerada pelo proprietário da terra e sua relação jurídica com a propriedade, ou seja, está ligada à posse da terra. A renda diferencial é dividida em duas: a uma que relaciona aos bens naturais que rodeiam a propriedade, como rios, relevo, qualidade do solo, etc. e outra que diz respeito aos investimentos realizados na terra. A renda de monopólio tem sua realização a partir da produção da terra – tudo aquilo que se obtém como ganho nesta terra e que se pode extrair lucro. Neste sentido, a renda da terra “nada mais é do que a remuneração pelo direito de uso da terra imposto ao capital”. (MARX, 1844).

A terra, portanto, não produz valor. Mas sim, é passível de produção desse valor pelo trabalho ali realizado. Portanto, “a terra assume um preço simplesmente por ser uma condição necessária à produção capitalista e o espaço elemento fundamental para toda a atividade humana, não reproduzível e monopolizada pelo proprietário fundiário”. (RIBEIRO, 1979, p. 46). Dessa forma, a escassez de terra é o que garante o lucro de seu proprietário, que possui o poder de regular seus preços por demanda de mercado, aumentando ou diminuindo de acordo com seu comprador. Além disso, os terrenos passam por valorizações externas, justamente como explica Marx (1844) em relação à renda diferencial da terra: todo investimento realizado próximo a essa terra, faz com que ela aumente seu valor quase instantaneamente.

A renda da terra é gerada a partir de vários fatores (localização, infraestrutura etc.), que não necessariamente estão ligados ao próprio terreno, por elementos externos, por elementos históricos, que estão relacionados ao poder dos proprietários da terra e a expectativa de valorização futura, definida pelo processo de especulação imobiliária. (NASCIMENTO, 2014, p. 104).

Esse investimento, na maioria das vezes, é realizado nos centros das cidades, o que de fato explicaria os valores exorbitantes quando caminhamos no centro de Foz do Iguaçu. Em relação às regiões periféricas da cidade, os aluguéis e preços de venda são bem mais altos. Entretanto, regiões mais afastadas não são imunes à essa ocorrência, principalmente quando grandes obras – sejam elas de pavimentação, sistema de transportes ou equipamentos urbanos) – acabam valorizando uma região e ocorre, paulatinamente, a expulsão dos moradores daquela localidade que antes, acessível, passa a sofrer um boom de preços que não se reflete somente no valor do terreno ou do aluguel, mas também no custo de vida.

Outro movimento atrelado à especulação imobiliária é a grande quantidade de terrenos vazios que acabam se concentrando em regiões mais caras da cidade. Os vazios urbanos, que podem ser pertencentes tanto ao proprietário de

terra particular quanto ao Estado, são áreas na condição de inutilizados ou insuficientemente utilizados (NASCIMENTO, 2001), que no caso brasileiro, descumpre o que chamamos aqui de função social da propriedade, conceito jurídico que exige o cumprimento de critérios estabelecidos em lei. Entende-se que:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e trabalhadores. (BRASIL, 1988).

Ou seja, todos os terrenos devem cumprir com sua função social, sejam eles vazios urbanos construídos ou não. Entretanto, há quem ainda utilize terrenos vazios para a especulação imobiliária, aguardando melhorias a serem feitas na região para vendê-lo de forma lucrativa. Como uma forma de evitar a especulação imobiliária e atingir o cumprimento da função social, tanto da cidade quanto da propriedade, o Estatuto da Cidade (Lei 10.2571/2001) (BRASIL, 2001), faz previsão de um conjunto de instrumentos urbanísticos, como é o caso do IPTU Progressivo (instrumento utilizado em alguns municípios brasileiros, como Curitiba/PR).

É justamente neste ponto que há de se considerar tudo que foi escrito anteriormente: se, terrenos concentrados no centro das cidades passam por um processo de especulação imobiliária justamente por oferecer estrutura e somente classes altas podem usufruir dessa condição, a classe trabalhadora – que vive em periferias cada dia mais distantes dos centros das cidades ou em lugares precários, passa cada vez mais por um processo de segregação socioespacial. Ainda que a composição da maioria das cidades latino-americanas seja heterogênea, percebemos que existe um movimento de expulsão da classe trabalhadora para regiões periféricas e/ou precárias, já que os altos custos – alimentados pela especulação imobiliária – não alcançam o custo de vida necessário para viver ali.

2.3.1 Como morar se a renda não alcança o custo de vida?

O salário mínimo do trabalhador promulgado em 2022 é de R\$1212,00. Em 2019, esse salário era de R\$1,1 mil. O que separa esses anos é uma inflação desenfreada, em que o IPCA acumulado dos últimos 12 meses chega a

11,73%, enquanto na mesma época, em 2019 o acumulado era de 2,21%¹³. Essa diferença é percebida principalmente no custo de vida das pessoas, que vão ao supermercado e se deparam com uma mercadoria extremamente cara e inacessível.

O impacto mais grave da inflação é a redução da renda dos mais pobres e o aumento das desigualdades sociais e da pobreza. Sabendo que os índices de desemprego no Brasil no primeiro semestre de 2022 foram de 11,1%¹⁴, totalizando 11,9 milhões de desempregados, é mais preocupante ainda pensar qual a situação dessas pessoas.

A cesta básica, que é um dos principais marcadores de desigualdade, calculada pelo DIEESE, chegou a R\$739,28¹⁵ em Curitiba, no Paraná, no mês de abril, alcançando a porcentagem de 65,94% do salário mínimo. O DIEESE também calcula o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de 4 pessoas, que em abril de 2022 era de R\$6754,33 ou 5,57 vezes o mínimo de R\$1212,00. (DIEESE, 2022).

Em relação aos aluguéis, é comum que o índice de atualização de contratos seja o IGP-M, acumulado de 10,72 %¹⁶ nos últimos 12 meses. Isso significa, na prática, que pessoas que ganham R\$1212,00 de salário mínimo hoje, gastam mais da metade com alimentação – e os outros 34% para aluguel, transporte, vestimenta, saúde e lazer. Entretanto, sabemos que o preço médio do aluguel é consideravelmente alto e que o que sobra de um salário mínimo, não consegue dar conta do alto o custo de vida.

Quando o salário não alcança o custo de vida, as pessoas recorrem às mais diversas formas para tentar contornar a pobreza. Em relação à moradia, muitas famílias buscam ocupações e favelas como fuga, portanto estas são tidas como fórmula de sobrevivência. (KOWARICK, 1979). Enquanto, para uns, a cidade é um misto de oportunidades lucrativas – vide a especulação imobiliária – para a classe trabalhadora, segregada e excluída, ela é a síntese das contradições capitalistas.

¹³ Inflação | IBGE. Ibge.gov.br. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

¹⁴ Desemprego | IBGE. Ibge.gov.br. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

¹⁵ Nota à imprensa: Pelo segundo mês consecutivo, o valor da cesta básica aumenta em todas as capitais. | DIEESE. dieese.org.br. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202204cestabasica.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

¹⁶ O índice IGP-M é um indicador comumente utilizado para o reajuste de aluguéis. É divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE). Portal FGV. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/igpm-maio-2022>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

A medida em que o capital se caracteriza pela captura de todos os valores de uso, pela transformação de todos os valores de uso em valor de troca, a cidade, a terra e o espaço urbano também o serão. É na busca pela localização de sua moradia que o trabalhador se defronta com a renda da terra, ou com sua forma contemporânea, os superlucros de localização, como mecanismo de alocação geográfica de sua moradia autoconstruída. Por isso que apesar da superexploração ser um mecanismo eficiente para o capital em geral, frequentemente ele se defronta com uma fração deste, o capital imobiliário, na busca por um lugar para alojar a força de trabalho na cidade. Evidentemente que as possíveis rugas surgidas daí serão solucionadas pelo acúmulo gigantesco de superpopulação relativa nas cidades, possibilitando a emergência soberana do capital imobiliário. (TONIN, 2015, p. 223).

A desigualdade operante no capitalismo se reflete no espaço urbano na forma da luta de classes. Inúmeras greves, lutas por moradia digna, saneamento básico ocorrem nas cidades e elas objetivam o que Harvey (2008) afirma ser o direito à cidade (conceito criado por Henry Lefebvre, em 1968). A segregação socioespacial retira da classe trabalhadora esse direito: em países dependentes, o trabalhador superexplorado e que vive longe do centro comercial da cidade, abdica de suas horas livres para se deslocar até seu local de trabalho. Quando isso não acontece, “o trabalhador para conseguir viver na cidade terá que construir sua própria casa já que o preço vigente desta mercadoria nas sociedades urbanas subdesenvolvidas não entra na definição do salário”. (TONIN, 2015, p. 221).

A autoconstrução e ocupação de terrenos não ocorre somente nas periferias da cidade ou em áreas com escassa infraestrutura e é comum vermos, não somente em grandes capitais, concentrações desse tipo de moradia nos centros das cidades. A dinâmica de ocupação da cidade capitalista, segundo Côrrea (1989) divide-se em dois tipos de urbanização: a primeira, chamada de urbanização de status, são regiões em que a burguesia constitui moradia, geralmente ligada a aspectos naturais, como mar e pontos turísticos, com acesso privilegiado a serviços públicos de qualidade, como transporte, hospitais e atividades de lazer. Já a segunda, é chamada de urbanização popular, em que os trabalhadores residem, categorizada como periferia, longe de centros urbanos e que carecem de serviços públicos.

É justamente neste ponto que Foz do Iguaçu e a favela Monsenhor Guilherme aparecem: a comunidade localiza-se no centro da cidade, na altura de uma das principais avenidas do comércio, próxima à prefeitura e à FozHabita, instituição de habitação de Foz do Iguaçu, principal responsável pelas políticas públicas relacionadas à moradia no município. A comunidade Monsenhor Guilherme, que será descrita em detalhes no capítulo 3, possui mais de cinquenta anos. Incomoda, em grande parte, a população com maior poder aquisitivo que justamente se localiza em

zona central e por estar em um local de extrema especulação imobiliária no município.

A comunidade, que já foi removida nos anos 1990, voltou a sofrer novamente esse processo que iniciou em 2013. São recorrentes e contínuas as remoções forçadas. O que mais nos interessa, além de analisar as motivações dessa remoção, é entendê-la como um processo inerente à acumulação capitalista dependente. A população que ali vive, em sua maioria dependente de salários baixos e empregos informais, localizava-se no centro da cidade justamente para ter melhores oportunidades e acessos facilitados a serviços públicos gratuitos. Estando afastada do centro, não pode e não consegue custear idas e vindas ao trabalho, não se beneficia de serviços públicos e padece, aguardando auxílio de instituições municipais.

Veremos, no capítulo seguinte, como funciona a dinâmica da cidade de Foz do Iguaçu. Aqui, ela se apresenta como cidade média, mas suas características são fundamentais para entender como a teoria exposta até agora se realiza na prática em um território extremamente disputado pelas elites locais e pela classe trabalhadora, que busca seu espaço para poder sobreviver em meio a tanta dificuldade – e desalento.

3 FOZ DO IGUAÇU: ENTRE RIOS E FRONTEIRAS

A cidade de Foz do Iguaçu, localizada ao oeste do Paraná, é parte integrante da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Além disso, sua identidade é marcada por suas características naturais, o que a faz ser extremamente reconhecida no Brasil e no exterior. É a partir desse pensamento que esse capítulo foi escrito: uma cidade mundialmente conhecida e que abriga, no centro comercial e turístico dela, uma favela de mais de 50 anos – com uma quantidade considerável de famílias que perecem perante ao auxílio econômico e social do município. É emblemático perceber que, por se localizarem justamente às margens do Rio Paraná, não são vistas por quem cruza a Avenida Brasil ou a Avenida Juscelino Kubitschek, duas importantes avenidas da cidade – estão abaixo do nível do olhar turístico e por isso, são consideradas invisíveis.

Neste capítulo, dividido em duas partes, apresentaremos considerações importantes sobre a cidade: na primeira parte, serão organizadas as características gerais de Foz do Iguaçu, como sua localização, sua conformação na região da tríplice fronteira e enquadramento como cidade média contemporânea, além de trazer aspectos importantes para sua formação, como a construção da Hidrelétrica de Itaipu e o eixo turístico, para ressaltarmos como a cidade tem sido alvo constante de implementação de grandes projetos e obras de infraestrutura. Na segunda parte, dados importantes sobre a população serão expostos, a fim de caracterizar os principais agentes que serão estudados. E por fim, uma breve introdução sobre a Favela Monsenhor, localizada no centro da cidade. Essa construção foi realizada a fim de trazer importantes considerações para o derradeiro capítulo deste trabalho, que tratará exclusivamente da Favela Monsenhor Guilherme e seu contexto histórico.

3.1 DA VILA À CIDADE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GRANDES TRANSFORMAÇÕES

As histórias mais diversas são ouvidas nas ruas de Foz do Iguaçu. A primeira história que se ouve ao chegar na cidade como turista ou morador sempre faz alusão às cataratas. É dito que indígenas habitantes das margens do Rio Iguaçu possuíam a crença de que o mundo era governado por M'Boy, um deus em forma de

serpente e filho de Tupã. Nessa tribo, vivia Naipi, filha do cacique Igobi, era dona de uma beleza jamais vista. Naipi foi prometida a M'boy, mas foi por um jovem guerreiro chamado Tarobá que a jovem se apaixonou. M'boy, furioso, tomado pela raiva, rebateu seu corpo contra a terra e produziu uma enorme fenda, onde se formou a gigantesca catarata. Essa lenda, de origem indígena Kaingang¹⁷ marca uma das primeiras memórias da ocupação tardia desse território.

A história de ocupação da região por espanhóis inicia-se com Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que sai em direção a Assunção, no Paraguai. Entretanto, não houve um processo de colonização da região que fosse ligado diretamente à sua figura, mas sim a diversos processos da época, como as missões jesuíticas e disputas entre portugueses e espanhóis. (MARTINS; RUSCHMANN, 2010).

No entanto, apenas em 1881 a cidade passa uma colônia militar – marco efetivo do que viria a ser Foz do Iguaçu. (CAMPANA; ALENCAR, 1997). A expedição que saiu de Guarapuava buscava ocupar o território no contexto pós-Guerra da Tríplice Aliança, aplicando a política nacional de ocupação e militarização de fronteiras brasileiras. Grande parte das fronteiras brasileiras foram estabelecidas no Império, mas o conceito de faixa de fronteira – justamente onde encontra-se Foz do Iguaçu é de 1979. O IBGE¹⁸ considera esse conceito como “a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres”, conforme Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, artigo 20, § 2º. (BRASIL, 1988).

Logo, “em um primeiro momento, as aglomerações resultaram da instalação dos serviços do governo, começando pela fiscalização das atividades rentáveis tanto na agricultura como na mineração”. (SANTOS; SILVEIRA, 2003 p. 31). A lógica de mercado aliada à ocupação territorial militar foi estratégia utilizada para a formação do município de fronteira, conformando-se assim, a Vila Iguassu em 1910.

Ainda em 1924, é fato relevante citar que Foz do Iguaçu esteve no percurso da Coluna Prestes¹⁹, em que diversos revolucionários que faziam parte da

¹⁷ A Lenda das Cataratas - Grupo Cataratas. Grupo Cataratas. Disponível em: <https://grupocataratas.com/lenda_das_cataratas/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

¹⁸ Municípios da faixa de fronteira | IBGE. Ibge.gov.br. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 8 jul. 2022.

¹⁹ Anita Leocádia Prestes, historiadora, escreve que a Coluna Prestes “foi o único movimento de contestação do poder estabelecido que não foi derrotado no Brasil”. De origem popular, vinculado ao movimento tenentista da década de 1920, Luiz Carlos Prestes e os demais Colunistas percorreram o interior do Brasil (cerca de 25 mil km) e vivenciaram a situação crítica e de miséria das grandes massas,

marcha assentaram-se na cidade. Nos anos seguintes, contingentes populacionais vindos principalmente do Sul passaram a migrar rumo ao oeste paranaense, na chamada “Marcha para o Oeste”, associada à ruptura com o modelo de produção extrativista e com o isolamento vivido na região (CATTA, 1994) e incentivado pelo Regime do Estado Novo (1939-1945) com a intenção de nacionalização da faixa de fronteira. Durante esse período:

A partir de 1940, Foz do Iguaçu vivenciou um acelerado processo de ocupação de terras que se deu a partir da ampliação de loteamentos rurais e urbanos e do forte afluxo populacional de emigrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apesar disso, até a década de 1950, Foz do Iguaçu correspondia a um pequeno núcleo urbano, cuja dinâmica de atividades estava fortemente articulada ao atendimento das demandas rurais. (RAMMÉ, 2020, p. 138).

A região, que tinha a agricultura como principal atividade econômica, passou a receber incentivo para o aumento da produção de culturas extensivas de grãos, visando a exportação. Cresce o número de agricultores que buscam a região para expandir seus negócios e com isso, também cresce a demanda por bens manufaturados e serviços. A quantidade de pessoas que passou a frequentar a cidade cresceu, não somente em busca de negócios locais ou internacionais, com Argentina e Paraguai, mas também para o turismo.

Na época houve transformações significativas na estrutura urbana de Foz do Iguaçu. No entanto, os viajantes que visitavam a região, ainda não podem ser considerados turistas como já ressaltamos, pois suas viagens tinham em geral um cunho comercial e político. O lazer nas Cataratas era ainda uma atividade secundária. (GIL, 2020, p. 106).

A população era diversa: existiam desde famílias tradicionais que foram formadas desde a fundação da Colônia Militar até agricultores recém-chegados para a expansão da atividade econômica, assim como indígenas que viviam na região. Nessa época, a passagem para os outros lados da fronteira era feita por meio de barco – dificultando de certa forma a transposição de pessoas de um lado para o outro. Mas já era visto que paraguaios e argentinos viviam do lado de cá – e diversos brasileiros, do lado de lá.

O primeiro salto populacional da cidade ocorreu na década de 1940, quando essas melhorias feitas acabaram por atrair turistas à cidade, impulsionando o turismo e o comércio local. (SILVA, 2014). Esses saltos são demonstrados no quadro

acirrando sua crítica frente ao governo da época. Com o fim da Coluna, Prestes foi exilado na Bolívia onde posteriormente passou a ter contato com a literatura marxista e o início de sua militância comunista. PRESTES, Anita Leocádia. Uma Epopeia Brasileira – A Coluna Prestes. São Paulo. – Expressão Popular. 2009.

I em que é possível enxergar a evolução da população desde 1940 até 2010, data do último censo do IBGE. Nos anos seguintes, investimentos em infraestrutura no setor viário e aéreo foram feitos, o que foi decisivo para seu crescimento urbano. Um exemplo grandioso desses feitos é a construção da Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai, construída entre 1950 e 1960.

Quadro 1 - Evolução da População em Foz do Iguazu (1960-2010)

Número de Habitantes (por década)	Foz do Iguazu
1940	6155
1950	16.420
1960	28.080
1970	33.966
1980	136.921
1990	190.194
2000	258.453
2010	256.088

Fonte: IBGE – Censo 1940-2010

A construção da ponte permitiu que Foz do Iguazu e Ciudad del Este pudessem escoar suas exportações por meio do Porto de Paranaguá/PR, integrando assim o comércio internacional, além de facilitar o abastecimento das cidades fronteiriças. A década de 1960 é marcada justamente pelos grandes avanços na região oeste do Paraná (CONTE, 2012), sobretudo a partir da construção da BR-277.

Ainda durante a década de 1960, o governo Brasileiro tornou a Doutrina de Segurança Nacional²⁰ lei federal e com ela, Foz do Iguazu passou a ser uma cidade de interesse e considerada como uma área de segurança nacional. Esse movimento é central nas reconfigurações da malha urbana e econômica. Novos

²⁰ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), implementada nos anos 1950, foi uma política elaborada pelos Estados Unidos que comandou suas ações na Guerra Fria, foi adotada no Brasil por militares das Forças Armadas que compunham a Escola Superior de Guerra. Tinha como principal finalidade “estabelecer critérios de atuação para que o Brasil alcançasse e mantivesse os Objetivos Nacionais que deveriam ser a razão última do Estado Nacional. Os principais Objetivos Nacionais, que a Escola Superior de Guerra (ESG) chamou de Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) eram a Segurança e Desenvolvimento.” A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966). Funag.gov.br. Disponível em: <<https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/3800-a-escola-superior-de-guerra-e-a-doutrina-de-seguranca-nacional-1949-1966>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

olhares se concentram na região e a chegada de pessoas passa a ser intensa, assim como a expansão de atividades agropecuárias, já que a maior parte da população, até então, concentrava-se no campo. É importante ressaltar que Foz do Iguaçu nessa época já possuía uma rede avançada de comércio, superior a muitas regiões interioranas no Brasil. Possuía uma ponte internacional, além de uma rodovia federal que ligava a um dos principais portos do país.

No processo de ocupação do Oeste do Paraná fica claro que o período entre 1940 e 1960 foi o mais intenso, tanto em relação à ocupação das terras, a construção de vias de circulação (principalmente vias rodoviárias), ao fluxo populacional e a produção agrícola, como ao número de cidades fundadas. O Oeste paranaense foi a última área a ser colonizada no Estado, e no final da década de 1960 a rede urbana estava estruturada mediante a criação dos núcleos urbanos, com as vias de circulação entre os mesmos por meio da mobilidade populacional, comercialização da produção agrícola, da madeira e de outros bens e serviços, contudo, uma parte dos núcleos ainda não haviam sido elevados à condição de sede municipal. (CONTE, 2012, p. 51).

O núcleo urbano de Foz do Iguaçu, portanto, é constituído a partir da década de 1950. Na década de 1970, o grande marco das mudanças ocorridas na cidade é a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. O Brasil, sob o jugo da ditadura militar pautava o “milagre econômico” como saída para o crescimento econômico e tinha como principal base a construção de grandes obras de infraestrutura. No ano de 1978, as primeiras atividades da construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional chegaram à região oeste do Paraná. Com a chegada dela, as notícias que se espalhavam era de que haveriam muitos empregos – mas o que ainda não se sabia era como uma barragem daquele porte funcionaria por ali.

A Usina, construída no leito do Rio Paraná, exigiu negociações diplomáticas e políticas entre Brasil e Paraguai, que chegaram a um acordo para a construção da barragem, tendo como resultado a produção energética que beneficiaria os dois países. (RIBEIRO, p. 23, 2002). Com as obras iniciadas, a quantidade de força de trabalho necessária para sua conclusão era muito maior do que a população de Foz do Iguaçu, que naquele momento era de aproximadamente 30 mil habitantes.

Com a chegada da Usina, tudo mudou: o reservatório ocupou territórios que antes eram casas, igrejas e comunidades inteiras; houve alteração no cenário natural da cidade, que agora possuía um dos maiores reservatórios de água doce do mundo – voltado para a produção de energia elétrica que abastece grande parte do país; inúmeros animais perderam a vida e seus habitats naturais; o fluxo de mercadorias foi alterado, gerando novas formas de transporte fluvial e novos pólos

industriais e agropecuários. Toda essa mudança foi acompanhada do aumento do contingente populacional do município.

No caso particular de Foz do Iguaçu, o impacto ainda foi maior à medida que ali se instalou o canteiro de obras. A construção da hidrelétrica movimentou um contingente de mão-de-obra e agregados que chegou a ser maior que a população que havia em 1970: de acordo dados do IBGE, em 1970, Foz do Iguaçu contava com 33.970 habitantes; em 1980, a população aumentou para 136.320 habitantes; e, em 1995, Foz do Iguaçu contava com 210.000 habitantes. Também neste período, a construção demandou ainda a especialização de serviços indiretos que, associados à exploração do turismo, foram os principais fatores de crescimento populacional e de atividades econômicas. (RIBEIRO, p. 53, 2002).

Investimentos em saúde, educação e abastecimento de água e energia elétrica foram feitos pelo Governo do Estado para a chegada de Itaipu. Em 1973, “o então prefeito nomeado de Foz do Iguaçu, o coronel Clóvis Cunha Vianna, deu início à transformação da cidade.” (RIBEIRO, 2022, p. 54). Com a demanda por moradia, a Itaipu construiu bairros para seus funcionários, as chamadas Vila A, Vila B e Vila C. Entretanto, não era possível para Itaipu suprir a demanda de habitação gerada.²¹ Segundo Ribeiro (2002) é neste momento que o governo federal aliado ao governo estadual lança o Programa Especial do Oeste do Paraná (PRODEPAR) que buscava desenvolver a região por meio de investimentos em infraestrutura necessária.

No entanto, dos vinte e seis municípios da região, foi basicamente Foz do Iguaçu que recebiam (sic) os benefícios do Prodepar. Como foram usados os recursos em Foz do Iguaçu e com que finalidade? Foram construídas largas avenidas de acesso à Ponte da Amizade, passagem dos veículos da Usina de Itaipu. Sem fiscalização alfandegária, é claro [...]. (KIRINUS, p. 07, 1985).

Durante os anos seguintes, com a chegada de mais migrantes, a necessidade por moradia cresceu exponencialmente e com ela, os preços da terra também. Ueda (2019, p. 32) escreve que “esse processo de migração se traduziu no encarecimento do aluguel de casas e terrenos na região”. Pessoas que chegavam dos mais diversos destinos, nacionais e internacionais, não encontravam trabalho na cidade e conseqüentemente, não conseguiam comprar e sequer alugar casas.

Segundo Ribeiro (2002) o mercado imobiliário ficou tão inflacionado, que alguns pontos de Foz do Iguaçu eram tão caros quanto a Avenida Paulista, em São Paulo. Ocorreu, portanto, a construção de uma cidade segregada, tendo como consequência a disparada do preço dos aluguéis na cidade, além da construção dos bairros de Itaipu, que corroboraram para a intensificação do fenômeno. O quadro 2

²¹ Segundo Edson Belo Clemente de Souza, “a Itaipu tem um grande significado na construção de Foz do Iguaçu”. Foi através deste empreendimento do Estado que os efeitos negativos e positivos se mesclaram, produzindo uma maneira de concepção de cidade. Em pouco mais de trinta anos, é a quinta maior cidade do Paraná”. (SOUZA, 1998, p. 56).

demonstra os valores de imóveis em Foz do Iguaçu logo após a chegada da Usina, em comparação a São Paulo e Curitiba, grandes capitais.

Quadro 2 - Preço médio para venda e aluguel de imóveis em Foz do Iguaçu em 1974: Cr\$ por m²

Local	Aluguel	Venda
Foz do Iguaçu	45,00	3.600,00
Curitiba	22,50	3.200,00
São Paulo	27,50	3.750,00

Fonte: IPARDES (1977, p. 231).

Neste período de tempo, a cidade havia atingido um patamar muito acima do esperado e seu principal marco, como dito alhures, foi a construção da Usina Binacional. Os bairros da cidade passaram a ganhar forma também. Antes, grande parte da população concentrava-se no canteiro de obras da Itaipu, mas ao final das obras, grande parte dos trabalhadores pobres que ficaram desempregados “foram morar nas favelas ou periferia, onde conseguiam pagar um aluguel em valores menores que os praticados nas áreas centrais ou em suas proximidades” (CATTÁ, 2009, p. 201-202).

A chegada de uma quantidade inesperada de pessoas que vieram junto à construção da Usina mudou toda a estrutura econômica, social e cultural de Foz do Iguaçu. Chegavam pessoas que já possuíam contratos de emprego com a empreiteira da obra, além de seus agregados e também um contingente de pessoas que vieram em busca de emprego, mesmo sem a certeza de que iriam conseguir. É neste processo que a favelização da cidade passa a ocorrer, justamente porque os preços de imóveis passam a ser cada vez mais altos.

Perto das vilas arrumadinhas de Itaipu estão as centenas de barracos das favelas formadas pelos incontáveis migrantes que todos os dias chegam a Foz, buscando trabalho na Itaipu - e não conseguem, por não serem trabalhadores especializados (são, em grande parte, bóias-frias e outros trabalhadores rurais que o latifúndio vai jogando cada vez mais longe do campo. (CPT, 1982, p. 34).

Essa mudança brusca no cenário foi acompanhada de extrema insatisfação pelos moradores locais (RIBEIRO, 2002) e diversos conflitos entre a antiga população e a nova, que chegava de diversas partes do Brasil, não foram evitados. Grande parte desses trabalhadores chegavam em condição precária anterior

com a intenção de, além de profissionalizar-se para empregos em centros urbanos, permanecer em Foz do Iguaçu. (RIBEIRO, 2002). É dito, pelo boletim de março de 1981 (s.p.) da Unicon, o *Informativo Unicon*, que “de fato, há pessoas naturais de todos os estados brasileiros na obra de Itaipu.”

Estes “nômades da sociedade moderna” chegaram a ser quarenta mil homens (brasileiros e paraguaios). Deixaram rastros de suas vidas nos locais onde viveram durante os dezoito anos de construção da usina. Barrageiro é um neologismo já inserido no contexto das obras onde se constroem barragens. (RIBEIRO, 2002, p. 59).

A chegada desse grande número de pessoas – “de todas as regiões do Brasil, de todas as raças e credos”. (RIBEIRO, 2002, p. 56) – fez com que a população antiga de Foz do Iguaçu relacionasse a obra à violência urbana crescente (RIBEIRO, 2002, p. 56) e ao gradativo número de pessoas que viviam em condições precárias. Segundo Boletim da Comissão Pastoral da Terra (1982, p. 39), a maioria dos recém-chegados viajavam de caminhões, trazidos por “gatos”, que prometiam emprego na obra da Usina. Cobravam adiantamento e após recebê-lo, os “gatos” desapareciam, deixando os trabalhadores sem apoio algum – sem comida, sem dinheiro e sem trabalho.

Foz do Iguaçu vivia uma época de expressivas desigualdades sociais. Os anos 1990, no geral, foram difíceis para a economia brasileira e como consequência disso, o município passava por uma alta no desemprego – já que nessa altura, a Usina já havia inaugurado suas turbinas e dispensado mais trabalhadores – falta de moradia e um número considerável de trabalhadores vivendo informalmente.

O município entra nos anos 2000 com um alto índice de desigualdade e criminalidade, atrelada justamente ao comércio informal da fronteira. Em 2010, Foz do Iguaçu passa a fazer parte do Atlas da Violência²² como a décima segunda cidade mais perigosa do Brasil, registrando 92,2 homicídios para cada 100 mil habitantes e com maior número de assassinatos de jovens entre 15 e 24 anos. O final das obras de Itaipu aliado ao grande excedente populacional desempregado e sem moradia, resultava então em um processo conhecido por economias dependentes: informalidade do trabalho e altas taxas de criminalidade.

Em contrapartida, o turismo na cidade passa a crescer e ganhar destaque no cenário internacional. Apesar de ser reconhecido desde a década de

²² PORTAL DA CIDADE. Foz está entre as 110 cidades mais violentas do Brasil. Portal da Cidade Foz do Iguaçu / PR. Disponível em: <<https://foz.portaldacidade.com/noticias/policial/foz-esta-entre-as-110-cidades-mais-violentas-do-brasil>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

1930, quando projetos e propostas de desenvolvimento para Foz do Iguaçu apontavam para o turismo como nova base econômica (WACHOWICZ, 1982), é nos anos 2000 que ocorre uma ampliação no turismo de massa. (CONTE, 2012). Por ser uma cidade que possui como principal característica o símbolo “Terra das Cataratas”, que “surge portanto da relação objetiva entre paisagem, patrimônio, fronteira, cidade e o olhar turista” (GIL, 2020, p. 13), o turismo é desenvolvido como principal atividade econômica. O Parque Nacional do Iguaçu é o atrativo que experiencia o maior contingente de turistas, que visitam a atração ao longo de todo o ano – além de outros atrativos, como a própria Itaipu e países vizinhos.

Ao final dos anos 2000, o município consolidou o turismo como principal atividade econômica e também o setor de serviços que atende a região Oeste do Paraná, além de países vizinhos. Instalaram-se no município grandes centros de saúde públicos e particulares, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) e centros de pesquisa, como o Parque Tecnológico de Itaipu; a chegada de novas redes hoteleiras – que movimentam o turismo internacional e nacional de Foz do Iguaçu – em uma região afastada do centro da cidade, na Avenida das Cataratas.

A partir disso, afirmamos que é no município de Foz de Iguaçu que se encontram os principais elementos constituintes do território, conforme proposto por Milton Santos (1985). Isso resulta na concretização do exercício de um papel regional que o município tem em relação às localidades do entorno, o que faz com que inúmeras pessoas se desloquem diariamente para Foz do Iguaçu para acessar bens e serviços não encontrados em seus locais de origem.

3.2 A DIALÉTICA DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E POPULACIONAIS DE FOZ DO IGUAÇU

Todas essas mudanças ocorridas durante a história de formação de Foz do Iguaçu são dialéticas. Nenhuma delas é dissociada de fatores externos e seus resultados são complexos, passivos da processualidade e da complementaridade e, ao mesmo tempo, a formação deste território é demarcada por contradições. Marx

(1867) sugere que o método é entendido não só como o caminho que nos permite, partindo da aparência dos fenômenos, percorrer as perguntas que explicitem sua essência, mas também o caminho de volta.

No passado, Foz do Iguaçu contava com a agricultura e o extrativismo como principais atividades econômicas. O crescimento da cidade e a consequente imposição do empresariado de Foz do Iguaçu, que anteriormente, contava com a agricultura e o extrativismo como principais atividades econômicas e com eles, o turismo passou a ser dominante, até os dias de hoje. De acordo com suas características de porte, Foz do Iguaçu é classificada como uma cidade média. Sobre o conceito de cidade média:

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, a cidade média é aquela que possui população entre 100.000 e 500.000 habitantes. Conforme a Organização das Nações Unidas – ONU -, as cidades médias são aquelas com aglomerações entre 100.000 e 1.000.000 de habitantes. Andrade e Serra (2001) também trabalham com essa mesma definição de cidade média apresentada pelo IBGE. Enquanto Amorim Filho e Bueno e Abreu (1982) estabeleceram um tamanho mínimo de 10 mil na sede do município [...]. (FRANÇA, 2007, p. 51-52).

Esse conceito, que anteriormente levava em consideração apenas a malha urbana, não era suficiente para explicar a densidade do fenômeno observado. Sposito (2009, p. 13-14) escreve “será que essas duas expressões (pequena/média) são boas para designar um tipo, um padrão, um conjunto de cidades que desempenham vários e diferentes papéis numa divisão do trabalho que se estabelece?”. Portanto, é claro que as diferenças entre cidades brasileiras, pequenas, médias e grandes, a depender dos Estados que se localizavam, têm dinâmicas diferentes. A análise utilizada para encontrar um conceito que se adequasse à cidade média relacionada às relações de trabalho ali existentes é a de Sposito (2004, p. 127), que escreve:

O que se compreende como cidades médias só podem ser consideradas no plano conceitual e a partir de uma análise que contemple a situação geográfica da aglomeração ou centro urbano que a constituem, seus papéis econômicos regionais, suas relações intermediárias entre cidades pequenas e metrópoles, bem como seus papéis político-administrativos. Os papéis econômicos aqui destacados são mais aqueles referentes às atividades comerciais e de serviços do que propriamente as industriais.

Portanto, aliar o desenvolvimento local com as políticas públicas que visem a implantação de novos serviços não é de hoje. No caso de Foz do Iguaçu, é perceptível que sua conformação como cidade média ocorreu justamente na década 1970, com a chegada da Usina Hidrelétrica de Itaipu que representou justamente essas duas características.

Toda essa dinâmica de Foz do Iguaçu, tão singular e tão importante, tem como agente principal os trabalhadores da cidade. Sua história, marcada sempre por sua posição geográfica – e posteriormente pela Usina e pelo turismo – costuma apagar que sua população é parte importante de sua construção, já que “ao longo de sua formação econômica e social, Foz do Iguaçu apresentou fatores que condicionaram sua população a situações adversas e que impactaram a formação da malha urbana no município.” (CLIVE, 2019, p. 14).

As margens do Rio Iguaçu e Rio Paraná do lado brasileiro concentram ocupações e favelas de pessoas que vieram para Foz do Iguaçu. Ueda (2019) trás relatos importantes sobre memórias que pessoas que viveram as transformações da cidade. Um dos entrevistados pelo autor relata seus primeiros dias em Foz do Iguaçu, vivendo no bairro Morumbi e posteriormente, na favela Monsenhor Guilherme. O entrevistado relata: “Paguei trinta dias de aluguel lá na favela Monsenhor Guilherme. Trinta dias pra mim foi uma eternidade, porque... Deus me perdoe, não querendo me desfazer de quem mora em favela, mas é um problema morar em favela”. (UEDA, 2019, p. 35).

As transformações da cidade não somente foram vistas por quem já vivia nelas, mas foram percebidas por diversos agentes externos. Sua dinâmica territorial é determinante em seus movimentos e na gestão de suas atividades econômicas. Após os anos 2000, quando Foz do Iguaçu deixou as primeiras posições no Atlas da Violência, o turismo na cidade foi alavancado pelo Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística – o Fundo Iguaçu que desde de 2009 busca “elaborar projetos para mudar a infraestrutura do Destino Iguaçu e alavancar grandes investimentos públicos e privados”. (ACIFI, 2014, s.p.). No quadro 3, estão descritas o número de pessoas que visitaram os principais atrativos da cidade no ano de 2015 a 2019.

Quadro 3 – Desempenho Operacional dos Principais Atrativos Turísticos e Portas de Chegada e Saída – 2015-2019 – número de Pessoas

Ano	PNI BR	Itaipu	PNI Ar	Parque das Aves	Marco das Três Fronteiras	Rodoviária	Aeroporto
2016	1.560.792	955.397	1.272.028	*750.000	123.332	959.292	1.846.961
2017	1.730.401	979.946	1.426.442	*830.000	298.295	993.765	2.174.369
2018	1.895.511	1.015.526	1.522.699	761.521	411.011	945.429	2.330.385

2019	2.020.358	1.028.225	1.635.238	839.380	453.443	942.814	2.288.353
------	-----------	-----------	-----------	---------	---------	---------	-----------

Fonte: PACHECO, A. dos S. 2021.

Notas: *Sugerido pelo operador do atrativo.

**Considera-se as visitas de ambas as margens da Usina.

*** PNI – Parque Nacional do Iguaçu

Esse quadro demonstra que a maior quantidade de pessoas se desloca até o Parque Nacional do Iguaçu – em que é possível ver as cataratas brasileiras e parte argentinas, mas também têm interesse em visitar a obra de Itaipu. Os outros atrativos, apesar de serem grandemente visitados, perdem quase metade dos visitantes em relação às cataratas. Isso se dá justamente pela relação entre a história de Foz do Iguaçu “ao principal atrativo turístico, de forma a justificar que as relações entre as águas e a cidade fazem parte de sua vocação para a atividade turística.” (DARC, 2009, p. 83).

Mamberti e Braga (2004, p. 3) escrevem que

Para um lugar ser considerado como turístico é necessário que ele apresente três características: densidade de freqüência (sic) turística, ou seja, fluxo significativo de visitantes; presença de equipamentos e serviços turísticos, representados pela infraestrutura turística (hotéis, restaurantes, agências de turismo etc.); e deve haver uma imagem turística.

A conformação do turismo como atividade econômica implicava em “tornar a natureza um agente histórico de legitimação de interesses dos grupos dominantes locais” (DARC, 2009, p. 85). Visto que os projetos de desenvolvimento de Foz do Iguaçu foram baseados na construção da sua memória, a utilização dessas atrações de forma turística tornou-se a principal atividade econômica da cidade. Outros setores econômicos são explorados pela cidade, entretanto, ainda possuem baixa especialização. O estudo nomeado “*A dinâmica econômica do Município de Foz do Iguaçu de 2002 a 2012*” levanta a partir do cálculo do Quociente locacional as principais atividades desenvolvidas. Elas são: Serviços de utilidade pública; Alojamento e comunicação; Ensino; Médicos odontológicos e veterinários; Transporte e comunicação; Administração técnico e profissional e comércio varejista. (PINTOR et al., 2016, p. 81).

Com um setor de serviços bem definido, Foz do Iguaçu oferece os mais variados tipos de comodidades para os que chegam de fora. Entretanto, a população da cidade beneficia-se pouco dessas mudanças na infraestrutura prometidas pela Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu (ACIFI), já que o turismo e grande parte dos serviços oferecidos se concentram na Rodovia das

Cataratas (BR-469) e em parte do centro da cidade, na Avenida Jorge Schimmelpfeng e Avenida das Cataratas. Uma pequena parte do turismo se estende à região norte da cidade, já que a Usina Hidrelétrica de Itaipu se localiza por essa região e o principal corredor que lhe dá acesso são a Avenida Juscelino Kubitschek e a Avenida Tancredo Neves, que também levam à Ponte da Amizade.

Os moradores da cidade – principalmente aqueles que não tem condições financeiras de arcar com passeios em zonas turísticas da cidade – permanecem segregados em seus bairros, já que as opções de lazer para a classe trabalhadora também são escassas. Em 2015 o projeto Beira-Foz foi apresentado à comunidade iguaçuense: foi idealizado junto ao Conselho Econômico e Social de Foz do Iguaçu (CODEFOZ), Itaipu Binacional, órgãos públicos e privados tem como objetivo a revitalização das margens do Rio Paraná, sem levar em consideração as pessoas que ali vivem há mais de 50 anos. Os empreendimentos realizados em Foz do Iguaçu, por meio de parcerias-públicas privadas, expõem a pura forma da especulação imobiliária em determinados espaços de interesse, enquanto outras regiões permanecem desprovidas de quaisquer melhorias.

Gluck (2018) analisa as regiões de Foz do Iguaçu de acordo com suas principais características e as separa em 12:

1) A primeira delas, a região do bairro Três Lagoas, região tipicamente agrícola, com vastos espaços desocupados. Hoje, caracteriza-se pela região com maior número de moradias populares na cidade – justamente por oferecer uma grande quantidade de terrenos.

2) O bairro Vila C, composto em sua maioria por ex-trabalhadores da Itaipu.

3) O bairro Morumbi, considerada a mais populosa da cidade, conta com uma grande diversidade de pessoas e foi um dos primeiros loteamentos oficiais do município.

4) O bairro do Porto Meira, localizado na região sul de Foz do Iguaçu, também concentra grande parte da classe trabalhadora da cidade, entre brasileiros, paraguaios e argentinos. Neste bairro, encontra-se a maior ocupação urbana do Paraná, o Bupas.

5) A região do Jardim São Paulo em que grande parte de sua população são trabalhadores do setor informal.

6) A região do Jardim América, próxima a Ponte da Amizade, é

caracterizada por comerciantes que realizam importação e exportação de produtos.

7) Região do Parque Imperatriz, em que a maioria dos trabalhadores trabalham no setor hoteleiro.

8) A Vila A, um dos bairros de Itaipu que até hoje abriga grande parte dos trabalhadores do setor administrativo da Usina. Possui boa infraestrutura habitacional, comercial e de lazer, caracterizando-o como elitizado.

9) A região do Campos Iguçu, região em que grande parte da população dedica-se ao setor comercial, empresarial e educacional.

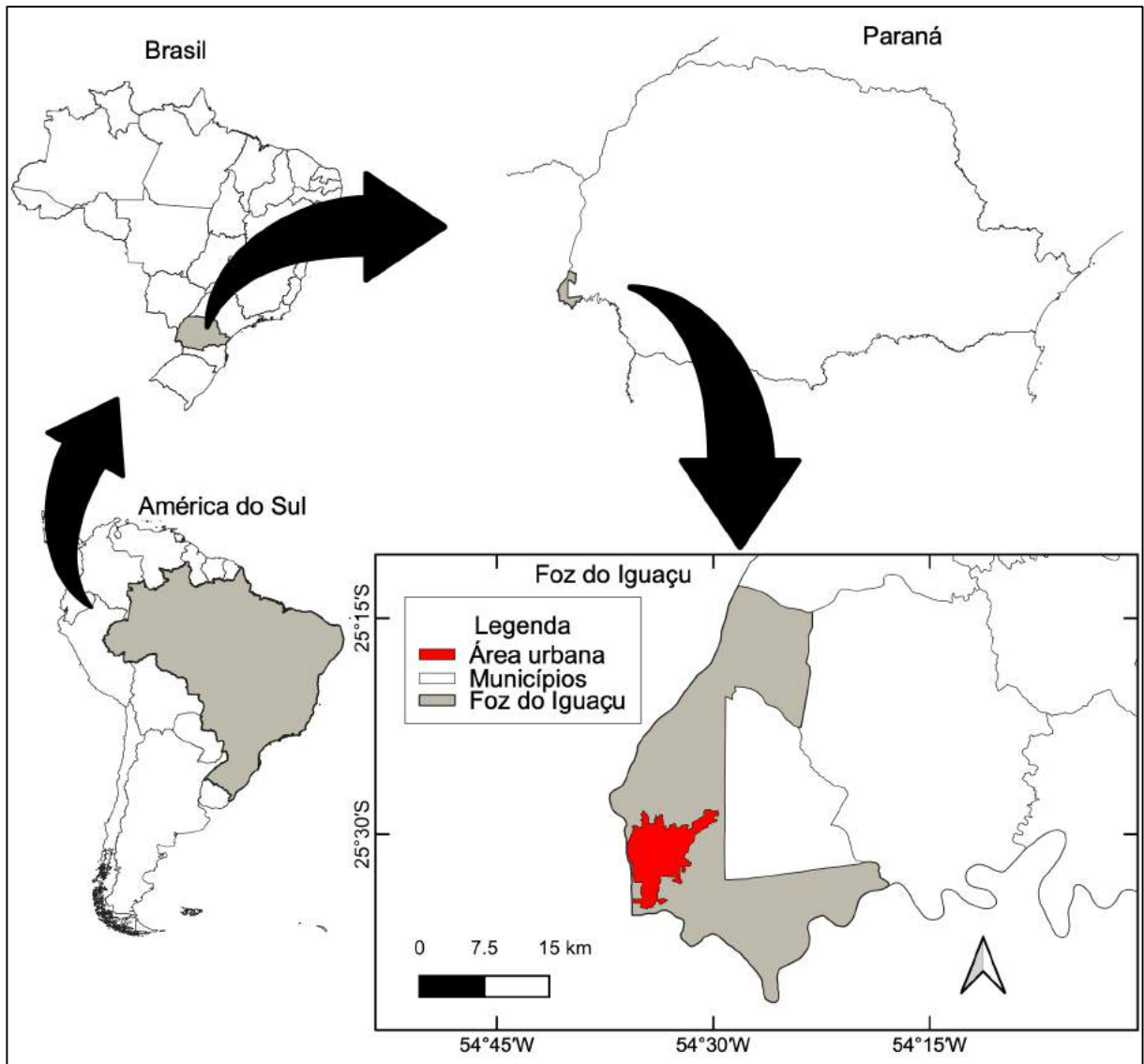
10) O Maracanã, região com menos densidade populacional que as demais, mas que concentra o principal polo hoteleiro da cidade.

11) Os lotes rurais de Foz do Iguçu, divididos entre Região Norte e Região Sul, em que a maioria de sua população são trabalhadores do campo.

12) E por fim, a Região Central, de maior interesse para essa pesquisa. A região central é o principal polo financeiro, comercial e administrativo. A câmara de vereadores, prefeitura, principais bancos da cidade, grande parte do comércio e gastronomia se juntam ao redor da Avenida Brasil – principal ponto de partida de diversos turistas que chegam na cidade.

Essa diferenciação torna-se importante justamente pela construção do que é Foz do Iguçu e perceber que grande parte das moradias populares construídas pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) estão afastadas do centro comercial – e conseqüentemente, longe da visão turística. Além disso, é que a segregação socioespacial corresponde justamente ao que foi levantado anteriormente: se refere à marginalização de determinadas pessoas ou grupos sociais por fatores econômicos, culturais, históricos e raciais no espaço das cidades e em Foz do Iguçu, isso é constatado quando percebemos que as classes trabalhadores se concentram longe do centro comercial e de bairros elitizados. A figura 3 representa a localização da malha urbana do município de Foz do Iguçu, conforme dados do IBGE (2021):

Figura 3 - Malha urbana de Foz do Iguaçu: 2017



Fonte: Elaborado por Mariana Barbosa de Souza a partir de Mapa base - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2017) e IBGE (2021).

Entender como se conforma a cidade de Foz do Iguaçu faz parte de entendê-la como parte da relação dialética entre economia, história e política que cercam a construção do município. Sua localização fronteiriça indissociável de sua dinâmica territorial traz elementos únicos de análise e de compreensão na forma como a classe trabalhadora – inserida em um contexto neoliberal, no capitalismo dependente segue sendo excluída e segregada pelas mais diversas formas, em que a negação do direito de existir – e morar é uma delas. Segundo Martins (2009, p. 11) a fronteira envolve diversas e inúmeras “coisas: fronteira de civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteiras da história e da historicidade do homem”.

(MARTINS, 2009, p.11).

Grande parte do discurso turístico da cidade, que a nomeia como um dos principais destinos turísticos brasileiros²³ apropria-se desse deslocamento de pessoas para argumentar que a cidade possui caráter multicultural, que concentra mais de 80 etnias pela região²⁴ “remetendo à ideia de que aqui a relação entre essas diferentes etnias seria harmônica e que seria ao mesmo tempo a terra de oportunidades iguais a todos, que nos leva ao mito da democracia racial” (COSTA DA SILVA, 2021, p. 109). Dados populacionais do último censo do IBGE (2010) demonstram que apesar de ser uma cidade com diversidade étnico-racial, Foz do Iguaçu possui uma grande parcela de pessoas pretas e pardas, conforme quadro 4.

Quadro 4 - Dados Populacionais de Foz do Iguaçu (IBGE/2010)

Raça ou Cor	Número Total	Homens	Mulheres	Com renda menor que um salário mínimo	Alfabetizados
Branca	162.593	77.630	84.963	24.498	141.478
Preta	9.170	4.094	4.266	2.196	7.866
Amarela	3.550	1.726	1.824	512	3.209
Parda	80.366	39.746	40.620	16.524	68.482
Indígena	406	210	196	115	339
Não declarado	3	2	1	-	3
Total	256.088	124.218	131.870	43.845	221.377

Fonte: Elaborada por SOUZA e SANTOS (2017) com base nos dados do IBGE de 2010.

O discurso de que existem pelo menos oitenta etnias vivendo em Foz do Iguaçu não é, ao todo, invalidado. Mas, em uma cidade em que 63% das pessoas se consideram brancas e 36% pretas ou pardas “nos cabe perguntar se essas mais de 80 etnias se refletem nos diversos espaços sociais – em nosso caso particularmente em Foz do Iguaçu, espaços esses como as ocupações, favelas, bairros populares e nos setores de trabalho terceirizados, informais e ilegais”. (COSTA

²³ Foz do Iguaçu - Destino do Mundo - Secretaria de Turismo e Projetos Estratégicos. Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu - Destino do Mundo. Disponível em: <<https://www.destino.foz.br/>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

²⁴ O Multiculturalismo presente na Tríplice Fronteira - Tarobá Express Foz do Iguaçu. Tarobá Express Foz do Iguaçu. Disponível em: <<https://www.pophotelfoz.com.br/o-multiculturalismo-presente-na-triplice-fronteira/>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

DA SILVA, 2021, p. 110).

E é justamente em um desses territórios que essa pesquisa se apoia. A Comunidade Monsenhor Guilherme, localizada no centro de Foz do Iguaçu, experimenta todos esses processos citados acima: a segregação socioespacial, causada pelo efeito da especulação imobiliária via turismo – vide projeto Beira-Foz – e anterior desenvolvimento econômico da cidade. O próximo capítulo dedica-se exclusivamente a analisar aspectos econômicos, históricos e sociais desse território, atrelado à formação de Foz do Iguaçu e suas características de cidade periférica, bem como às pessoas que o compõem.

3.2.1 Estatísticas do município de Foz do Iguaçu: análise crítica sobre renda e ocupação da população

As relações entre trabalho, moradia e renda são intrínsecas. Um não é possível sem o outro e por isso, durante as crises, as pessoas perdem o trabalho, em seguida perdem boa parte de sua renda e logo, sua moradia. Por isso, é importante não somente discutir políticas públicas e alternativas para a falta de moradia – mas também para o emprego e para a renda. De acordo com o IBGE (2022), o primeiro trimestre do ano contou com uma taxa de 11,1% de desemprego, cerca de 11,9 milhões de desempregados e 4,6 milhões de desalentados.

Em Foz do Iguaçu, essa realidade não é diferente. Segundo dados de 2020, o IBGE levanta que o salário médio mensal era de 2.6 salários mínimos, totalizando cerca de R\$2860 reais. Em nota, em 2019 o INPESPAR (Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial) apontou que Foz do Iguaçu é a cidade com o aluguel mais caro do estado do Paraná²⁵. Em média, eram pagos cerca de R\$1276,36 por 60m², enquanto em Curitiba, esse valor era de R\$829,90. Já na região oeste, a cerca de 300km de Foz do Iguaçu, o aluguel em Cascavel era de R\$570,00. A justificativa encontrada pela pesquisa era de que a cidade é muito procurada por pessoas que se mudam a trabalho ou estudos, ocasionando um déficit habitacional na cidade. Esse processo é conhecido como

²⁵ PORTAL DA CIDADE. Foz do Iguaçu tem o aluguel mais caro entre as principais cidades do Paraná. Portal da Cidade Foz do Iguaçu / PR. Disponível em: <<https://foz.portaldacidade.com/noticias/economia/foz-do-iguacu-tem-o-aluguel-mais-carro-entre-as-principais-cidades-do-parana-5049>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

gentrificação:

Em sua definição primeira, o termo refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. Os “gentrificadores” (*gentrifiers*) mudam-se gradualmente para tais locais, cativados por algumas de suas características - arquitetura das construções, diversidade dos modos de vida, infraestrutura, oferta de equipamentos culturais e históricos, localização central ou privilegiada, baixo custo em relação a outros bairros -, passando a demandar e consumir outros tipos de estabelecimentos e serviços inéditos. A concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida locais, e levando à expulsão dos antigos residentes e comerciantes, comumente associados a populações com maior vulnerabilidade e menor possibilidade de mobilidade no território urbano, tais como classes operárias e comunidades de imigrantes. Estes, impossibilitados de acompanhar a alta dos custos, terminam por se transferir para outras áreas da cidade, o que resulta na redução da diversidade social do bairro. (ALCÂNTARA, 2018).

Esse processo tem ocorrido em Foz do Iguaçu e tem sido respaldado pelos principais índices de reajuste de aluguel, já citados anteriormente, o IGP-M e IPCA, que têm aumentado drasticamente nos últimos dois anos. As características da população de Foz do Iguaçu, entretanto, não têm acompanhado esse aumento de preços de forma proporcional. Sobre as características de trabalho e renda, a nota oficial do IBGE cita que:

Em 2020, o salário médio mensal era de 2.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 12 de 399 e 59 de 399, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava (sic) na posição 373 de 5570 e 595 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 33.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 190 de 399 dentre as cidades do estado e na posição 3928 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2020).

Uma parcela considerável da população (33,4%) vive apenas com meio salário mínimo por pessoa na cidade. Não é à toa que em 2019 esse cenário já era visto nas ruas da cidade. Em relatório publicado PMFI – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e pela SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social em 2020, existem dados que demonstram que houve um aumento considerável na procura pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Em janeiro de 2018, por exemplo, o número de pessoas em situação de rua que buscaram o Centro POP foi de 145, enquanto em janeiro de 2019, foi de 243. Dezembro de 2018, cerca de 204 pessoas buscaram o apoio, enquanto em 2019, no mesmo mês, o total foi de 270 pessoas.

Com o desemprego nas alturas, as opções em uma cidade que tem o turismo como principal atividade econômica são escassas. Muitas pessoas, sem

condições de procurar por empregos formais, acabam migrando para a informalidade – não porque querem, mas porque não conseguem outras formas de garantir renda suficiente para sua sobrevivência. A tríplice fronteira é a mais movimentada da América do Sul (SILVA; CASTRO, 2021) e grande parte disso é em função do comércio. É comum ouvir que os “muambeiros vão passar a ponte”, fazendo relação a esse movimento entre pessoas que vão em busca de mercadorias no Paraguai ou Argentina com o intuito de trazê-las e revendê-las no Brasil, com algum lucro acrescido.

Esse não é o único tipo de trabalho informal que vemos na fronteira, apesar de ser um dos mais comuns. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) as categorias que compõem o setor informal estão os assalariados com ou sem carteira de trabalho assinada em empresas com até cinco empregados, assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados, empregadores em empresas com até cinco empregados, donos de negócio familiar, autônomos, empregados domésticos e trabalhadores familiares. (JAKOBSEN, 2000). O IBGE considera informal o setor constituído por proprietários de negócios informais (trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores com até 5 empregados), com 10 anos ou mais de idade, ocupados em atividades não agrícolas e moradores de áreas urbanas, tendo como princípio a ocupação e a geração de renda das pessoas envolvidas. (IBGE, 2021). Os últimos dados sobre o trabalho informal em Foz do Iguaçu são de 2018 pelo próprio IBGE. O quadro 5 demonstra essa informação relacionada ao número de pessoas formalmente empregadas.

Quadro 5 – Estimativa de trabalhadores informais em relação ao número de ocupados em Foz do Iguaçu

População Ocupada	77.567	100%
Quantidade de empregos formais	64.956	83%
População ocupada sem contrato formal de trabalho	12.611	17%

Fonte: Avancini (2022). Elaboração da autora.

Ainda de acordo com o IDESF – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras, a taxa de ocupação formal em 2021 era de apenas

30,99% da população total²⁶. É visível que Foz do Iguaçu carece de oportunidades de trabalho formais, que garantam os direitos do trabalhador. De acordo com Avancini (2022, p. 14) a informalidade pode se dar pela falta de vagas de trabalho, mas também pela falta de qualificação dos candidatos, que não possuem escolaridade suficiente para ocupar cargos especializados em uma cidade que a maior parte da atividade econômica é dedicada ao setor de serviços – e que este tende a ser mais restrito em relação ao tipo de qualificação do candidato.

O maior problema do desemprego e da falta de renda é o fato de que sem estes não há forma de sustento. A alimentação, a saúde, moradia e todo o resto que é necessário para viver fica em segundo plano e a quantidade de pessoas que migram para ocupações e favelas é reflexo dessa mudança. Em 2020 esse cenário agravou consideravelmente com a pandemia e dezenas de pessoas que não conseguiram pagar aluguel migraram para áreas vulneráveis com moradias em situação precária, sem água tratada, nem saneamento básico, energia elétrica ou qualquer outro serviço básico de infraestrutura²⁷. Em relação a Foz do Iguaçu, o IBGE demonstra dados sobre a habitação na cidade.

Apresenta 75.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 86.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 30% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 42 de 399, 231 de 399 e 200 de 399, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1155 de 5570, 1805 de 5570 e 1228 de 5570, respectivamente. (IBGE, 2020).

Ao mesmo tempo que Foz é reconhecida como uma cidade de prestígio internacional pelo turismo e que possui estrutura suficiente para receber e acolher pessoas do mundo todo, também é a cidade que possui apenas 30% de domicílios urbanos com urbanização adequada e 24,7% sem estrutura sanitária adequada. Dezenas de pessoas em Foz do Iguaçu vivem diariamente na informalidade, sem acesso a qualidade de vida e direitos básicos, como a moradia e infraestrutura necessária para o desenvolvimento da reprodução da força de trabalho. A comunidade Monsenhor Guilherme que guarda em sua história e sua conformação grande parte dessas problemáticas é exemplo de tudo que foi dito até aqui: uma

²⁶ Perfil Socioeconômico dos Municípios de Fronteira | IDESF. Idesf.org.br. Disponível em: <<https://www.idesf.org.br/perfil-socioeconomico-dos-municipios-de-fronteira/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

²⁷ SOARES, Bruno. “O povo não consegue mais pagar aluguel”, diz moradora da maior ocupação do Paraná. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/13/o-povo-nao-consegue-mais-pagar-aluguel-diz-moradora-da-maior-ocupacao-do-parana>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

comunidade de lutas pela moradia e pela dignidade.

4 OCUPAÇÕES URBANAS EM FOZ DO IGUAÇU: O RETRATO DAS DISPUTAS POR TERRITÓRIO

Ao recordarmos a trajetória da cidade percebemos que há uma tendência em Foz do Iguaçu que a diferencia de todas as outras cidades: sua fronteira e sua relação indissociável com o turismo. Durante as décadas de implementação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, não foi dado foco para “o planejamento urbano; se desconsidera o impacto social da obra na zona urbana, principalmente no que se concerne à mão de obra urbana não absorvida pelo empreendimento e a força de trabalho dispensada no término da construção da usina.” (HAHN, 2006, p. 45).

A consequente formação de favelas e ocupações que vem desde essa época passaram a se reproduzir na zona urbana, inclusive no centro da cidade. Diversas pessoas, de diversos lugares do Brasil e da região passaram a viver neste território que se tornaria, com o passar do tempo, tão diverso e precário. A comunidade Monsenhor Guilherme é justamente reflexo dessa dialética entre territórios e história.

Neste capítulo, dividido em dois pontos principais, trataremos especificamente da comunidade Monsenhor Guilherme e suas características. O primeiro ponto se reserva à descrição da comunidade, seus aspectos sociais, econômicos e geográficos. O segundo ponto trará informações sobre as vivências naquele território de pessoas que até o ano de 2020 moraram nesta comunidade e, a partir de julho de 2022, passou por um processo de remoção quase completo e foi transferida para a região Norte de Foz do Iguaçu.

A comunidade, que em sua grande maioria era composta por trabalhadores reflexos das condições citadas no capítulo anterior, é inspiração de luta e preservação da memória. Por este motivo, imagens de acervos pessoais serão utilizadas para melhor compreensão da magnitude das lutas sociais ocorridas neste território, além de representar imagetivamente o território estudado.

4.1 A REPRESENTAÇÃO DO CONFLITO: OS PROCESSOS DE REMOÇÃO DA COMUNIDADE MONSENHOR GUILHERME

A comunidade Monsenhor Guilherme possui, dentre as diversas particularidades que serão citadas, a característica de que sua história não é recente.

Segundo FOSS (2019), a comunidade existe desde a década de 1970 e está localizada às margens do Rio Paraná. Antes dela, a Favela do Cemitério, Favela da Guarda e Favela da Marinha são datadas como as mais antigas da cidade – existem desde 1960.

As quatro comunidades são as mais antigas da cidade – com mais de 60 anos. Entretanto, a Favela da Marinha teve praticamente toda sua população removida totalmente para o bairro Cidade Nova, na região norte da cidade, entre 1997 e 2001, de acordo com o instituto FOZHABITA (2005). A Favela da Guarda, que resiste a tentativas de remoções desde o início de sua formação, hoje tornou-se um conjunto de casas populares verticalizadas. É praticamente o único conjunto popular em área valorizada.

A Favela Monsenhor Guilherme resistiu mais de 60 anos. No coração da comunidade, uma única rua paralelepípedo, continuação da rua Jorge Sanways, leva os carros e embarcações até a margem do Rio Paraná e um pouco antes dessa margem, até a Colônia de Pescadores Z12. Subindo essa mesma rua, que se torna a Rua Quintino Bocaiúva, saímos na Avenida Juscelino Kubitschek, na altura de uma das sedes do Corpo de Bombeiros, a 700 metros da Câmara Municipal de Vereadores de Foz do Iguaçu e a exatamente 1 quilômetro da PMFI – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, que concentra os núcleos de assistência social do município. Ainda neste raio de 1 quilômetro, o Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu - FOZHABITA localiza-se a exatos 650 metros e a Companhia de Habitação do Paraná, COHAPAR, a 980 metros.

A comunidade, localizada no centro de Foz do Iguaçu, próxima às principais avenidas e ao centro comercial e gastronômico do município, parecia invisível ainda que, no ano de 2019, houvesse pelo menos 40 famílias e há poucos passos do poder público. Embora esteja localizada no que é chamado popularmente “barranca de rio”, remetendo às margens do Rio Paraná, é como se a cidade estivesse de costas para a comunidade. Esse movimento de segregação socioespacial – em que a cidade dá as costas, literalmente, para a comunidade – também foi retratado na obra de Engels, *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*: “É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha”. (ENGELS, 2008, p. 70).

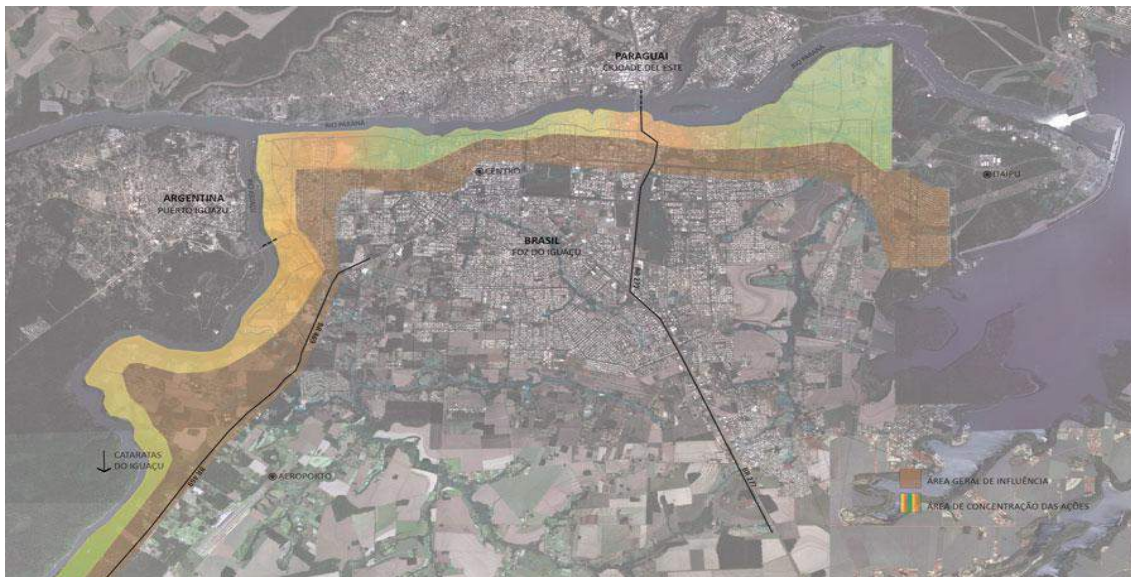
Sua localização fez com que os primeiros movimentos de remoção da Favela Monsenhor Guilherme surgissem como uma resposta ao crescimento populacional do município na década de 1990, já que o centro comercial de Foz do Iguaçu se tornava também um importante eixo turístico. Prova disso é o título da *Revista Painel* de 1994: “Remoção dos favelados da Avenida Beira Rio”, em que o prefeito, na época, Dobrandino da Silva diz:

O prefeito disse (...) que grande parte da marginalidade da cidade está situada nas favelas. Ele garantiu a retirada dos primeiros barracos das Favelas Monsenhor Guilherme e Marinha ainda neste mês. Para o prefeito, as favelas darão lugar a uma das mais belas avenidas da cidade. A Prefeitura pretende fazer assentamentos de favelados na periferia da cidade. Dobrandino disse que o desfavelamento será necessário para a implantação da avenida. (PAINEL, jun. 1994, p. 10).

Durante os anos, bairros foram criados para receber esse contingente de pessoas, como o próprio bairro Cidade Nova. (SILVA, 2022). Diversas famílias foram retiradas de suas casas e transportadas, sem organização, sem cuidado e sem apoio algum. Entretanto, esse processo ligado ao Monsenhor Guilherme se concretiza no Projeto Beira Foz, parte do Plano Nacional de Inclusão e Desenvolvimento Integrado do Governo Federal. Esse projeto, que tem como objetivo a urbanização das margens do Rio Paraná e Iguaçu “consiste na elaboração de um Plano Geral de Urbanização [...] através de uma Operação Urbana Consorciada, envolvendo as três esferas de governo, a iniciativa privada e a sociedade”. (ITAIPU, 2022).

Assim que foi lançado, a prefeitura de Foz do Iguaçu junto ao empresariado da cidade – caracterizado pela Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu (ACIFI) – viram neste projeto a oportunidade de transição econômica do município. Na apresentação disponibilizada, observa-se que o projeto chamado “Avenida Beira Rio” conta com a “desapropriações para a Avenida Beira Rio e entorno”. (ITAIPU, 2022, p. 6). A figura 4 demonstra a área de influência do projeto.

Figura 4 – Áreas de influência do Projeto Beira-Foz (2012)



Fonte: ITAIPU, 2022.

Dos quatro eixos estruturantes do projeto, sendo eles a justiça e segurança; meio ambiente; turismo e desenvolvimento da ordem social e econômica, somente no último existe um grupo de trabalho dedicado à habitação e promoção social. Ainda assim, não existe a preocupação de incluir a população da Comunidade do Monsenhor – ou de outras comunidades que foram afetadas pelo projeto – em pautas importantes que afetaram a vida de todos que moravam por ali. A figura 5, logo abaixo, demonstra o mapeamento realizado pela assessoria de arquitetura responsável pela estruturação do Projeto Beira Foz, em que localiza as diversas ocupações e conjuntos habitacionais do município que foram afetados pela revitalização.

Figura 5 – Localização de Assentamentos e Conjuntos Habitacionais



Fonte: ITAIPU, 2022.

Esse aspecto é marcante porque demonstra claramente o interesse em remover essas populações para a concretização do projeto, que depende majoritariamente da ação de agentes econômicos do município. Segundo Clive (2019), os agentes financeiros concentram renda e investimentos dentro da cidade, de forma que as relações sociais neste território sejam regidas pela lógica capitalista de acumulação e consumo. Esses agentes passam então a ter controle quase absoluto de boa parte do solo urbano e suas ações de infraestrutura. Como consequência dessa prática, o nível de pessoas que passam a não ter onde morar cresceu.

O centro de Foz do Iguaçu possui – além de interesse imobiliário por especuladores e empresários da cidade, especificidades ligadas ao Plano Diretor de Foz do Iguaçu. A organização das cidades brasileiras ocorre por meio dos Planos Diretores e tem seu início a partir da década de 1940 (embora tal figura jurídica já existisse em outros países, como a França), quando o Estado passa a ter responsabilidade por essa política social de habitação, como um processo marcado

pela conformação das cidades periféricas.

O ideário urbanístico modernista passou a ser incorporado ao urbanismo brasileiro por intermédio das leis de zoneamento e planos diretores, o que caracterizou uma enorme contradição, pois, enquanto uma realidade era organizada no papel outra era observada e sentida nas ocupações ilegais e na exclusão do mercado imobiliário. No final da década de 1950 com o esgotamento das ideias desenvolvimentistas, afloravam as massas rurais e urbanas mobilizadas pelas realizações das reformas de base. O golpe de 1964 acabou por fechar qualquer possibilidade de participação política destes sujeitos e aprofundar os problemas das cidades brasileiras. (MARICATO, 1997).

Em 2017, o Plano Diretor de Foz do Iguaçu, em forma de Lei Complementar N° 271, foi aprovado com o objetivo de ser “o instrumento de planejamento estratégico do desenvolvimento e expansão urbana do Município”. A consecução desta política determina diversas estratégias de uso do solo e define as divisões macrozonais da cidade. Uma dessas estratégias é a criação de zonas de interesse estratégico com a finalidade de priorizar possíveis investimentos. Ainda, no artigo 52 – que trata exclusivamente das parcerias público-privada, um dos principais pontos é a viabilização de empreendimentos de Interesse Social²⁸ – que são definidas no artigo 71. (FOZ DO IGUAÇU, 2017).

Essas áreas de Interesse Social podem ser vistas na figura 2, justamente nos locais em que o Projeto Beira-Foz foi desenhado. O Plano Diretor de Foz do Iguaçu peca justamente no momento em que prioriza as ações da iniciativa privada em detrimento de sua população, principalmente as famílias das referidas comunidades. Em um dado momento dá-se a entender que houve um cuidado significativo no manuseio e na percepção das problemáticas que envolveriam uma possível remoção de pessoas que vivem em uma área de risco. Entretanto, na prática, o que houve foi a sucessão de tentativas de expulsão forçada pelos diversos agentes produtores de espaço urbano que visavam a intensa especulação dessas áreas.

O mais preocupante nesse aspecto é perceber que a organização do espaço socioeconômico da Comunidade Monsenhor Guilherme não foi respeitada. O processo de remoção, que existe desde 2013, chegou à ciência das famílias somente

²⁸ Na Lei Complementar N° 271 de 18 de Julho de 2017 – que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDIS/FOZ), no artigo 71, existe a classificação do que foi chamado de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Estas são: I- terrenos desocupados e/ou ocupados por favela; II- imóveis utilizados como cortiço ou subnormais; III- habitações coletivas precárias; IV- conjuntos habitacionais irregulares ocupados por moradores de baixa renda; V- edificações deterioradas; e VI- parcelamento do solo e loteamentos irregulares ocupados por moradores de baixa renda. Fonte: Plano Diretor de Foz do Iguaçu - PR. Leismunicipais.com.br. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-foz-do-iguacu-pr>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

em 2019. A informação que tinham era de que poderiam ser removidas em até oito meses para a região do bairro Três Lagoas, no Residencial Angatuba, outro projeto de moradias populares concentradas na periferia de Foz do Iguaçu – há cerca de 15 quilômetros do centro da cidade. É visível que esse projeto, aliado à remoção, demonstra que seu objetivo final é beneficiar empresários e políticos locais, promovendo a segregação socioespacial de moradores da Comunidade Monsenhor Guilherme.

A estratégia da construção de uma cidade homogeneizada e limpa é um reflexo da própria lógica capitalista. É mais barato e lucrativo inviabilizar, criminalizar, segregar e excluir do que criar políticas públicas que realmente enfrentem o problema de forma a gerar emancipação e inclusão de grupos marginalizados. (MAIA, 2014, p. 1).

Ainda que em suas entrelinhas, o projeto Beira Foz demonstre certa preocupação com as populações que vivem ali, não existe de fato um projeto que viabilize moradias populares próximas ao local que já se encontram. A prática de segregação socioespacial neste território ocorre, portanto, desde sua formação. Outrossim, passou a criar forma a partir da apresentação do Projeto Beira Foz, em 2012 e é concretizada em 11 de julho de 2019 com as primeiras petições do Ministério Público Federal - MPF à Prefeitura de Foz do Iguaçu para sua remoção. (EPPC, 2019).

É neste contexto que a luta por moradia digna ocorre na Comunidade Monsenhor Guilherme: as diversas tentativas de remoção foram acompanhadas também de violência policial, de extrema carência em acesso à saneamento básico e serviços públicos de assistência social. Tratada muitas vezes como um dos principais “flagelos” da cidade, as pessoas ali recebem o rótulo de “favelado” – como se nada mais importasse e são removidas de suas casas para regiões distantes sem consulta prévia. Angileli (2012, p. 233) escreve que “é assim que o morador da favela é visto como selvagem, o ser inferior e violento, quando não o coitado indefeso.”

O próximo tópico é dedicado aos movimentos de luta por moradia em Foz do Iguaçu, na Favela Monsenhor Guilherme nos anos de 2018 a 2020 com ênfase na descrição e análise dos fatos – acompanhadas de imagens cedidas e de arquivo pessoal que expõem parte da realidade vivida neste território demonstrando, principalmente, as diversas faces contraditórias que o compõe.

4.2 QUEREMOS JUSTIÇA: REMOÇÕES FORÇADAS NA PANDEMIA

Durante uma busca rápida pela internet, voltada para arquivos de memória que localizam as principais demandas e lutas por moradia da Comunidade Monsenhor Guilherme, o resultado é bem menor do que o esperado. Alguns trabalhos acadêmicos dão importância a essa comunidade²⁹ – e levantam realmente as problemáticas de sua população, de seu território e sua remoção. Grande parte dessas pesquisas foi utilizada na construção desse trabalho como principais fontes de conteúdo. O que mais é intrigante é a falta de informações históricas por parte dos órgãos públicos de Foz do Iguaçu – principalmente a FOZHABITA, responsável pelos assuntos relacionados à habitação no município.

Os principais documentos que contam, desde a perspectiva da luta pela moradia e dos moradores, são da Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC) em forma de relatórios. A EPPC “é uma metodologia de construção de conhecimento colaborativo que associa a pesquisa-ação e a educação popular, e tem como objetivo interferir na produção desigual das cidades.” (EPPC, 2019, p. 4). Junto à Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) diversos trabalhos foram realizados com o intuito de apoiar as cerca de quarenta famílias que viviam ali, em 2019.

Em julho de 2019, os primeiros comunicados relacionados à remoção dessas famílias chegaram ao conhecimento da EPPC e das lideranças³⁰ da Comunidade. Entretanto, as ações de remoção, como dito anteriormente, já haviam iniciado muito antes. O histórico de violência policial na favela Monsenhor é de longa data. Exemplo disso é a reportagem do jornal *Folha de Londrina*, de outubro de 1997³¹, relatando que quatro jovens foram mortos pela polícia. Nos anos seguintes, a favela

²⁹ COSTA DA SILVA, Paulo Roberto. *Visões do Desenvolvimento: Imagens (Re)veladas nas conflitualidades na/da fronteira (2016-2019)*. 2021; CLIVE, Adrielle Saldanha. *A espoliação urbana de Foz do Iguaçu: Desigualdades Socioespaciais e Vulnerabilidades no Bairro de Cidade Nova*. 2019; UEDA, Eduardo Gonçalves. *História e memória dos trabalhadores brasileiros na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu*. 2019; RIBEIRO, Danilo George. *Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu*. 2015.

³⁰ No caso da Comunidade Monsenhor Guilherme, as lideranças são pessoas escolhidas de forma coletiva e colaborativa por membros ativos. As lideranças são, geralmente, pessoas que vivem há algum tempo na área, responsáveis pela coordenação e realização de atividades. Apesar de serem considerados “líderes”, trabalham em conjunto com outros membros, sendo a principal ponte entre a Comunidade e o poder público.

³¹ Polícia mata quatro em favela de Foz - *Folha de Londrina*. @folhadelondrina. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/policia-mata-quatro-em-favela-de-foz-44912.html>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

Monsenhor estampou várias capas de jornais locais com assassinatos, prisões e ações policiais.

Ainda que existam diversas formas de violência urbana e social nestes espaços, é preciso compreender as raízes dessas problemáticas, que são parte das confluências de processos extensos e complexos de escala global – em que a gênese capitalista é responsável pela modificação das relações sociais, visando sempre o acúmulo de capital – e a segunda, de escala local, relacionada às ações públicas – falta de políticas públicas em sua totalidade.

É verdade que existem espaços precários em infraestrutura e equipamentos, construções em situação de risco, violência, máfias, conflitos, mas isso não a explica. O que a explica é a convergência dessas faltas às riquezas próprias criadas e recriadas, as lutas sociais, o seu modo de fazer cultura, sua sociabilidade específica à solidariedade que não é forçada. (ANGILELI, 2012, p. 254).

Além desse tipo de violência, a favela carece de saneamento básico, incluindo água e luz. Apesar de estar localizada no centro de Foz do Iguaçu, local em que há a melhor estrutura sanitária da cidade, grande parte das casas e barracos não contam com esse tipo de assistência e muitos recorrem aos “gatos” para sua sobrevivência. Em reportagem do dia 3 de abril de 2019, a rede local *Meio Dia Paraná*, filiada da *Rede Globo*³², noticiou o protesto de moradores contra corte de energia e água, realizados pela COPEL e SANEPAR, acompanhados da polícia militar.

O que não fica claro durante a reportagem é qual a responsabilidade da Prefeitura de Foz do Iguaçu nessa situação, já que ao mesmo tempo que não assume uma posição favorável à população que pede pelo religamento dos serviços, alega que as ações policiais relacionadas às ocupações são sigilosas, inclusive defendendo a ideia de que a guarda possa agir com violência – relacionando as atividades com a ilegalidade da invasão, tráfico de drogas e assassinato. Em resumo, uma população que já sofre com dezenas de ações violentas também permaneceu sem acesso à serviços básicos. Como exemplo da situação narrada, a partir da Fotografia 1, registrada em 2019, é possível observar a estrutura das casas da Favela Monsenhor Guilherme e perceber sua precariedade.

³² Prefeitura comenta a situação dos moradores da favela Monsenhor Guilherme. Globoplay. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7509444/>>. Acesso em 17 jul. 2022.

Fotografia 1 – Habitações da favela Monsenhor Guilherme



Fonte: Acervo Pessoal de Andreza Sant'ana, 2019.

Nas pequenas vielas da favela não há nenhum tipo de pavimentação. As únicas pequenas vias pavimentadas foram feitas por moradores mais antigos, que conseguiram construir casas de alvenaria, enquanto outros, moram em barracos feitos de madeira, sem qualquer vedação própria para o frio de Foz do Iguaçu – que segundo boletim meteorológico da Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR) de 2019, teve mínima de 12,8° em agosto de 2019³³.

Essas condições de sobrevivência da comunidade Monsenhor Guilherme foram expostas em diversas conversas com as equipes do FOZHABITA, principalmente após a notícia da remoção para o Residencial Angatuba. No relatório Favela da Barranca (Monsenhor Guilherme) de 2019, da EPPC consta que atualmente, a questão ambiental é uma das expressões que alimentam a representação da ilegalidade ou desordem urbana e legitima a ação das remoções.

³³ SIMEPAR - Boletim Climatológico. Simepar.br. Disponível em: <http://www.simepar.br/prognozweb/simepar/timeline/boletim_climatologico?page=2>. Acesso em: 17 jul. 2022.

Compans (2007) escreve que os danos ambientais são geralmente ligados a moradias de baixa renda. Por estar localizada em Área de Preservação Permanente (APP), a Comunidade Monsenhor Guilherme enfrentou esse estigma, também aliado à ocupação de uma parcela considerável de sua população, que exercem a função de catadores – “trabalhadores que atuam na coleta e na triagem de resíduos sólidos urbanos, conhecidos na América Latina como recicladores de base.” (IZIDORO, 2021, p. 21). A fotografia 2 reflete esse tipo de trabalho que é comum na comunidade.

Fotografia 2 – Reciclagem na Comunidade Monsenhor Guilherme



Fonte: Acervo pessoal de Andreza Sant'ana, 2019.

Nessa imagem é possível observar que existe uma grande quantidade de materiais recicláveis, fonte de renda de parcela das famílias que ali vivem e ao fundo, a imagem do Rio Paraná – emblemática, lembrando a questão ambiental que orienta parte do processo de remoção. No entanto, as lideranças do Monsenhor Guilherme sempre estiveram à frente de processos que visam conscientizar a comunidade sobre a importância ambiental. Junto à UNILA, IFPR e o Centro de Zoonoses do Município, vários trabalhos de limpeza voluntária coletiva foram

realizados. A fotografia 3 demonstra um desses trabalhos realizados.

Fotografia 3 – Mutirão de limpeza na Comunidade Monsenhor Guilherme



Fonte: Relatório da Favela da Barranca – Junho/2019.

Portanto, a questão ambiental, que poderia ter sido discutida com mais ênfase, dado o interesse da comunidade em preservar aquele local, se mostrava mais um mecanismo para a remoção de uma comunidade pobre. De acordo com isso, “é importante destacar, que a relevância ambiental de algumas áreas ambientalmente sensíveis, ocupadas por favelas, se dá paralela a transformação dessas regiões em áreas potenciais para especulação imobiliária.” (EPPC, 2019, p. 11). Essa comunidade, composta principalmente por homens e mulheres que trabalham na informalidade e na pesca (SILVA, 2021) mostra sua face perante a luta pela moradia e resistiu, até os últimos dias, contra as inúmeras tentativas de expulsão daquele território.

Seu destino é o Residencial Angatuba I e II, localizado na região do bairro Três Lagoas, a cerca de 15km do centro de Foz do Iguaçu. Financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) faixa 1 da Caixa Econômica Federal³⁴ e o

³⁴ Essa Faixa 1, de atendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida (denominado pelo governo de Bolsonaro como “Casa Verde e Amarela”) foi excluída da política habitacional pelo governo de Michel Temer, logo no início de sua gestão, após a concretização do golpe na ex-presidenta Dilma de Rousseff,

Programa Minha Casa Minha Vida³⁵, custou 27 milhões e começou a ser construído em 2018 com previsão de entrega para março de 2020. Com a pandemia, atrasou alguns meses e foi entregue, de fato, em julho de 2020. A área de construção do residencial foi de 17.485,27 m², divididas entre 22 blocos com 340 apartamentos de 40m², 4 cômodos e estacionamento. A estrutura do local, nova e adequada, com todo o saneamento básico, energia elétrica e acomodações, falha por justamente não levar em consideração fatores importantes na vida das pessoas: o trabalho e estruturas públicas necessárias, como escolas, creches, postos de saúde, CRAS e organizações sociais, entre outras.

Para compreender melhor o porquê da luta pela permanência – apesar das grandes dificuldades estruturais, sociais e sanitárias, é preciso um olhar mais atento às diversas faces que compuseram esse espaço. Essa luta não é para que a comunidade Monsenhor Guilherme continuasse em condições precárias como antes, mas sim, pela busca de uma alternativa que permitisse que essas pessoas tivessem acesso a moradias de qualidade – do mesmo padrão que o Residencial Angatuba, por exemplo – mas que continuassem vivendo no centro da cidade.

4.2.1 Faces da Comunidade Monsenhor Guilherme: relações entre renda, trabalho e território

O histórico da comunidade é de longa data e por isso, não é possível ter o rastreamento completo de quantas pessoas passaram por ali, quais suas atividades, de onde vieram e para onde foram. Durante a escrita desse texto, algumas entrevistas e fontes alegaram sua existência há mais de 40 anos, surgindo quase ao mesmo tempo da criação da Usina Binacional de Itaipu e foi vista como um refúgio passageiro para aqueles que não tinham condições de arcar com os aluguéis da cidade. O único censo de que se tem conhecimento foi levantado por fontes primárias da Escola Popular de Planejamento da Cidade, realizado entre junho e agosto de 2019, em que

em 2016. Essa prática reforça o que foi afirmado por Souza e Hoff (2019): a volta do neoliberalismo no Brasil e suas consequências para a habitação popular.

³⁵ PORTAL DA CIDADE. Famílias do Monsenhor Guilherme conhecem o Conjunto Habitacional Angatuba. Portal da Cidade Foz do Iguaçu / PR. Disponível em: <<https://foz.portaldacidade.com/noticias/cidade/familias-do-monsenhor-guilherme-conhecem-o-conjunto-habitacional-angatuba-5149>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

41 famílias participaram de forma ativa, traçando o primeiro perfil socioeconômico da comunidade.

Segundo a EPPC (2019) a faixa etária predominante na comunidade Monsenhor Guilherme é de 21 a 30 anos e a maioria se identifica como mulher. A maior parte dos adultos possuem ensino fundamental incompleto e renda até R\$900,00 (novecentos reais) por família. A maior parte das casas são de madeira, com telha de fibrocimento, tendo em média 3,5 cômodos por casa. Em relação ao território, o relatório aponta que a comunidade é formada por famílias que moram há pelo menos 40 anos nessa região, com modo de vida rural e 83% das famílias declararam que dependem de algum tipo de equipamento público na região que moram – saúde, educação ou organizações sociais, além de possuir vínculo com o território central da cidade.

Esse vínculo ocorre justamente pelo fácil acesso à serviços públicos, mas também ao trabalho. A maior parte das famílias declarou a EPPC que trabalha como vendedor, diarista, pedreiro, cabeleireiro e catador, gastando em média de 15 a 30 minutos até o trabalho. O fato do terreno localizar-se no centro da cidade possibilita que os trabalhadores permaneçam próximos aos locais de trabalho, hospitais e dê acesso aos demais serviços públicos. Duas dessas profissões chamam a atenção porque dependem justamente de sua proximidade com o centro da cidade: a pesca e a reciclagem.

Justamente por estar localizada às margens do Rio Paraná e próximo da Colônia de Pescadores, é que algumas pessoas da comunidade Monsenhor desenvolvem esse trabalho, ficando impossibilitados de armazenar os peixes e mesmo de exercer essa função – já que a prática da pesca exige que o pescador acorde muito cedo, em um horário que não há transporte público disponível no município – se a remoção fosse realizada, resultando na ausência de trabalho e, conseqüentemente, de renda, permanecendo na extrema pobreza.

Os trabalhadores da reciclagem passam pelo mesmo processo. A questão ambiental, levantada anteriormente, passa pelas mãos desses recicladores de base da Comunidade Monsenhor Guilherme, que auxiliam no processamento de resíduos. De acordo com Izidoro (2021) esse tipo de trabalho nasce como “um trabalho precário e não regulamentado pela legislação laboral, isto é, como um trabalho informal”. Grande parte dos trabalhadores da Comunidade Monsenhor Guilherme dependem exclusivamente dessa prática. A fotografia 4 demonstra a forma

de organização desses recicladores de base.

Fotografia 4 – Comunidade Monsenhor Guilherme e recicladores de base



Fonte: Acervo pessoal de Paulo Silva, 2019.

A *catação*³⁶ é feita diariamente no centro de Foz, nas lojas e mercados que ficam concentrados em um raio de até 5 quilômetros da Comunidade Monsenhor Guilherme, já que é justamente neste eixo comercial e gastronômico de Foz do Iguaçu que mais se produzem resíduos. No total, seis famílias trabalham com reciclagem. Izidoro (2021) escreve sobre o caráter dessa atividade:

A atividade de recuperação dos resíduos nasce ligada à própria necessidade de reprodução social dos trabalhadores sem trabalho e por isso é caracterizada como uma atividade autônoma, doméstica e familiar. A economia doméstica cumpre um papel importante, porque muitas vezes os resíduos são coletados nas ruas ou lixões por pessoas da mesma família – de diferentes gerações, sem distinção de idade – que levam esses materiais para centros de armazenamento que são suas próprias casas, quintais ou terrenos próximos da vizinhança, onde são classificados e posteriormente comercializados. Essas formas artesanais de organização do trabalho acabaram se desenvolvendo para além da subsistência familiar e passaram a compor uma rede de comercialização de recicláveis coletados. (IZIDORO, 2021, p. 98).

O que é dito na citação acima é justamente o que pode ser observado nas figuras 2 e 4, relacionadas à reciclagem. As famílias da comunidade Monsenhor que desenvolvem esse tipo de trabalho possuem um espaço determinado em sua própria residência para o manuseio dos resíduos, que posteriormente, é retirado pelas cooperativas ou deixado em locais de coleta próximos à comunidade. E dessa forma, essas famílias garantem sua principal fonte de renda, dependentes de uma tarefa árdua que está inteiramente localizada no centro da cidade.

Outros tipos de trabalho também dependem da continuidade dessas famílias no centro da cidade e principalmente, da rede de apoio da Comunidade Monsenhor. Um exemplo comumente levantado nas reuniões em junho de 2019 é a rede de apoio que as mães trabalhadoras têm na comunidade – muitas saem para trabalhar em horários que as crianças ainda não acordaram, ou não conseguiram vagas nas creches e escolas da região, mas mesmo assim precisam trabalhar. Sua única opção é o revezamento do cuidado das crianças entre as próprias mulheres que vivem ali, oriundas da criação de redes de sociabilidade³⁷. A mudança para o Residencial Angatuba preocupava essas mães, já que sem o apoio umas das outras,

³⁶ Izidoro (2021, p. 23) escreve que: “Quando trato da realidade brasileira, utilizo o termo “catadores de materiais recicláveis”; no contexto mexicano, falo em “*pepenadores*” ou “*voluntários*” do serviço de coleta domiciliar. Da mesma maneira, utilizo a expressão brasileira “*catação*” e a mexicana “*pepena*” para designar o trabalho de coleta e triagem dos recicladores de base em cada uma das conjunturas.”

³⁷ Essas redes de sociabilidade são alternativas que as mulheres criaram para sobreviver diante da ausência de serviços básicos, como acesso à educação infantil. Hoff (2018) detalhou isso em sua pesquisa, quando da investigação de mulheres segregadas em Santa Cruz do Sul/RS, uma cidade média, assim como Foz do Iguaçu. Na pesquisa, a autora aponta como a criação de redes de sociabilidade tornou-se uma medida que além de necessária, também foi de resiliência.

esses laços seriam desfeitos e a possibilidade de trabalhar tornava-se escassa.

A prática do comércio na comunidade Monsenhor Guilherme também foi pauta de discussão entre os moradores (fotografia 5). Com preços mais acessíveis do que no centro da cidade, no meio da comunidade uma pequena mercearia servia como ponto de encontro para reuniões de organização e para consumo de produtos. Fonte de renda de uma moradora, sua principal preocupação era relacionada a sua sobrevivência no Residencial Angatuba.

Fotografia 5 – Mercearia da D. Ivone



Fonte: Acervo pessoal de Paulo Silva, 2019.

A mercearia concentrava diversas atividades da EPPC junto à Comunidade, principalmente relacionadas à remoção. No ano de 2019, diversas reuniões foram feitas em companhia dos/as moradores/as e lideranças. Estava localizada bem ao centro da Comunidade, próximo à rua Quintino Bocaiúva, sendo um ponto de passagem de todos que entravam e saíam da comunidade. Esse espaço possuía extrema importância para todos/as que circulavam por ali, justamente porque era um dos únicos espaços de reunião e de lazer da comunidade, que assistia televisão, jogava, conversava e também contribuía com a renda da D. Ivone.

4.2.2 Onde vive grande parte da Comunidade Monsenhor Guilherme hoje?

Diversas lutas ocorreram durante os anos de 2019 junto à Escola Popular de Planejamento da Cidade, que auxiliou em diversas ocasiões, com a mediação de conflitos que ocorriam neste território. A FOZHABITA, responsável pelo projeto do Residencial Angatuba I e II realizou, posterior ao recebimento do aviso prévio de desocupação, reuniões com as lideranças da comunidade. Ainda assim, alternativas não foram encontradas para que essas pessoas pudessem continuar vivendo próximo ao centro de Foz do Iguaçu. Ficava claro neste momento que o projeto de segregação socioespacial estava para ser concluído com uma das últimas favelas do centro de Foz do Iguaçu.

Os principais destaques e demandas da comunidade Monsenhor Guilherme, nesta época, foram compilados pela EPPC em seu Relatório da Favela da Barranca (2019):

1) Os moradores, ao serem informados pela prefeitura sobre a remoção das moradias afirmaram que não queriam sair da região e temiam pelo reassentamento nos conjuntos habitacionais no extremo norte da cidade, tanto pela carência de infraestrutura, distância dos espaços do trabalho, quanto pelos conflitos decorrentes.

2) Segundo os moradores, o desrespeito à população era comum por parte da polícia, tanto que uma casa foi demolida e foi cortada a energia elétrica de outras residências. Os moradores também temiam por novas retaliações para forçar a saída deles.

3) Os moradores solicitaram espaços para pensar em soluções alternativas às remoções e reassentamentos com o poder público.

4) A população solicitou apoio jurídico (orientação e defesa) da Defensoria Pública do Estado do Paraná, como forma de efetivar o Direito à Moradia Digna.

Essas questões, que partiram de uma demanda coletiva da Comunidade não receberam a devida atenção e sequer tiveram respostas sobre uma possível reorganização de moradias populares na região central. A partir de uma negativa da Prefeitura de Foz do Iguaçu as famílias deveriam deixar a comunidade no ano de 2020 em direção ao Residencial Angatuba.

Entretanto, no começo de 2020 a pandemia do COVID-19 inviabilizou diversos processos. Além de demonstrar a fragilidade das ações relacionadas à pandemia – como o auxílio emergencial, o acesso à saúde e o isolamento social – a pandemia demonstrou a forma como políticas de acesso à moradia são necessárias, já a pandemia do COVID-19 exigia que pessoas deveriam se isolar e permanecer “em casa.” Entre ações de remoção realizadas pela prefeitura e a situação precária das moradias, como é possível se proteger? No início do segundo semestre de 2020 houve o sorteio dos apartamentos para diversas famílias que passaram por processos de remoção parecidos – famílias da Comunidade Monsenhor Guilherme, da Marinha, do Cemitério e Bambu, todas da região central da cidade.

No seio da sociedade burguesa de Foz do Iguaçu, essas comunidades sofreram a remoção de suas famílias como fruto dessa espoliação urbana do município. Uma remoção considerada como violenta, levando em consideração a ruptura das relações que a comunidade tecia no território e a alocação da mesma em uma região periférica da cidade, dando lugar à formação do bairro de Cidade Nova. (CLIVE, 2019, p. 16).

Durante o tempo que a comunidade Monsenhor Guilherme ocupou o terreno da região central, sofreu inúmeras formas de repressão. Eram, desde o início e de acordo com as fontes pesquisadas para a construção deste trabalho, indesejados e por vezes, tratados como invisíveis aos olhos do poder público. Associado ao processo de segregação socioespacial que sofreram – já que mesmo expondo suas necessidades de permanência em um território que já lhe era conhecido e ideal para sua própria reprodução social – o processo de espoliação urbana³⁸ ocorre junto a um processo de desfavelamento e higienista do centro da cidade.

No ano de 2022, os resquícios do que chegou a ser uma comunidade com mais de 175 famílias ainda existem. Além das 85 famílias cadastradas junto à EPPC, ao longo do processo de mediação, o número chegou a 175 durante o acordo realizado junto à prefeitura da cidade. Destas, cerca de 50 famílias foram para conjuntos habitacionais, cerca de 40 receberam lotes em outras regiões da cidade e

³⁸ O conceito de espoliação urbana foi formulado nos anos 1970, para explicar as péssimas condições de vida a que estava submetido o trabalhador com baixos salários na industrialização em São Paulo. Nas décadas seguintes, a produção imobiliária ganhou centralidade econômica, gerando crescente valorização nesse setor. Esse processo, somado à condição de renda, impede o acesso à moradia pelos pobres e evidencia as contradições inerentes à propriedade privada como solução habitacional. A partir de observações sobre uma ocupação periférica recente e outra na região central, busca-se refletir sobre novas espoliações urbanas, identificando estratégias de luta pelo direito à moradia. Conclui-se que as ocupações coletivas têm potencial de contestar a propriedade privada, e as desigualdades, porém, não estão livres das contradições por elas engendradas. (FERRARA *et al*, 2019, p.1).

89 aguardavam soluções. Na audiência de mediação realizada no primeiro semestre de 2022, restavam cerca de 27 famílias que aguardarão uma possibilidade de realocação em terreno público ao lado da comunidade atual, a partir das propostas do escritório Hoje Arquitetura e da EPPC. O fato de que a remoção, dessa vez permanente, ocorreu, demonstra como a luta de classes se configura dentro do espaço urbano, em que os interesses econômicos são predominantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Periferias, vielas, cortiços
 Você deve tá pensando
 O que você tem a ver com isso?
 Desde o início, por ouro e prata
 Olha quem morre, então
 Veja você quem mata.
 Negro Drama – Racionais MC's*

Em 2022 existem cerca de cinco casas na antiga Favela Monsenhor Guilherme. Grande parte das pessoas que ali viviam migraram para outras ocupações ou passaram a viver no Residencial Angatuba, na região norte da cidade. Essa pesquisa, que iniciou durante os períodos em que as lideranças comunitárias passaram a ter reuniões semanais com a FOZHABITA, gerou mais questionamentos do que sanou as dúvidas relacionadas à dialética da habitação e as particularidades do objeto estudado. Escrever esse trabalho foi uma experiência de retomada de diversos conceitos que me auxiliaram a enxergar processos inerentes ao capitalismo, mas principalmente compreender como a remoção forçada foi fruto da segregação socioespacial e como a luta de classes se desenvolveu neste contexto.

A luta dos trabalhadores pela manutenção de sua sobrevivência no espaço entra em conflito com a propriedade privada – que baseada na renda da terra, tende somente a se concentrar. Na América Latina, esse movimento de acumulação capitalista ocorre de maneira mais brusca, já que a acumulação de capital, advinda da superexploração de trabalho, não é somente repassada em forma de lucro para as burguesias nacionais, mas também é realizada pela transferência de valor. Essa acumulação tem seu princípio durante o período colonial, em que a força de trabalho escrava era utilizada para a extração de mais-valia e maior acumulação para as metrópoles. Marx (1867, p. 661) escreve que:

Qualquer observador imparcial pode perceber que, quanto mais massiva a concentração dos meios de produção, tanto maior é a conseqüente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais. É evidente que as “melhorias” (improvements) das cidades, que acompanham o progresso da riqueza e são realizadas mediante a demolição de bairros mal construídos (...), expulsam os pobres para refúgios cada vez piores e mais superlotados. Por outro lado, qualquer um sabe que o alto preço das moradias está na razão inversa de sua qualidade e que as minas da miséria são exploradas por especuladores imobiliários com lucros maiores e custos menores do que jamais o foram as de Potosí.

A teoria marxista da dependência demonstra que as relações desiguais entre o capitalismo de economias centrais e economias periféricas – desenvolvidos e subdesenvolvidos – são parte de um projeto expansionista e hegemônico do modo de produção capitalista (TRASPADINI; STEDILE, 2011) que moldam todo o contexto socioeconômico de países dependentes. Isso quer dizer que a condição de subdesenvolvimento não é conjuntural – ou momentânea – mas sim, estrutural em países latino-americanos.

Os movimentos de urbanização ocorridos a partir da segunda metade do século XX, quando diversas mudanças significativas na estrutura produtiva ocorrem na América Latina são resultados do capitalismo dependente. O primeiro capítulo deste trabalho reforçou o movimento de entrada de economias latino americanas na acumulação mundial por meio da colonização. Enquanto países centrais exploravam e invadiam países, utilizavam-se da escravidão como forma de extrair sua conformação, à partir da colonização, conforme exposto no capítulo 1 deste trabalho, reforçou estruturas escravocratas – que configuravam o capitalismo colonial na América Latina. (GORENDER, 2016b).

Após a abolição, os libertos somaram-se à população pobre. Sem acesso à moradia, passaram a morar em territórios precários, com baixa acessibilidade e totalmente à margem da sociedade. A abolição não trouxe nenhum caráter que instituísse responsabilidade aos escravocratas. Estes, foram eximidos de sua responsabilidade na manutenção e segurança desse período transicional e qualquer outra instituição envolvida – como a Igreja e o Estado. Este período foi marcado pelo “caráter de uma espoliação extrema e cruel”. (FERNANDES, 1964, p. 29-30).

Esse processo de exclusão social de libertos e pessoas pobres, que faziam parte da classe trabalhadora da época, se vê historicamente reproduzido na questão habitacional atual. A formação da cidade periférica – que passa pelo processo de urbanização nas décadas de 1970 e 1990 – vem acompanhada de uma série de desigualdades, principalmente relacionadas a questões estruturais. O fato de que os países passaram por tentativas incessantes de diversificação das estruturas produtivas foi um fator de extrema importância relacionado à forma de organização e idealização dos Planos Diretores, por exemplo.

Foz do Iguaçu não fugiu a essa regra. Por ser uma cidade com localização estratégica – sua posição de tríplice fronteira – teve, logo nos anos 1970,

um abrupto processo de urbanização justamente pela incorporação da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Com ela, um grande contingente populacional passou a viver na cidade, muitos com empregos garantidos – a classe de administradores e engenheiros – tanto quanto a classe trabalhadora, que trabalhava na construção da barragem – essa, com contratos por tempo de serviço. Foi neste momento que a população da cidade passou a sentir o aumento de favelas e comunidades. E datada também dessa época, a Comunidade Monsenhor Guilherme.

Baixa infraestrutura e má gestão: Foz do Iguaçu não possuía preparação para receber esse grande contingente populacional. Em contrapartida, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, passou a ocupar um lugar importante na conformação dessa cidade – construiu as “Vilas de Itaipu”, a Vila A, Vila B e Vila C. A mais distante do centro da cidade, a Vila C, era o local que os trabalhadores da barragem (barrageiros) viviam em barracões, em grupo ou com suas famílias. A segregação socioespacial não necessariamente surgiu ao mesmo tempo que a Usina de Itaipu, mas foi com sua chegada que essa segregação passou a se tornar comum no município e perceber as classes mais baixas afastadas do centro da cidade passou a ser cotidiano.

Foz do Iguaçu concentrou a classe trabalhadora longe do centro da cidade – primeiro, para mantê-la perto de seu trabalho e, conseqüentemente, controlá-la, já que o contrato de entre a Itaipu Binacional e Unicon determinava multas por atrasos na obras (UEDA, 2019) e determinava “organização de vida e de trabalho colocados para os operários, já que, o Consórcio buscava de várias maneiras extrair deles o máximo de sua força de trabalho, para que fosse possível atingir as metas na área de produção”. (MANARIN, 2008, p. 54). E em segundo, para mantê-la longe do olhar turístico, que começa a se expandir na década de 1990.

Os mecanismos para mantê-la distante são pautados pela lógica capitalista. A precária distribuição de terrenos, a inacessibilidade por transporte público, a valorização via especulação imobiliária de imóveis – todos estes são mecanismos que demonstram a forma como o espaço é transformado em mercadoria e exclui a classe trabalhadora, que não consegue acessá-los. Fica claro que a divisão da cidade – a partir da lógica da segregação socioespacial – representa a divisão de classes.

Esse fato fica ainda mais claro quando observamos a renda e o tipo de ocupação do/a trabalhador/a brasileiro/a. Com a inflação em alta, é quase

impossível manter um imóvel – sequer a totalidade de sua reprodução social – com um salário mínimo. Ocupações e favelas, portanto, são a fórmula de sobrevivência desde a perspectiva do/a trabalhador/a. (KOWARICK, 1979). A cidade, vista como lucrativa para diversos agentes econômicos, que apostam no turismo como a chave para o desenvolvimento local/regional, é a síntese das contradições capitalistas para a classe trabalhadora, moradores de favelas e ocupações na cidade.

O turismo de Foz do Iguaçu se estabeleceu como a principal atividade econômica do município e com ele, o fortalecimento de uma rede de empresários interessada em reorganizar a cidade com obras que valorizam a região em que justamente se localizava a Comunidade Monsenhor Guilherme. Esse movimento, que foi explicitado nos capítulos 2 e 3, resultou no Projeto Beira Foz, projeto de revitalização das margens do Rio Paraná, criando um novo eixo turístico passível de exploração comercial, especulação imobiliária – pelas possíveis construções de condomínios de luxo na região – e a conseqüente expulsão das pessoas que viviam não somente na Comunidade Monsenhor Guilherme, mas também em outras comunidades localizadas no centro da cidade.

A organização dos bairros de Foz do Iguaçu permitia que a prefeitura pudesse organizar e analisar com cuidado para onde essas pessoas iriam após a remoção, processo que começou em 2013 e foi concluído somente no final de 2020. Entretanto, a escolha da região norte e do Residencial Angatuba para a concentração da classe trabalhadora sequer foi discutida com moradores. O trabalho, suas redes de apoio, suas necessidades de permanecer próximo ao centro da cidade foram ignoradas e o processo seguiu até o final. É visto que a vida dessas pessoas – suas rotinas, seus filhos, sua saúde, sua educação, suas necessidades – valem menos do que um projeto turístico. Em prol do desenvolvimento, dezenas de famílias foram avisadas, em 2019, que o processo de remoção já havia sido aprovado e estava em vias de realização.

A luta por moradia na comunidade Monsenhor Guilherme não se concentrou em 2019. Ela existe desde que os primeiros trabalhadores, sem condições de viver em casas alugadas, em razão da disparada de preços na década de 1970, passaram a construir na margem do Rio Paraná seus barracos, enfrentaram processos de remoção na década de 1990 e hoje, novamente. Existiu ali uma comunidade formada por pessoas com mais de cinquenta anos de história – pais e mães que criaram filhos e que estabeleceram laços de sociabilidade com o território e

o seu entorno. A possibilidade da construção de moradias populares em terrenos que não cumprem a função social no centro de Foz do Iguaçu nunca foi levantada. A segregação não aconteceu por acaso. É parte de um projeto de ordem capitalista dependente, que visa a cidade enquanto um espaço comercial, regido pela lógica da acumulação e consumo.

A acumulação de capital através do espaço urbano em países dependentes encontra, na superexploração do trabalho, uma fonte quase inesgotável de extração e apropriação de mais-valia. A renda da terra – abordada por Marx (1867) como “nada mais é do que a remuneração pelo direito de uso da terra imposto ao capital” – é revista na contemporaneidade. Junto à superexploração do trabalho que aprofundam os dilemas urbanos e habitacionais.

A Comunidade Monsenhor Guilherme não existe mais. Diante desse contexto, trata-se de perguntar quantas pessoas terão que passar por processos de remoção forçada, sem serem consultadas previamente? Quantas pessoas continuarão sendo despejadas de suas casas para locais distantes – como foi o caso analisado aqui – sem que se leve em consideração onde trabalham, com o quê trabalhavam, como irão se manter, quais as estruturas de apoio presentes nos locais – postos de saúde, escolas, creches, CRAS, centros de apoio, transporte público, segurança?

O que se espera – mais do que nunca, em um contexto em que a luta por direitos sociais se torna cada vez mais inerente às condições precarizadas que vivemos – é que os financiamentos de obras públicas que visam a habitação urbana passem por mais auditorias e tenham, em sua composição, a representação dos moradores da localidade. O trabalho coletivo – entre o poder público e a população – deve ser prioridade no momento em que ações de políticas públicas são idealizadas, desde a sua elaboração até sua implementação. Essas ações, momentâneas e concentradas na esfera capitalista de acumulação, são necessárias enquanto a vida material se desenvolve. Entretanto, fica cada vez mais claro que o direito à moradia somente existirá, de fato, junto à revolução urbana e à superação do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ACIFI (Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu). **Fundo Iguaçu investe em projetos de infraestrutura**. Revista ACIFI, n. 4, dez. 2014. Disponível em <www.revistaacifi.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- ALMEIDA JÚNIOR, A. R. de; WHITACKER A. Segregação socioespacial em cidades médias: diferenças ou semelhanças? Um estudo sobre o Jardim Cinquentário e o Jardim Morada do Sol em Presidente Prudente - SP. **Geografia em Atos**, n. 7, v.2, P. 2-17, Presidente Prudente, 2007.
- ANGILELI, C.; ZANDONADE, P.; OLIVEIRA, L. **Relatório Técnico Comunidade Monsenhor Guilherme, 2019**. Disponível em > <http://eppc.redelivre.org.br/relatorios/>. Acesso em: 17 jul. 2022.
- ANGILELI, C. M. de M. M. **Chão**. São Paulo, 2012. 259 p.: il + 2 DVDs. Tese (Doutorado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - FAUUSP.
- AVANCINI, R. M. O. **Informalidade e pandemia na tríplice fronteira: o auxílio emergencial (brasil) e o pytyvõ 2.0 (PARAGUAI)**. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/6459/Informalidade%20e%20Pandemia%20na%20Tr%C3%ADplice%20Fronteira....pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- BAGÚ, S. **Estructura Social de la Colonia**: Ensayo de Historia Comparada de América Latina. Buenos Aires, Librería El Ateneo Editorial, 1952. p. 43
- BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. Popular Era. 1983.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CABANHA, S.; RODRIGUES, Z. de L. S. **Panorama Municipal da População em Situação de Rua – Boletim da Vigilância Socioassistencial**. Secretaria Municipal de Assistência Social – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. 2a edição. Fevereiro 2020.
- CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- CATTA, L. E. et al. **O cotidiano de uma fronteira**: a perversidade da modernidade. 1994.
- CATTA, E. L. **A face da desordem**: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu / 1964 – 1992). São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Coyuntura Laboral en América Latina y el**

Caribe. La dinámica laboral en una crisis de características inéditas: desafíos de política. Série Boletín CEPAL-OIT, n. 23, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11362/46308>>. Acesso em: 17 jul. de 2022.

CLIVE, A. S. **A espoliação urbana de Foz do Iguaçu:** Desigualdades Socioespaciais e Vulnerabilidades no Bairro de Cidade Nova. 2019. 122p. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia Bacharelado – Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu.

COMISSÃO DA PASTORAL DA TERRA. **Boletim maio/junho.** 1982.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR. **Plano estadual de habitação de interesse social do Paraná – PEHIS-PR – versão 2015-2016.**

Curitiba: Cohapar, 2016. Disponível em:

<https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2019-11/pehis_2015_2016_completo.pdf> Acesso em: 17 jul. de 2022.

COMPANS, R. **A cidade contra a favela:** a nova ameaça ambiental. Anpur.org.br. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/172/156>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

CONTE, C. FRESCA, T. **Cidades Médias:** Percursos Conceituais e Realidade - O Exemplo de Foz do Iguaçu - PR. Revista Geografar. Curitiba, v.6, n.1, p.192-211, jun./2011.

CONTE, C. **Foz do Iguaçu - PR na rede de cidades.** 2012.203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2012.

COSTA DA SILVA, P. R. **Visões do Desenvolvimento:** Imagens (Re)veladas nas conflitividades na/da fronteira (2016-2019). 2021. 131 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M E B. **Cidades médias:** espaços em transição. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 23-34.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** 1ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014, p. 41-52.

DE MARTINS, L. R. M; VAN DE MEENE RUSCHMANN, D. **Desenvolvimento histórico turístico estudo de caso:** Foz do Iguaçu–PR. 2010.

DOS SANTOS, T. **Imperialismo y Dependencia.** Colección Claves Políticas de América, No 5. Fundación Biblioteca Ayacucho. Caracas, Venezuela. 2011.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** (1844) Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia.** Trad. Gilberto Maringoni. São Paulo: Boitempo, 2015.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante e Coletivo Sycorax, 2017.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, F. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”.** São Paulo: Hucitec, 1976.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** Volume I. Ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais.** 2007. 240f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FERRARA, et al. **Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo.** Pucsp.br. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4606/pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

FÓSS, A. **Ocupação territorial no Brasil e os direitos à moradia digna e à cidade: Contribuições do Serviço Social.** 2019. 67 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Integração LatinoAmericana, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em > <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5388/TCC%20AIRTON%2017-12.pdf?sequence=2&isAllowed=y> Acesso em : 27 jul 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019 /** Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021. http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf. Acesso em: 17 jul. de 2022.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1977.

GASPAR, L. E. **As lutas dos trabalhadores por moradia em Foz do Iguaçu, Paraná (1970-1990).** 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

GIL, G. de S. **A terra das cataratas: uma dissertação sobre o turismo em Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil.** Dissertação (Mestrado). 171 f. Universidade Federal da

Integração Latino Americana, Instituto de Arte, Cultura e História, Programa Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. / Gabriel de Siqueira Gil. - Foz do Iguaçu, 2020.

GLUCK, R. **Perfil Cultural**: Foz do Iguaçu. Gluck Edições: Foz do Iguaçu, 2018.

GORENDER, J. **O Escravismo Colonial**. 6 ed. -- São Paulo : Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016a.

GORENDER, J. **A escravidão reabilidade**. 1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016b.

HAHN, C. T. **Produção e consumo do espaço urbano em Foz do Iguaçu-PR**. Dissertação (Mestrado). 215 f. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Campus Aquidauana – MS. 2006.

HARVEY, D. **O Direito à Cidade**. Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/ Marília. New Left Review, n. 53, 2008.

HOFF, T. S. R. **A cidade e a mulher**: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS. 146f. Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades** | Paraná | Foz do Iguaçu | Panorama. IBGE. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Economia Informal Urbana | IBGE. [ibge.gov.br](https://www.ibge.gov.br). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/setor-informal/9025-economia-informal-urbana.html?=&t=o-que-e>>. 2021.Acesso em: 11 jul. 2022.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Estudo dos efeitos econômicos e sociais da hidrelétrica de Itaipu sobre a região oeste do Paraná. Curitiba, 1977. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

ITAIPU, Parque Tecnológico. Itaipu Binacional. **Projeto Beira Foz**. Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: Acesso em: 17 jul. de 2022.

IZIDORO, L. G. **Recicladores de base e a subjetividade jurídica “empreendedora”**: uma crítica a partir da América Latina. 233 f. Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

JAKOBSEN, K. A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. Fundação Perseu Abramo. ed. São Paulo, 2000. p.13-14. Disponível em:

https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2017/05/mapa_do_trabalho_informal. Acesso em: 11 jul. 2022.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 1970.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, [1979] 1993.

MAIA, S. **Exclusão nos centros urbanos**: urbanismo higienista - Jus.com.br | Jus Navigandi. Jus.com.br. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28412/a-sociedade-disciplinar-e-a-exclusao-institucionalizada-nos-centros-urbanos-brasileiros>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MAMBERTI, M. S; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. **Seminário Internacional de Desenvolvimento Local Na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas**, 1, 2004. Anais. UNESP, Rio Claro, 2004.

MANARIN, O. **Peões da barragem**: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu - 1975 a 1991.” Dissertação (mestrado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, PR, 2008.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1997.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia [1972]. In: MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires: CLACSO-Prometeus, 2007.

MARINI, R. M. Dialéctica da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

MARINI, R. M. “La crisis del desarrollismo”, en Ruy Mauro Marini & Mária Millán (coord.), **La teoría social latinoamericana**, Tomo II: Subdesarrollo y dependencia. México: El Caballito, 135-154. 1994.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital (1867)** / Karl Marx – tradução Rubens Enderle. -- 2 ed. -- São Paulo : Boitempo, 2017.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha (1875)**. Obras Escolhidas, t. II, 1955, p.16.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos (1844)**. Boitempo: São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, A. S. **No vazio, caberiam casas, parques, fábricas...** caberia muita cidade. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, M. F. **A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina:** uma primeira aproximação. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 16, n. 2, p. 167, 2014. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4846>> . Acesso em: 19 jun 2022.

OLIVEIRA, O.; ROBERTS, B. O crescimento urbano e a estrutura urbana na América Latina. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina: A América Latina após 1930: economia e sociedade.** São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. p. 299-384.

OSORIO, J. **O Estado no Centro Da Mundialização.** São Paulo: Expressões, Outras, 2014.

OSORIO, J. **Coyuntura: cuestiones teóricas y políticas.** México: Itaca. 2019.

OSORIO, J; REYES, C. **La diversidad en el sistema mundial capitalista:** procesos y relaciones en la heterogeneidad imperante. México: Gedisa. 2020.

PACHECO, A. dos S. **Dimensionamento da economia do turismo em Foz do Iguaçu:** impactos e desafios. Tese (Doutorado). 179f. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus Toledo, 2021.

PAINEL. **Remoção dos favelados da Avenida Beira Rio.** *Painel*, Foz do Iguaçu, n. 174, jun. 1994.

PINTOR, E.; KODAMA, A.; AGUILAR, C.; PIFFER, M. A dinâmica econômica do Município de Foz do Iguaçu de 2002 até 2012. **Revista Orbis Latina**, vol.6, nº1, p. 71-88, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), Janeiro-Dezembro de 2016.

PIRES, M. **Valinhos, tempo e espaço.** 2. ed. São Paulo: Editora Lince, 2000.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **FOZHABITA.** Foz do Iguaçu: 2005.

PRESTES, A. L. **Uma Epopeia Brasileira – A Coluna Prestes.** São Paulo. – Expressão Popular. 2009.

PRONUNCIAMENTO do Deputado Gernote Kirinus no dia 27/07/1985, na Sala de Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (Título do pronunciamento: “Em Defesa do Oeste”).

QUIEZI, S.; ARRUDA, G. **De balseiros a patrulheiros ambientais:** as trajetórias dos pescadores de Porto Ubá no médio rio Ivaí-PR (1930-2020). UNESP, 2021.

Disponível em:

<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/download/1959/1774/>

Acesso em 26 jul. 2022.

QUIJANO, A. Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. In.: **Revista Mexicana de Sociología**. México. D.F.: UNAM, 1968, p. 525-570.

RAMMÉ, J. **A compreensão da urbanidade pela morfologia urbana: as vilas de Itaipu** / Juliana Rammé. – Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. – Campinas, SP: [s.n], 2020.

RAMOS, M. H. R. (Org.). **Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RIBEIRO, M. de F. B. **Memórias do Concreto: Vozes na Construção de Itaipu**. Originalmente publicado como Dissertação. 116f. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. (Coleção Thésis). Edunioeste, Cascavel, PR. 2002.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Notas sobre a renda da terra urbana**. – Chão – Revista de Arquitetura. Rio de Janeiro, 5: 18-23, mar.abr.mai. 1979.

RIBEIRO, D. G. **Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu**. 2015. 266 f. Dissertação (Mestrado em Fronteiras, Identidades e Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Oeste do Parana, Toledo, 2015.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. – São Paulo. Nobel, 1987.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. – São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. H. dos; SOUZA, Â. M. de. O Sol de Maio de Foz do Iguaçu: Debate étnico-racial na escola. **Revista Unila Extensão e Cidadania**, Foz do Iguaçu, 1 ed., 2017, p. 49-61. Disponível em > <https://revistas.unila.edu.br/ruec/issue/view/56> . Acesso em: 07 jul 2022.

SILVA, P. R. da. **Uma Rua “Sem Saída”**: a Avenida Beira-Rio de Foz do Iguaçu. Blogspot.com. Disponível em: <<https://unilahistoria.blogspot.com/2022/02/uma-rua-sem-saida-avenida-beira-rio-de.html>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SILVA, M. A. da. **Breve história de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014.

SILVA, M. A.; CASTRO, I. **Além dos limites: a Tríplice Fronteira nas relações internacionais contemporâneas**. 2021.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas nas cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Revista Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n.54, 2004.p. 114-139.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009.

SOUZA, E. B. C. de. **A região do Lago de Itaipu**: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, M. B. de. **Norma e Território**: O processo de normatização de condomínios horizontais fechados no litoral norte do Rio Grande do Sul. 2019. 303 f. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

SOUZA, M. B. **Norma e território**: O processo de normatização de condomínios horizontais fechados no litoral norte do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Essere Nel Mondo, 2021.

SOUZA, M. B. DE; HOFF, T. S. R. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 23 set. 2019.

TONIN, V. H. **Muita gente sem casa, muita casa sem gente**: Entre superlucros e superexploração: a dialética da habitação em país dependente. 266f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, SC, 2015.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

UEDA, E. G. **História e memória dos trabalhadores brasileiros na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu**. 2019. 95 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciência Política e Sociologia – Estado, Sociedade e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

VALVERDE, A. L. A Teoria da Dependência e suas aplicações na América Latina neoliberal. **Anais** do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. 2016. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Valverde-e-Mercedes_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

VASCONCELOS, P. de A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.;

PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-38.

VELOSO et. al. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbe/a/5SyG8QnVhQHdyyfKdd893mk/?lang=pt>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. – São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos**. História do oeste paranaense. Curitiba (PR) : Vicentina, 1982. 206p.